



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL DA CULTURA REGIONAL**

Bruno Nery do Nascimento

Entre a “Mendigópolis” e o “Recife Novo”:

reforma urbana, higiene e políticas de saúde para as mulheres no governo de
Sérgio Loreto (Pernambuco, 1922 – 1926)

RECIFE
2016



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL DA CULTURA REGIONAL**

Bruno Nery do Nascimento

Entre a “Mendigópolis” e o “Recife Novo”:

reforma urbana, higiene e políticas de saúde para as mulheres no governo de Sérgio Loreto (Pernambuco, 1922 – 1926)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História Social da Cultura Regional do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte dos requisitos parciais para obtenção do título do Mestre em História.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Alcileide Cabral do Nascimento

RECIFE
2016

Ficha catalográfica

N244e Nascimento, Bruno Nery do
Entre a "Mendigópolis" e o "Recife Novo: reforma urbana,
higiene e políticas de saúde para as mulheres no governo de
Sérgio Loreto (Pernambuco, 1922 - 1926) / Bruno Nery do
Nascimento. – Recife, 2016.
150 f. : il.

Orientadora: Alcileide Cabral do Nascimento.
Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História
Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural
de Pernambuco, Departamento de História, Recife, 2016.
Referências.

1. Recife (PE) – História 2. Loreto, Sérgio (1887-1937)
3. Mulheres – Saúde e higiene 4. Políticas de saúde – História
I. Nascimento, Alcileide Cabral do, orientadora II. Título

CDD 981.34



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA
CULTURA REGIONAL**

Entre a “Mendigópolis” e o “Recife Novo”: reforma urbana, higiene e políticas de saúde para as mulheres no governo de Sérgio Loreto (Pernambuco, 1922 – 1926).

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

BRUNO NERY DO NASCIMENTO

APROVADA EM 25/02/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Alcileide Cabral do Nascimento
Orientadora – Programa de Pós-Graduação em História - UFRPE

Prof^o Dr^o Raimundo Pereira Alencar Arrais
Programa de Pós-Graduação em História– UFRN

Prof^o Dr^o Carlos Alberto Cunha Miranda
Programa de Pós-Graduação em História– UFPE

Para Marina, Neyde e Maria Luiza, mulheres em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Um das maiores graças em escrever os agradecimentos mora exatamente no ponto em que são eles que abrem o produto final, que é a dissertação, mas são a última parte a ser escrita. No entanto, uma vez presentes nesta sessão inicial, os aqui citados estarão, à sua maneira, também em cada uma das páginas que vão se seguir mais adiante. Não escrevi sozinho. No mosaico de leituras, sons, músicas, pensamentos, conversas, experiências, conselhos e reflexões com autores e autoras às vezes distantes e pessoas próximas, o que escrevi é fruto de tudo e absolutamente todos e todas que me ajudaram a formar o que sou, transformando as páginas escritas ao longo de dois anos de pesquisa num retrato fiel do meu maior esforço no que eu poderia ser e fazer.

Antes de qualquer coisa, sou profundamente grato a Deus por todas as oportunidades que me são diariamente proporcionadas. Para que fosse possível existir o meu esforço, muitos outros antecederam. Agradeço imensamente à minha família para que a conclusão desta etapa na minha vida fosse possível. À minha mãe e à minha irmã, presenças femininas constantes na minha vida, as histórias que pesquisei e narro tomam forma de orgulho por vocês serem as mulheres e mães que são. Ao meu pai Celso e ao meu avô Oswaldo (*in memoriam*) sou profundamente grato pelo apoio material, que me propiciou estudos e experiências únicas que o saber podem proporcionar.

À minha noiva e companheira Marina pela paciência entre tantos “posso ler o que escrevi?” e pelo apoio fundamental que só você pôde dar. Amo você. À minha sogra Noemia, que tanto me ajudou com conselhos, leituras e conversas. Muito obrigado.

À minha orientadora Professora Alcileide Cabral, que acolheu a mim e a minha pesquisa e tornou possível que ela saísse das ideias, sofresse as mudanças necessárias e se tornasse realidade. Aprendi muito nesta jornada que passamos juntos e sou muito grato por tudo.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, especialmente aos professores, professoras e ao secretário Rafael Cipriano. Agradeço também a todas e todos os colegas do curso de mestrado, especialmente ao amigo Antônio Henrique Ferreira.

À Capes, que financiou esta pesquisa através da concessão de bolsa durante o segundo ano do mestrado. Este apoio financeiro foi fundamental para que houvesse tranquilidade e esta pesquisa existisse.

Aos professores e professoras Ângela Grillo, Carlos Miranda, Raimundo Arrais e Rita de Cássia Araújo, membros da banca de qualificação, que com conselhos, palavras de incentivo e leituras críticas contribuíram para que este trabalho tomasse novos rumos e eu ficasse mais atento às tensões existentes na cidade do Recife.

Aos amigos e amigas Alena Nobre, Fernanda Buriel, Flávia Adolfo, Leonardo Guimarães, Marta Almeida, Tiago Esteves e Pedro Ribeiro. Entre ajudas técnicas de alguns destes, palavras de incentivo e as minhas ausências físicas, com eles aprendi um pouco sobre compreensão e “Liberdade”: “Ai que prazer/ Não cumprir um dever/ Ter um livro para ler/ E não fazer!/ Ler é maçada/ Estudar é nada”. De vez em quando foi necessário.

Por fim, mas não menos importantes, agradeço a todos aqueles que não foram citados nominalmente. Seja por lapso de memória, falta de espaço, mas nunca de consideração, todos e todas que cruzaram com o meu caminho e interagiram comigo contribuíram à sua maneira para a apresentação desta dissertação.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a gestão do governador Sérgio Loreto, que comandou o executivo pernambucano entre os anos de 1922 e 1926, quanto às propostas destinadas às mulheres. Perseguindo os ideais de progresso e civilização, que embalavam os projetos das elites à época, Pernambuco e, sobretudo, sua capital, vivenciaram amplas reformas urbanas, que tinham por objetivo acabar com uma cidade perigosa, visível pela presença de mendigos, vadios e meretrizes nas ruas, além das habitações que representavam ameaças à saúde e ao desenvolvimento do Estado. Neste sentido, a ideologia da higiene ganhou força, a ciência foi pedra angular nas decisões tomadas durante esse período, e o discurso médico ganhou relevo. O combate à mortalidade infantil se tornou central, e desta forma políticas de saúde direcionadas às mulheres foram formuladas. Os corpos das mulheres, vistos e interpretados como uma potência civilizatória, foram alvos de diversas medidas, tais quais o serviço pré-natal, inspeção das amas de leite, campanha para amamentação e cadastramentos de parteiras, o que tensionou as relações de gênero no período. As fontes utilizadas foram os jornais A Notícia, Jornal do Commercio, Diário do Estado, que apresentavam notícias a respeito das medidas tomadas pelo governo estadual sob uma ótica situacionista, e A Noite, Jornal do Recife, Pina-Jornal e Torre-Jornal, que apresentavam notícias sobre o cotidiano urbano, bem como críticas ao governo. Documentos oficiais foram utilizados, como as mensagens anuais do governador ao Congresso Legislativo, a Revista de Pernambuco, principal veículo da propaganda do governo, o Jornal Saúde e Assistência, responsável pela divulgação das medidas na área de saúde e o Anuário Estatístico, que nos permitiu compreender os movimentos de nascimento, casamento e morte durante o quadriênio estudado.

Palavras-chave: Recife; Sérgio Loreto; Gênero; Higiene.

ABSTRACT

This research intends to analyze the administration of Sergio Loreto, governor of the state of Pernambuco, Brazil, from 1922 to 1926, regarding policies to address women issues. Pursuing the ideals of progress and civilization, which permeated the elites' projects at the time, Pernambuco (and especially its capital, Recife), experienced broad urban reforms intended to mitigate the image of a dangerous place, suggested by the presence of beggars, vagrants, and prostitutes in the streets, besides the low-quality housing that brought health risks and a threat to the development of the state. It is in this context that the ideology of hygiene is strengthened, with science and medical discourse being foundational in the decision-making process during that time. Combatting infant mortality became a central issue, and public health policies addressed to women were created. Women's bodies, seen and interpreted as civilizational potentials, were the target of several measures, such as prenatal care, wet nurse inspection, breastfeeding campaigns, and registration of midwives, which tensioned gender relations during that period. The sources used in this research were the newspapers *A Notícia*, *Jornal do Commercio*, *Diário do Estado* – which presented news concerning the state's decisions under a situationist perspective – and *A Noite*, *Jornal do Recife*, *Pina-Jornal*, and *Torre-Jornal* – which brought news about urban daily life, as well as criticisms to the government. Official documents were also used, such as the annual messages from the governor to the Legislative Congress, the *Jornal Saúde e Assistência*, which published new health policies, and censuses, which allowed for a comprehension of the patterns of birth, marriage, and mortality rates during those four years.

Keywords: Recife; Sérgio Loreto; Gender; Hygiene.

LISTA DE SIGLAS

APEJE – Arquivo Público Jordão Emerenciano

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DSA – Departamento de Saúde e Assistência

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O RECIFE ENTRE 1922-1926: FORÇAS POLÍTICAS E AS INTERVENÇÕES URBANAS NO GOVERNO SÉRGIO LORETO.....	32
1.1 A cidade perigosa vs a cidade higienizada: a busca pela construção do Recife Novo.....	34
1.2 Do bairro à cidade: reformas no porto e expansão do Recife	41
1.3 Mercados, pontes, avenidas, praças e parques: construções físicas que simbolizavam o ideal de progresso.....	46
1.4 Pina e Boa Viagem: um novo adensamento urbano para as elites recifenses.....	52
1.5 Esferas privada e particular: discussão sobre o trabalho feminino.....	62
1.6 Ações estatais e filantrópicas: o combate à mortalidade infantil e os cuidados com a maternidade.....	73
2. NOVAS PRÁTICAS, NOVOS HÁBITOS: A ATUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA E DA INSPETORIA DE HIGIENE INFANTIL.....	78
2.1 Civilização através da higiene: a reorganização dos serviços de saúde e assistência em Pernambuco.....	79
2.2 Debates sobre a eugenia e a profilaxia social.....	85
2.3 Para alcançar as crianças, políticas de saúde para as mulheres: a formação da Inspetoria de Higiene Infantil.....	95
2.4 A formação do corpo de visitadoras no âmbito das políticas de saúde para as mulheres e crianças.....	103
3. NASCER, CRESCER, REPRODUZIR E MORRER: A ATUAÇÃO DA INSPETORIA DE ESTATÍSTICA, PROPAGANDA E EDUCAÇÃO SANITÁRIA NA PRODUÇÃO DE SABERES.....	112
3.1 Os nascimentos e as dificuldades em identificá-los.....	113
3.2 Os casamentos e seus frutos: mães e filhos.....	120
3.3 Os óbitos.....	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES.....	145

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa a gestão de Sérgio Loreto, governador do Estado de Pernambuco entre os anos de 1922 e 1926, quanto às políticas na área de saúde destinadas às mulheres. Neste período, ainda marcado pela perseguição dos ideais de progresso e civilização que embalavam os projetos das elites desde meados do século XIX, Pernambuco e, sobretudo, sua capital, vivenciaram amplas reformas urbanas que tinham por objetivo acabar com uma cidade visivelmente perigosa, com a presença de mendigos, vadios e meretrizes nas ruas, além das habitações, que representavam ameaças à saúde e ao desenvolvimento econômico do estado.

As reformas urbanas, vistas como intervenções no aspecto físico da cidade, eram guiadas pelos preceitos de higiene e se aliavam ao projeto encampado pelo poder público de sanear as famílias e formar uma população forte, saudável e apta para o trabalho, já que, segundo Peter Hall, “o planejamento das cidades funde-se, quase imperceptivelmente, com os problemas das cidades, e estes, por sua vez, com toda a vida socioeconômica-política-cultural da época” (HALL, Peter, 2013, p.7). A problemática de boa parcela de a população viver em condições de saúde precárias, simbolizando a mendigópolis¹, convivia com a busca pela criação de novas gerações nascidas dentro de uma cultura higiênica, o que, assim, possibilitaria superar o atraso representado pela presença de habitações pouco higiênicas e lutar contra as doenças que grassavam entre a população, o combate à mortalidade infantil e o cuidado com a saúde das crianças se tornaram centrais, buscando-se construir um Recife Novo².

Esses dois modos de interpretar a cidade do Recife coexistiram, não existindo propriamente uma cidade habitada exclusivamente por mendigos, muito menos o sonho perfeito do Recife Novo e toda a infalibilidade do progresso e civilização que ele ensejava. Ambas as interpretações, no entanto, tiveram importância na formulação de um arsenal de discursos e medidas do poder público sobre como agir e intervir no aspecto urbano e nas

¹ Recife, mendigópolis pernambucana: sem pão, sem lar, exibindo-se em andrajos para nossa vergonha. *A Noite*, Recife, 13 de nov. 1925, p.1. Este termo está presente especificamente nesta matéria, ao passo em que referências à pobreza visível nas ruas do Recife são recorrentes em diversas matérias de variados jornais, de modo que trabalharemos mais detalhadamente no primeiro capítulo deste trabalho.

² A construção discursiva de um Recife Novo não data exclusivamente do quadriênio estudado nesta dissertação. A perseguição pelo novo e uso desta expressão, marcando posição em relação a um passado que simboliza o atraso, têm nos anos de transição do Império para a República suas origens. Durante o governo de Sérgio Loreto a incessante busca pela modernização das estruturas físicas da cidade e de apresentar esta administração como moderna, tem a da Revista de Pernambuco, veículo oficial do governo do Estado, como sua maior propagadora e usuária da expressão Recife Novo.

populações. Desta forma, políticas de saúde direcionadas às mulheres, vistas e interpretadas como possuidoras de um potencial civilizador, foram formuladas de modo a agir sobre os corpos e nas condutas das mulheres, pois a elas caberia a educação dos filhos. Diversas medidas foram tomadas, entre elas o estabelecimento do serviço pré-natal, inspeção das amas de leite, campanha para amamentação e cadastramentos de parteiras, que, em suma, objetivavam a formação de uma feminilidade voltada para a maternidade. Neste momento, esta atividade exclusivamente feminina foi alçada a uma grande importância dentro de um projeto patriótico e deveria ser guiada pelos preceitos médicos e científicos, formando uma maternidade-científica.

A capacidade reprodutora das mulheres, capacidade esta de gerar e formar indivíduos aptos e capazes ao trabalho e gerar dinheiro, tornou-se cada vez mais uma preocupação do Estado e a representação da mulher enquanto mãe, com seu corpo como potencial para o desenvolvimento de novas gerações, como dois papéis indissociáveis, ganhou força no período em tela. Como afirma Tânia Swain:

Às mulheres tem-se tentado, há 4 ou 5 séculos, no Ocidente, atribuir um modelo, uma forma singular centrada em seu corpo, em sua capacidade reprodutora. Louvada enquanto apanágio das mulheres, a capacidade de procriação tem, por outro lado, o peso de um destino, de uma fatalidade que definiria as mulheres enquanto *a verdadeira mulher*. Esta imagem, tão difundida pelas instituições sociais, na interação de um discurso construtor de corpos disciplinados, vem moldando as representações do feminino e a auto-representação das mulheres em torno da figura da *mãe* (SWAIN in STEVENS (org.), 2007, p. 201).

Fato é que todos nós fomos gerados num útero e nascemos ligados a uma mulher. As maneiras como foram criadas as representações sobre as mulheres e sobre a maternidade, ao longo dos séculos, variam, e foram as maneiras de vê-las que motivaram o início dos meus questionamentos sobre o tema desta pesquisa. Oriundo de uma família urbana de classe média, filho de pais separados, desde a mais antiga lembrança infantil lembro-me da minha mãe em sua luta para sustentar a casa e pelos direitos dos mais pobres em suas viagens pelos sertões. Muitas vezes longe de casa, o trabalho e a busca pelo sustento material tinham por objetivo educar os filhos e manter a família, fato que norteou minha curiosidade sobre o ser e fazer das mulheres.

Em relação a representações sobre as mulheres em Pernambuco, a partir da década de 1920, o pré-natal, parto, aleitamento e a maternidade eram questões abordadas por instâncias públicas. Essas representações e cuidados com os corpos das mulheres surgiram durante um período em que se buscava a construção da nacionalidade, o combate às doenças e a inserção

de princípios de higiene e saúde no cotidiano da população, a fim de evitar a mortalidade infantil e o nascimento de crianças, por exemplo, cegas ou sífilíticas. Novas imagens e discursos são criados sobre as mulheres, mães e seus corpos quanto à responsabilidade delas sobre a grande quantidade de crianças pobres pelas ruas, sobre as doenças que acometiam as crianças e o alto número de natimortos ou mortos até um ano de idade, que eram vistos como resultado do mau desempenho das mulheres enquanto mães. Não bastava apenas exercer a função biológica exclusiva de dar à luz; eram necessários conhecimentos científicos que garantissem o crescimento das crianças, evitassem as doenças e as mortes nos primeiros anos de vida e permitissem que as crianças crescessem dentro de um ambiente científico a fim de que fosse resolvida a questão social³.

No governo de Sérgio Loreto (1922 – 1926) houve a reorganização dos serviços de educação, higiene, saúde pública e assistência, que mexeram com o cotidiano e os costumes da população. O Departamento de Saúde e Assistência adquiriu papel central na administração estadual e a figura do médico Amaury de Medeiros ganhou destaque como diretor do Departamento e pela autonomia que tinha dentro da administração de Sérgio Loreto. Outros médicos assumiram Inspetorias ligadas ao Departamento e conjuntamente a Amaury de Medeiros defenderam práticas de cuidado com o corpo das mulheres, além de trabalharem junto aos legisladores na elaboração de regras e interdições no que se refere ao trabalho das parteiras e amas de leite. Os higienistas passaram a prescrever normas que iam do cuidado da casa ao cuidado com o corpo, intervindo nas vivências das mulheres. Eles viam a mulher como a responsável por cuidar da alimentação e higiene do lar e, assim, dos corpos de toda a família. A quadrinha popular no século XIX, que definia o papel da mulher na sociedade, não fazia mais sentido:

Menina que sabe muito
É menina atrapalhada,
Pra ser mãe de família,
Saiba pouco ou saiba nada (*in* HAHNER, 2003, p.57)

Sendo o acometimento de determinadas doenças visto como consequência da ignorância da população em relação aos preceitos básicos de higiene, os serviços de saúde

³ Associada aos problemas advindos da industrialização, a questão social surgiu a partir da preocupação com a pobreza urbana, que no caso brasileiro também ganhou maiores contornos com a abolição da escravatura. É neste contexto que os conceitos de caridade, filantropia e assistência ganharam maior evidência. Desta forma, escrevem SANGIARD; FERREIRA (2014, p.73) que “até o início do século XX assistência significava uma gama variada de ações que passavam pela parturiente, pela criança, pelo idoso e pelo doente. A profissionalização da atenção a cada um desses grupos foi um processo longo e deve ser entendido em suas especificidades e temporalidades. De forma geral, a assistência foi uma das formas de suavizar a pobreza [...]”.

ofertados pelo governo estadual também objetivavam instrumentalizar as mulheres, neste caso, das camadas populares, com princípios científicos básicos para a criação dos filhos e filhas, em oposição aos conselhos considerados leigos de vizinhas, comadres ou parteiras, que representavam um passado que se buscava superar.

Essa função moderna atribuída às mulheres também recaiu sobre aquelas das camadas médias e das elites, tornando necessário que elas obtivessem conhecimentos modernos, de modo a contribuir moral, intelectual e fisicamente para a educação dos filhos e o aperfeiçoamento das novas gerações. A educação serviu como um dos vetores para rerepresentar a mulher na sociedade, com consciência do seu corpo e saberes que iam da pedagogia à medicina, passando por técnicas comerciais e industriais que a habilitavam para o mercado de trabalho. Todo esse processo, no entanto, é permeado pela discussão dos limites impostos às mulheres no mundo do trabalho, bem como pelo debate da função moderna da maternidade dentro de uma realidade em que as mulheres alargavam as fronteiras do lar.

Havia no período estudado um projeto republicano para civilizar o país e construir uma nova nação brasileira. A concepção de família, infância e mães modernas se tornava fundamental para a construção de um ideal de nação orientado pelos princípios políticos do progresso. Havia uma redefinição da função social e política das mulheres, uma vez que elas passaram a ser vistas como as que garantiriam o futuro da prole e conseqüentemente da nação, desempenhando, portanto, uma função pública de grande teor patriótico. Até mesmo as mulheres sem filhos participaram desta redefinição de papéis sociais, uma vez que a mulher não precisaria ter filhos para expressar seu instinto materno, mas poderia contribuir nesta missão patriótica, sendo uma mulher moderna, ocupando-se de profissões ditas femininas, tais quais o magistério e a enfermagem (FREIRE, 2009).

Desta forma, o período entre os anos de 1922 e 1926 é marcado por intensas mudanças e reorganizações em Pernambuco e, mais especificamente, em sua capital. Sob o signo da modernização, que, como nos ensina Rezende, teve seu tempo áureo durante a administração de Sérgio Loreto (REZENDE, 2002, p. 95), buscamos compreender as razões que motivaram este governo a criar instituições, programas e políticas públicas destinadas às mulheres.

Essas mudanças se deram dentro de um contexto republicano em que houve uma maior abertura para participação dos médicos em atividades patrocinadas pelo Estado; todavia, esse movimento já estava presente desde o Império. Questionando sobre o desenvolvimento social da escola na construção de uma ordem civilizada, bem como a institucionalização da medicina e as medidas políticas defendidas pelos médicos para combater determinadas práticas da população no Brasil do século XIX, temos os contributos

de Gondra (2004). Este autor aborda o processo da construção do campo médico e a maneira como este campo agiu como saber na constituição de uma autoridade e legitimidade para dispor sobre assuntos relativos à saúde, à doença, à morte, à vida individual e à organização da coletividade.

Gondra analisa que a medicina, ao se instituir como autoridade científica e moral, em oposição a um saber exercido por curandeiros, cirurgiões-barbeiros, boticários, sangradores, entre outros, tem no médico a figura que passa a desempenhar um papel em favor da moralização dos colégios e da regeneração da infância e juventude que os frequentavam. Gondra também põe em evidência os propósitos de que a popularização dos saberes médicos através da escola, assim como a legitimação do saber médico, objetivava inventar a dimensão médico-sanitária dos problemas sociais. Gondra indica que problemas evidenciados e produzidos com base na avaliação da cidade se articulam no sentido de justificar uma intervenção médica voltada para os objetivos de regulação, ordenamento e civilização da cidade e de seus habitantes, constituindo, assim, uma sociedade moralizada.

Percebemos que a preocupação que percorre o século XIX e adentra pelo XX, no Brasil, é a higiene. Em seu trabalho sobre a higiene corporal, Vigarello (1996) aponta que as representações de classe no trato e limpeza do corpo têm na ciência do final do século XVIII um caminho para a burguesia legitimar e corroborar a ideia de que a limpeza protege e reforça o corpo. Assim, com a descoberta de um universo microscópico apresentado como agentes patológicos, preocupações com o asseio corporal contra as doenças, além da desinfecção de casas, apresentam a figura do médico higienista, propondo, a partir do século XIX, práticas de combate àquilo que é sujo e à falta de asseio. Triunfa, então, a ideia do banho diário e da higiene íntima.

Assim, um novo sentido de higiene, bem como ideias sobre os corpos dos indivíduos, nas quais estão inclusas concepções sobre a arquitetura, as cidades, os fluxos de ar, água e esgoto, significam para Vigarello mais uma nova representação que a sociedade ocidental criou sobre o corpo. Compreende-se, portanto, a higiene não apenas como um imperativo com bases científicas, mas como imagens e ações que a sociedade produziu sobre si mesma, sobre os corpos e sobre os cuidados de si.

A respeito da vida na cidade do Recife na década de 1920 encontramos uma ampla historiografia, que conta com a narrativa de autores memorialistas, sociólogos e historiadores, os quais, a partir do lugar da saudade, da sociedade e do acontecimento, geram escritos que fundam trabalhos sobre a história da cidade, de sua administração e dos seus habitantes.

Entre os memorialistas, Mario Sette escreveu romances, crônicas e histórias pitorescas nas quais assinala as mudanças na arquitetura do Recife, na infraestrutura da cidade, nos hábitos da população na virada do século XIX e início do século XX. Sette, ao relembrar acontecimentos de sua juventude, expressa seu estranhamento com as transformações nos costumes, nas relações humanas e nos usos do espaço urbano. Os relatos históricos elaborados por ele tornam-se romance, no tocante à maneira como ele põe sentimento em sua narrativa; porém, como destaca Magdalena Almeida, “o romance torna-se informação, desde que possa servir de referência para o leitor” (ALMEIDA, 2000, p. 169). Entre os romances de Sette, destacamos *Os Azevedos do Poço* (1985), o qual tem sua trama desenvolvida a partir do bairro do Poço da Panela, pois lá mora Zumba, um dos três irmãos Azevedo. Eles são comerciantes e precisam estar atentos aos novos ritmos de vida provenientes da modernização pela qual passa a cidade com a reforma do porto e do aumento da população. Esse romance assinala a instalação de infraestrutura na cidade concernente ao abastecimento de água, luz elétrica e transportes públicos. Entre os efeitos das mudanças por que passa o Recife, a família Azevedo perde o espaço central, onde possui um sobrado nas proximidades do Corpo Santo, e tem que ir morar em Santo Antônio, sem perspectiva de retornar ao bairro do Recife por causa da valorização do solo após reforma no traçado urbano; mais tarde, vem a falência da firma.

Outro autor que trabalhamos e nos possibilita compreender o ambiente intelectual em que governou Sérgio Loreto é Gilberto Freyre. Da vasta produção de Gilberto Freyre, alguns livros se dedicam à sociologia histórica e tratam das transformações sociais em sua relação com o ambiente urbano em que vivem, com a paisagem, a arquitetura e as relações humanas nesse espaço. Entre tais livros destacamos o *Guia Prático, Histórico e Sentimental da cidade do Recife* (1961) e o *Manifesto Regionalista* (1976).

O *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*, publicado em 1934, traz uma escrita que interliga aspectos sociológicos, históricos e biográficos. Encarnando o próprio guia a mostrar a sua cidade, Freyre deixa transparecer sua experiência e história pessoal na cidade, formando um retrato do perfil individual e intelectual do Recife entre as décadas de 1920 e 1930. O autor transmite registros dos sentidos, imagens, sensações do olfato e paladar, apresentando a cidade e a sensibilidade dele diante do espaço urbano. Encontramos, portanto, nos escritos do *Guia*, a localização de Freyre como analista e crítico da modernização e modernidade, uma vez que avalia as mudanças nos traçados urbanos, característicos das reformas urbanísticas empreendidas ao longo da década de 1920, como por exemplo, o alargamento do porto, obras de saneamento, demolição de ruas e imóveis – e abertura de novas vias – e suas consequências na cena urbana e na vida social dos cidadãos. O intenso

desejo modernizante ocorrido nos anos de 1920 provocou reações diversas e defesa daquilo que seria tradicional. Freyre assume uma postura contrária ao cosmopolitismo, ao dito mau gosto da estética que o progresso trazia consigo. Assim, a defesa das características coloniais, dos traçados urbanos sem tanta precisão, das árvores típicas da região, ia de encontro ao processo de modernização por qual passava o Recife.

A procura de Freyre por reconstruir o Recife, pela memória e símbolos, com a crítica feita às transformações urbanas como destruidoras do seu Recife nos permite avaliar o impacto causado nas pessoas da cidade pelas ações de ordem urbanística postas em práticas entre as décadas de 1920 e 1930. Tais ações viabilizaram, por meio de interferência no tecido da cidade, mudanças na circulação, no uso e na apropriação de espaço, provocando alterações nos costumes da população, na maneira de se relacionar com a cidade e com os demais habitantes.

Em 1926, Freyre escreve seu *Manifesto Regionalista*. Este texto faz parte de um dos grandes debates existentes à época entre os intelectuais: as discussões sobre o modernismo. O Manifesto aponta para um resgate do passado rural e colonial, diante do embate que ocorria naquele momento, a opção entre o tradicional e o moderno. Nele, o autor compara a arquitetura tradicionalmente portuguesa do Recife com a arquitetura moderna, contrapondo a tradição e a modernidade. Em detrimento da primeira opção, a escolha pelos aspectos da modernidade impedia uma integração entre o edifício e o ambiente, segundo Freyre.

A argumentação de Freyre a favor da tradição no *Manifesto Regionalista* se direciona ao conservadorismo, no que concerne a interpretação das transformações sociais, uma vez que o objetivo central do regionalismo era a defesa e preservação das raízes rurais e patriarcais. Compreendemos essa argumentação em defesa do rural e patriarcal como conservadora, na medida em que ela se apresenta como uma reação diante do enfraquecimento dos poderes dos produtores de cana de açúcar e do processo de urbanização e industrialização de outros centros, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo.

Em *A invenção do nordeste e outras artes*, Durval Muniz de Albuquerque Júnior nos oferece outra chave para interpretarmos este Nordeste que surgia, ou, de acordo com os referenciais teóricos do autor, era inventado. A obra de Durval Muniz não tem como preocupação buscar aquilo que é verdade ou mentira sobre os discursos em relação ao Nordeste, mas sim procurar compreender como esses discursos funcionaram e a que relações de força eles serviram. Ao serem escolhidos elementos como, por exemplo, o cangaço, o messianismo, a herança holandesa ou o local da tradição como definidores do Nordeste, isto é

feito diante da multiplicidade de outros elementos que poderiam ser escolhidos para definir esta região.

No segundo capítulo da obra citada, intitulado “Espaços da saudade”, Durval Muniz analisa que a região, que surge como reação à nação, foi fundada sobre os territórios da saudade e da tradição. Articulando o pensamento regionalista e tradicionalista difundido por Gilberto Freyre, em conjunto com a atuação dos intelectuais da Faculdade de Direito do Recife, bem como do Diário de Pernambuco, Durval Muniz afirma que:

A procura por uma identidade regional nasce da reação a dois processos de universalização que se cruzam: a globalização do mundo pelas relações sociais e econômicas capitalistas, pelos fluxos globais, provenientes da modernidade, e a nacionalização das relações de poder, sua centralização nas mãos de um Estado cada vez mais burocratizado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 91).

Neste sentido, o autor afirma que é dentro da construção da identidade regional que é possível “costurar uma memória, inventar tradições [...]” e que o “Nordeste tradicional” é um produto da modernidade (Idem).

Outro historiador que nos ajuda a pensar a década de 1920 no Recife é Antonio Paulo Rezende. Em *(Des) encantos Modernos: história da cidade do Recife na década de 1920* (1997), Rezende apresenta a cidade do Recife na década de 1920 não apenas como um espaço físico, limitado por fronteiras, mas como um cenário múltiplo onde os habitantes constroem seu cotidiano. Ele analisa historicamente como a sociedade recifense, privilegiadamente as elites intelectuais – que se manifestavam através de livros, jornais e debates – na década de 1920 representava o moderno e o tradicional, o novo e o velho, a partir da articulação entre a História e a Literatura.

Rezende em *“Recife: histórias de uma cidade”* (2002) destaca, entre as experiências de modernização importantes assinaladas, as ocorridas no governo Sérgio Loreto, como a reorganização dos serviços de higiene e saúde comandada por Amaury de Medeiros, o incentivo para a construção de casas populares, os aterros dos mangues, ampliação de luz elétrica, abertura de ruas e avenidas (que se articulava com o combate à cidade perigosa perceptível pela presença de mocambos) e combate às doenças que limitavam o desenvolvimento econômico de Pernambuco. O processo de urbanização da praia de Boa Viagem e das diversas obras postas em práticas no quadriênio abordado foi, segundo Rezende, extremamente polêmico, uma vez que se discutia que nem todos usufruiriam dos privilégios dessa intervenção urbana e sobre os custos das obras. Por outro lado, o governo justificava sua posição ao afirmar que tais obras serviriam para elevar o nível intelectual do

povo, que estava acostumado a coisas pequenas. Dessa forma, colocando em prática as exigências modernas, o poder público estaria contribuindo com a formação de mentalidades mais adiantadas. Neste ponto, é importante salientar que se apresenta o Estado como grande vetor do progresso e a necessidade de se administrar os recursos públicos com competência e métodos da iniciativa privada.

Rezende também é responsável pela orientação de dissertações e teses concluídas, sobretudo ao longo da última década, que tratam das aceitações e tensões entre o antigo e o moderno e nos permitem ter uma visão dos acontecimentos, hábitos e formas de viver e de administrar a cidade no período. A dissertação de Gustavo Acioli Lopes, defendida em 2003 e intitulada *A Cruzada Modernizante e os infiéis no Recife, 1922 – 1926: Higienismo, vadiagem e repressão policial* trata das infrações às normas de conduta no espaço urbano, da preocupação dos chefes de polícia, explícitas nos relatórios dos delegados, ao exigir tomada de providências quanto às reformas necessárias para atender as diretrizes da Diretoria de Saúde e Assistência, órgão de destaque na administração de Sergio Loreto. Lopes analisa a integração entre as ações da Repartição Central de Polícia e a Diretoria de Saúde e Assistência, especialmente dirigidas às classes menos favorecidas. Trabalha sobre a vadiagem e a mendicância e assinala a existência do Asylo de Mendicidade, localizado no bairro de Santo Amaro, onde eram asilados cerca de mil mendigos, expondo a forma como o governo do estado aplicava um regime de exceção para os que considerava excluídos socialmente.

Natalia Conceição Silva Barros, em sua dissertação de mestrado intitulada *As mulheres na escrita dos homens: representações do corpo e gênero na imprensa do Recife nos anos vinte*, apoiada em notícias publicadas nos periódicos *A Pihéria*, *Revista Mascote* e no *Diário de Pernambuco*, busca as representações de gênero analisando não apenas o “estar no mundo” das mulheres da época, mas abordando também as práticas que modificaram os lugares de homens e mulheres, instituídos socialmente. Interessante apontar na análise de Barros os novos espaços de sociabilidade, tais como cinemas, magazines, chás-dançantes e praças e o fato de que as mulheres, além de se apropriarem desses novos lugares, passam a provocar mudanças no estereótipo do homem dominador, uma vez que ela agora também desperta angústias, medos e desejos.

Barros comenta a construção e reconstrução da malha urbana e a instalação de novos equipamentos e serviços públicos, articulando tal modernização com a participação feminina nos esportes como esgrima e ciclismo. Apresenta as moças desfrutando o banho de mar e destaca a abertura da Avenida Boa Viagem, que se dá no governo de Sergio Loreto. Escreve sobre a importância do cinema entre as diversões e os passeios nos parques e praças da

cidade. Argumenta sobre a luta feminina na busca de espaços para a participação política e a atuação das mulheres na imprensa local, algumas como diretoras de jornais. Com a leitura de seu trabalho podemos ter uma ideia geral das novidades que marcaram a vida na cidade do Recife.

Sylvia Couceiro, em sua tese de doutorado *Artes de Viver a Cidade, Conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920*, escreve sobre as diversões e esportes que nos anos de 1920 atraíram as famílias para usar espaços abertos da cidade. Apoiada nos trabalhos de Certeau, analisa as táticas e astúcias empreendidas pela população para burlar a ação policial, que tinha por finalidade controlar os divertimentos e festas que ocorriam na cidade. Ela estuda os divertimentos modernos e tradicionais como brigas de galo; festas da igreja; pastoris; festejos de época como carnaval, São João, Semana Santa; bailes públicos; esportes como futebol, corridas de cavalo e de bicicleta e empreendimentos como circos, teatros e cinemas.

Segundo Sylvia Couceiro, os modelos estéticos da década de 1920 relacionavam a beleza a corpos fortes e ágeis, vestidos com tecidos leves, que contavam com adereços tais como chapéus, leques e bengalas no cotidiano e com roupas esportivas nos momentos de prática de esportes tais como natação, tênis, futebol, atletismo, ginástica sueca e luta romana, entre outros.

Couceiro apresenta como os habitantes do Recife incorporaram diversões modernas mantendo sua participação nas comemorações tradicionais e relaciona esse procedimento às reformas físicas realizadas na cidade e ao fato de esses novos divertimentos e esportes constarem dos padrões de civilidade emanados da Europa. Ser civilizado, ser moderno significava então cuidar da beleza, higiene e saúde; desfrutar a vida ao ar livre nas praças e parques, mergulhar nas ondas do mar, praticar esportes e, nos finais de semana, reunir os amigos para fazer um convescote nos arredores da cidade ou participar das corridas de motocicletas, bicicletas e automóveis.

Jaílson Pereira da Silva, em sua dissertação intitulada *O encanto da velocidade: automóveis, aviões e outras maravilhas no Recife dos anos 20*, ressalta o processo de urbanização empreendido na gestão de Sergio Loreto e destaca a atuação das mulheres na vida da cidade. Assinala a luta que elas empreenderam pelo direito ao voto e a posição que expressaram sobre temas polêmicos como o divórcio.

Jaílson Silva teceu sua narrativa em torno da velocidade que movia os acontecimentos, as ações e a circulação de pessoas e notícias no ambiente urbano. Lista as novidades anunciadas por toda a parte, pontuadas pelo tempo registrado em relógios e cronômetros e

entre elas destaca o automóvel, sua presença cada dia mais intensa na cidade e o fato de ser um dos mais significativos símbolos da modernidade. Silva analisa os usos do automóvel e o modo como eles alteraram a forma de viver, como a introdução do curso nos carnavais. Ele escreve sobre as corridas de automóveis, sobre a profissionalização dos *chauffeurs* e informa sobre as críticas que a população fazia nos jornais sobre os distúrbios que os veículos causavam; comenta acerca dos acidentes e suas consequências. Entre as invenções que alteraram as comunicações na cidade, ele destaca as transmissões radiofônicas, a rapidez com que estas permitiam a circulação das informações e a solução de problemas, e a presença no mercado das máquinas Kodak, passíveis de tornar qualquer um fotógrafo, senhor dos registros das mudanças pelas quais passava a cidade.

Outro historiador que trabalha sobre o Recife do começo do século XX é Flávio Teixeira, que escreveu sua dissertação de mestrado sob o título *As cidades enquanto palco de modernidade*. Teixeira relaciona os melhoramentos materiais aos novos hábitos e padrões comportamentais, apoiando sua pesquisa principalmente nos jornais e nas revistas da época, tais como a Revista de Pernambuco e A Pihéria.

Ele faz uma revisão na historiografia nacional relativa aos temas cidade e modernidade, destacando que a mesma toma a reforma empreendida por Pereira Passos no Rio de Janeiro, sob a inspiração da Paris de Haussmann, como modelo para que se entenda o que ocorreu nas demais cidades brasileiras na época. Essa reforma urbana tinha por objetivo construir uma imagem do Brasil como nação civilizada, pautada pela ordem, representada por alinhamento de ruas e abertura de largas avenidas de onde se excluiriam odores, lixos e conseqüentemente doenças.

Para explicar a ordenação da vida urbana a partir do ideal de normatização que orientou as mudanças no viver no ambiente da cidade, Teixeira recorre à literatura Foucaultiana. A partir do pensamento de Foucault ele explica como recaíram sobre as “classes perigosas” a ordenação e a disciplina.

Teixeira recorre também a Walter Benjamin para analisar o intuito de controle sobre a população como vetor do reordenamento do traçado urbanístico, já que, ao criticar as obras de Haussman, ele denuncia que estas resultavam em um embelezamento estratégico com a finalidade de inibir guerras civis. A disciplina passa a induzir comportamentos adequados à sociedade que habita na cidade burguesa.

Flávio Teixeira destaca como paradigmas básicos da modernidade recifense o estético e o sanitário – higienista. No plano sanitário-higienista ele aborda a reformulação realizada por Amaury de Medeiros ao dirigir o Departamento de Saúde e Assistência sob o governo de

Sergio Loreto, os trabalhos do higienista Dr. Octávio de Freitas e a instalação da rede de esgotos e de água encanada realizada pelo engenheiro Saturnino de Brito na década de 1910, realizações, ações e discursos fundantes para a constituição da imagem de uma cidade moderna. Flávio Teixeira, no entanto, restringe seu campo de análise à determinante estética, as intervenções no espaço urbano regidas pelos ideais de embelezamento. Para ele o imperativo estético se faz presente no consumo e na adoção de novos valores culturais, hábitos, costumes e comportamentos sociais.

Assinala também que a divulgação das obras de Sergio Loreto, que buscavam tornar real a fantasia da modernidade, usou como veículo de informação a Revista de Pernambuco. Nessa revista foram publicadas as intervenções urbanas realizadas no Derby e em Boa Viagem que redefiniram as áreas de ocupação da cidade.

A análise de Teixeira é pontuada pela leitura de Roger Chartier, que insere a história cultural no campo de estudo, permitindo identificar como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída. Ele também assinala que o ideal de modernidade tem relação com o conjunto de representações construídas em torno do que significa ser moderno e que cabe aos intelectuais criarem, divulgarem e convencerem a sociedade acerca dessas representações. Informa ainda que os intelectuais do Recife divulgaram os ideais de modernidade e civilização de modo a criar nos habitantes da cidade o desejo de ser moderno.

Destacamos, por fim, o livro de Rita de Cássia Barbosa de Araújo *As praias e os dias. História social do Recife e de Olinda* (2007). A autora tem a praia como objeto de investigação histórica e cultural e sobre esse objeto lança múltiplos olhares, narrando as articulações entre questões de urbanismo, implantação de infraestrutura urbana, estilos arquitetônicos, padrões de comportamento, valores, moral e sociabilidade.

No capítulo seis da obra aqui abordada, *Boa Viagem: um novo horizonte*, Rita Araújo apresenta as transformações ocorridas no Pina e em Boa Viagem devido aos investimentos do Governo Sérgio Loreto, 1922 – 1926, auxiliando-nos na escrita sobre essa iniciativa do Estado no âmbito urbano. Segundo Rita Araújo, as intervenções urbanas de Sérgio Loreto alteraram a estrutura fundiária e a paisagem, pois incentivaram a ocupação do lugar com moradias que iam de mocambos a palacetes à beira mar e provocaram o aterramento de mangues.

Araújo informa que a abertura da Avenida Beira Mar durante o governo de Sérgio Loreto provocou críticas de adversários políticos, especialmente daqueles liderados por Manoel Borba, e destaca a violência com que o governador tratou os trabalhadores e as

organizações trabalhistas. Para a historiadora, a despeito do caráter conservador da gestão político-administrativa, o período de Sérgio Loreto foi chamado do quadriênio da modernização.

Entre as críticas que recaíram sobre as obras de infraestrutura urbana de Sérgio Loreto, Araújo traz questões de ordem financeira, tais como desvio de verba pública, o endividamento crescente e o aumento de impostos. Ela analisa também a defesa do governo, que dizia pautar seu projeto e ações nas demandas sociais existentes, pois uma vez pronta a avenida, a cidade ganharia um novo ambiente de lazer e sociabilidade, estrada, iluminação e fácil acesso ao mar, o que iria contribuir para a mudança do cotidiano dos recifenses.

O combate às doenças não epidêmicas, mas que possuíam alta taxa de mortalidade e variadas sequelas, além das epidêmicas, como as febres, tuberculose e a peste, também se tornou alvo de novas formas de cuidado no período estudado. Carregada de forte estigmatização, pois ela era associada à libertinagem e à promiscuidade, a sífilis, da passagem do século XIX até os anos 1940, transformou-se num grande problema venéreo, pois representava graves ameaças à saúde pública por seu aspecto hereditário e pelos males que os filhos de pais sífilíticos poderiam sofrer, como a cegueira e a morte, além de se configurar como um mal que, se não exterminado, poderia causar o despovoamento. Além da estigmatização, a sífilis tornou-se ponto de convergência das preocupações e dos mais variados interesses na interpretação desta doença no Brasil. Segundo Carrara, em *Tributo a vênus: a luta contra a sífilis no Brasil*, esta doença atraiu a atenção de diversos setores sociais, como a polícia, que tentava implementar um projeto de normatização dos espaços públicos; padres e pastores, preocupados com a salvação das almas e com a conservação da pureza moral, e de feministas, que questionavam a condição feminina e os papéis sociais. Associado ao alcoolismo e à prostituição, que causariam a degenerescência das raças, a sífilis também se apresentava como representante de um caráter normatizador das condutas sexuais da população. Dentro deste contexto, as mulheres – não apenas as prostitutas, pois a sífilis também podiam acometer inclusive mulheres reconhecidamente “honestas” e “inocentes” (FREIRE, Op. cit. p. 115) – ganharam centralidade no combate a este mal venéreo, pois elas, atuando de modo a sanear as famílias, poderiam contê-lo. No tratamento da sífilis, o discurso eugênico também ganhou força.

Este trabalho que apresentamos se propõe a dialogar com a historiografia existente, embora haja pontos de distanciamento e aproximações. Para este estudo, o Governo Sérgio Loreto foi escolhido como sujeito, uma vez que as ações propostas pelo Departamento de Saúde e Assistência produziram discursos e visibilidades sobre as mulheres recifenses através

das políticas de saúde, bem como influenciaram o reordenamento da cidade do Recife, provocando uma maior mobilidade das mulheres no aspecto urbano. O objeto deste trabalho são as políticas na área de saúde que têm as mulheres como público alvo: a maneira como seus corpos, suas condutas, seus comportamentos e desejos interagiram com os diversos mecanismos de poder. Nossa pesquisa se restringe ao Recife por se tratar do espaço físico onde foi efetivada a grande maioria das medidas adotadas pelo governo do período, assim como pelos limites impostos pela documentação. Propomos, igualmente, analisar a reforma urbana pela qual passou a cidade do Recife e recompor de que maneira os discursos médicos compuseram visibilidades às mulheres recifenses, assim como dizibilidades sobre o corpo delas.

Desta forma, definimos como problema analisar quais os interesses e motivações da administração estadual no controle dos corpos das mulheres e de que maneira foram efetivados durante os anos de 1922 a 1926. Outros questionamentos nortearam a nossa pesquisa: Qual a relação entre os melhoramentos urbanos e a atuação do Departamento de Saúde e Assistência? De que maneira os médicos atuaram na administração estadual e qual o grau de importância da racionalidade científica nas tomadas de decisões?

Ao responder o problema e tais questões, buscamos contribuir com os estudos a respeito do Recife nos anos 1920 ao trazer outros sujeitos e objetos através da análise das políticas de saúde destinadas às mulheres no período. Colaborar com a produção historiográfica sobre o tema me leva a querer avaliar o trabalho das mulheres, sua circulação no espaço urbano no momento em que passam a ocupar novos locais de sociabilidade. Os usos de equipamentos urbanos destinados à saúde e a educação feminina também fazem parte deste trabalho, bem como as mudanças quanto aos cuidados com as doenças venéreas, o parto e o aleitamento. Interessam-nos igualmente as questões sobre o ensino profissional que torna as mulheres capazes de exercerem novas funções na indústria e no comércio, permitindo o exercício de novas profissões e a liberdade financeira.

Em nosso trabalho, elaboraremos uma história usando a categoria analítica de gênero e nos apoiaremos em alguns pressupostos teóricos. Assim, a partir da análise da historiografia, percebemos que durante muito tempo houve uma preferência pela abordagem dos aspectos político e econômico para a compreensão da História. É a partir da escola dos Annales que haverá um fim do exclusivismo político, privilegiando-se doravante os aspectos econômicos e sociais. Seus primeiros pesquisadores não abordavam a diferença dos sexos, que para eles não constituía uma categoria de análise. Somente a partir da década de 1970/80 “mulher” e “mulheres” emergem como categorias analíticas, embora essas duas categorias – podemos

ainda incluir uma terceira, a “condição feminina” – estivessem intimamente relacionadas a uma tentativa de reparar a exclusão feminina na escrita da história.

A partir da década de 1980, historiadoras e historiadores passam a refletir teoricamente a respeito de gênero como uma categoria analítica da história e, portanto, ao invés de buscar uma origem única para compreender os processos, buscam-se múltiplos processos ligados entre si. Além disso, ao se tomar como referencial os estudos de Michel Foucault a respeito das relações de poder, observa-se que não existe o poder em si, que não podemos reificá-lo, e que não existe uma única força que emana poder. A partir disso podemos, por exemplo, investigar o significado da ação disciplinar exercida por diversos agentes sociais na produção do cotidiano e da identidade das mulheres.

Neste contexto, destaca-se o artigo da historiadora Joan Scott *Gênero, uma categoria útil para a análise histórica*, sobretudo quando afirma que “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21). Utilizar o conceito de gênero implica analisar a história a partir de alguns elementos, como os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas a respeito do feminino e do masculino, discutir conceitos normativos como um produto de conflitos e não como consensuais, assim como o fim da noção de uma representação binária calcada na noção de fixidez dos sexos, e a construção de uma identidade subjetiva dos sujeitos históricos.

A partir do exposto, para localizarmos a nossa pesquisa dentro desse campo teórico, utilizamos as mulheres recifenses presentes em nossa pesquisa não de forma a-histórica ou acrítica, mas sim atentos à sua historicidade. Seguimos aqui a formulação de Linda Nicholson (NICHOLSON *in* PISCITELLI, p. 59), que afirma: Nessa proposta, não se trata de pensar em mulheres como tais, ou mulheres nas sociedades patriarcais, mas em mulheres em contextos específicos. Refletir e narrar o caráter relacional entre as mulheres e os homens do período significa buscar analisar de que forma elas atuaram e se relacionaram com as instituições e normas criadas no período estudado.

Outro referencial teórico que nos permite exercer uma análise sobre como a administração estadual exerceu o poder sobre os corpos femininos é Michel Foucault, por meio da conceituação do biopoder. Este poder exercido sobre a vida, segundo Foucault, é um fenômeno surgido a partir do século XVIII e que toma maiores vultos no XIX. Em suas palavras, ele define esta forma de poder como: [...] uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico (FOUCAULT,

2000, p. 286). Na conceituação de biopolítica, Foucault nos ensina que se anteriormente os soberanos exerciam seu direito sobre a vida porque podiam matar, a partir do século XIX, dentro de um Estado moderno, o que será vivenciado é o inverso: poder de “fazer” viver e de “deixar” morrer (Ibidem. p. 287).

Se por um lado o poder disciplinar busca “reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos” (Ibidem, p.289), esta nova técnica de poder, a biopolítica:

“Se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc.” (Idem.).

Para a análise que desenvolvemos a respeito das políticas desenvolvidas no âmbito da assistência durante o quadriênio 1922-1926 e uma mudança no tratamento do Estado com a pobreza, sobretudo no âmbito da construção do pavilhão de refeições populares e da vila operária Paz e Trabalho, tomamos como referência as discussões elaboradas por Donzelot (1986). No terceiro capítulo do livro *A polícia das famílias*, este autor trabalha sobre o governo das famílias com a criação de mecanismos de caridade, filantropia e assistencialismo a partir do Antigo Regime na França. Donzelot afirma que nesse período a família era ao mesmo tempo sujeito e objeto de governo, uma vez que ao passo em que esta devia obrigação ao patriarca, este também se situava dentro de relações de dependência e redes de solidariedade, entre as quais podem-se destacar as corporações de comunidades aldeãs e ordens religiosas. Assim, a família era afetada pelo sistema de honras, obrigações e favores, tornando os chefes das famílias responsáveis pelos seus membros, que deviam garantir fidelidade à ordem pública, bem como contribuir com o pagamento de impostos e com trabalho, por exemplo.

Segundo Donzelot, os chefes de família mantinham suas famílias sob obediência às regras do aparelho estatal e em troca poderiam chefiá-las. No entanto, o crescente aumento do número de indigentes e o confronto entre uma minoria burguesa civilizada e um povo bárbaro que ameaçava destruir as cidades colocavam em risco uma definição liberal de Estado. Assim, de forma a garantir o desenvolvimento de práticas de conservação e de formação da população, dissociando-as das atribuições política e participativa, surge a atividade

filantrópica. Esta foi organizada em núcleos que se caracterizaram pelo distanciamento entre as funções do Estado liberal e a difusão de técnicas de bem-estar e de gestão da população.

Há, neste ínterim, o surgimento de dois polos no seio da ação filantrópica: o assistencial, que utiliza o aparelho estatal como meio para divulgar conselhos e preceitos de comportamento, e o médico-higienista. A estratégia filantrópica veio a substituir as antigas formas de exercício do poder de soberania: conselho eficaz em vez de caridade e norma preservadora no lugar da repressão destruidora.

Com base nas observações realizadas pelo autor, é possível afirmar que existiam três formas de assistência aos pobres: os Hospitais Gerais, a esmola individual para os mendigos e as companhias de caridade organizadas em torno das paróquias para a pobreza envergonhada. Posteriormente, esses três tipos de assistência foram considerados ineficazes, pois contribuiriam para falsear a percepção da pobreza, além de possivelmente incitar aquele que vivia na mendicância a fazer dela a sua profissão. Assim, era necessário dar mais conselhos do que bens, o que nos conduz à interpretação de que a filantropia se distinguia da caridade na escolha de seus objetivos: em vez de bens, conselhos.

Durante o governo de Sérgio Loreto é perceptível que o desejo de mudanças em determinados aspectos da vida social foi a pulsão que levou à instalação do novo, do moderno. Para que um número sempre maior de edifícios, objetos, cidades e pessoas se transformem, organizações burocráticas como administrações públicas, que podem exercer o poder de regular, normatizar e punir, atuaram fortalecendo o anseio de mudanças ao mesmo tempo em que equilibravam tais alterações no cotidiano com permanências de sentimentos e costumes há muito existentes. Nos conceitos de modernidade, modernismo, modernização e moderno, trabalhados por Touraine, Le Goff e Berman, encontramos reflexões teóricas que podem explicar as transformações pelas quais passou a cidade e o povo de Pernambuco na administração de Sergio Loreto.

No governo de Loreto, o moderno foi tecido e planejado para instituir o que Le Goff chama de “uma consciência de modernidade a partir do sentimento de ruptura do passado” (1996, p. 172), sentimento este que o governo quis criar não só no meio físico, mas também no comportamental, nos usos e costumes da população. Assim, buscando compreender em que medida este governo pode ser interpretado sob os signos da modernidade, seguimos a formulação de que a discussão em torno da modernidade é extensa; todavia, compreendemos modernidade a partir de um imbricamento de alguns produtos do triunfo da razão. Nossa compreensão é dada a partir da leitura de *Crítica da Modernidade* de Touraine, na qual

percebemos que o conceito de modernidade está na relação entre a produção de uma cultura científica somada à organização da sociedade e da pretensa ideia de liberdade dos indivíduos.

Para o autor, é a partir do surgimento de uma ordem racional que será possível a aplicação de determinados postulados da ciência. É a razão “que substitui a arbitrariedade e a violência pelo Estado de direito e pelo mercado. A humanidade, agindo segundo suas leis, avança simultaneamente em direção à abundância, à liberdade e à felicidade” (TOURAINÉ, 2012, p. 9). A partir desse conceito surgem as críticas sobre a modernidade, questionando que, ao se libertar dos controles tradicionais de autoridade, ampliam-se as influências do que o sociólogo chama de reino da razão sobre a população, normalizando-a e destruindo a autonomia dos trabalhadores. Assim:

Às vezes esta dominação se exerce liberalmente, às vezes de maneira autoritária, mas em todos os casos esta modernidade, mesmo e principalmente quando ela apela para a liberdade do sujeito, tem por finalidade a submissão de cada um aos interesses do todo, que se trate da empresa, da nação, da sociedade ou da própria razão. (Ibidem, p. 10)

A partir da leitura de Berman, compreendemos que "modernismo é encarado como uma espécie de puro espírito, que se desenvolve em função de imperativos artísticos e intelectuais autônomos" (BERMAN, 1986, p. 151). Para Le Goff (Op. cit., p. 172) a noção de modernismo está relacionada com os movimentos culturais e religiosos e vincula o termo modernização à implantação de processos técnicos. O termo modernidade, para ele, está ligado à criação estética, da mentalidade e dos costumes.

Neste sentido, Sergio Loreto trabalhou para reordenar o espaço urbano, construindo vila operária e tentando disciplinar a vida da população urbana nas casas, nas ruas, nas escolas e no trabalho, justificando suas leis, impostos e multas através da propaganda de uma cultura científica, baseada na racionalidade técnica e higienista da qual o médico Amaury de Medeiros, diretor do Departamento de Saúde e Assistência, foi o mais significativo ator. Esse Departamento ganhou destaque, pois as epidemias⁴ de varíola, febre amarela e tuberculose eram analisadas pelos higienistas locais e nacionais como resultado da insalubridade das construções urbanas. Com seus dados inventariados diariamente e publicados nos jornais, serviram como justificativa para orientar os habitantes a morarem em habitações que

⁴ Foucault em *O Nascimento da Clínica* utiliza o conceito de epidemia elaborado por Le Brun em *Traité historique sur les maladies épidémiques* segundo o qual “dá-se o nome de doenças epidêmicas a todas aquelas que atacam ao mesmo tempo, e com características imutáveis, grande número de pessoas”. FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*; tradução de Roberto Machado. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.p. 23. As epidemias têm o caráter contagioso e levam os que cuidam da saúde pública a procurarem o agente de sua transmissão.

seguissem as normas ditadas pelo estado e em novos espaços mais distantes do centro comercial e financeiro da cidade. Com o respaldo dos higienistas, sobrados foram derrubados, pátios arborizados e projetados e vias públicas construídas ganharam dimensões de avenidas.

Destaca-se também a maneira como o governador fez uso de técnicos de propagandas para divulgar as medidas tomadas pelo governo. Inicialmente grande parte das matérias a favor do governo Sérgio Loreto eram veiculadas no *Jornal do Commercio*, de propriedade do Deputado Pessoa de Queiroz. Esse jornal serviu até 1924 como veículo de divulgação do Diário Oficial, que a partir de 1924 passou a ser publicado no *Diário do Estado*. Sob o slogan “Paz e Trabalho”, a administração estadual inovou no uso de propagandas até então desconhecidas em Pernambuco, como o investimento em filmes. Estes, que no início do século XX chegaram ao Recife como mais uma oportunidade de diversão, durante os anos de 1922 e 1926 também se converteram em veículo de propaganda, sendo o governo estadual financiador de cerca de sete filmes, nos quais são destacados temas ligados à saúde e às realizações empreendidas pela administração de Sérgio Loreto⁵.

Destarte, para a realização deste trabalho utilizamos os jornais diários *A Notícia*⁶, *Jornal do Commercio*, *Pina-Jornal* e *Torre-Jornal*, que apresentavam uma postura mais aderente ao discurso proposto pelo governo do estado, e os críticos *A Noite* e *Jornal do Recife*, além de documentos oficiais do governo do Estado de Pernambuco e da Prefeitura do Recife. Nos jornais selecionamos mensagens, regimentos, leis, artigos, charges, fotografias e anúncios que permitem criar uma narrativa e produzir conhecimento sobre os temas abordados nesta dissertação. Organizamos as matérias publicadas de acordo com os objetivos da investigação e as articulamos com outros documentos.

A pesquisa na *Revista de Pernambuco* e no *Saúde e Assistência* trouxe a apresentação em texto e imagens dos planos e das obras do governo no que diz respeito às políticas públicas que tinham por alvo as mulheres e a modernização física da cidade do Recife para

⁵ A relação de destaque que a produção cinematográfica ganhou como veículo de propaganda durante o governo de Sérgio Loreto foi trabalhada por Luciana Corrêa de Araújo em artigo intitulado Os encantos da Veneza Americana e da propaganda pelo cinema: os filmes financiados pelo governo Sérgio Loreto em Pernambuco (1922-1926).

⁶ Inicialmente *A Notícia* era um jornal “sem vínculos partidários de qualquer espécie, a intransigência ou dogmatismo político não se conjugarão contra o nosso propósito de cumprir fielmente o difícil programa que nos impusemos” (artigo “O nosso programa”), passou a partir de 23 de outubro de 1923, após o primeiro aniversário do governo de Sérgio Loreto e Arquimedes de Oliveira assumir a direção e responsabilidade financeira do jornal, a adotar uma postura de apoio ao governo “que se achava perfeitamente identificado com os magnos problemas de nossa terra” (editorial de 23 de outubro de 1923). Destaca-se por ser um periódico que abordava dois problemas e debates que tomaram muita importância no quadriênio de Sérgio Loreto: a instrução primária e o saneamento pela higiene pública, como se lê na edição comemorativa de um ano de existência do jornal, em 16 de março de 1923. NASCIMENTO, Luiz do. História da imprensa de Pernambuco (1821 – 1954). Recife: Imprensa Universitária – Universidade Federal de Pernambuco, 1967. p. 239 - 251.

além das áreas centrais. Apresentando o discurso oficial do governo, esses dois periódicos nos permitem elaborar uma narrativa quanto aos objetivos do poder público, e, assim, através do cruzamento com os relatórios produzidos pelo Departamento de Saúde e Assistência, é possível verificar em alguns casos a efetividade de tais medidas.

Em cada um desses periódicos se percebem as finalidades políticas e eleitorais dos discursos, assim como a necessidade de dar visibilidade a cada ação dos administradores de Pernambuco, visto que foram tantas as homenagens em forma de textos, desfiles, concertos e banquetes destinados ao Governador e ao Dr. Amaury de Medeiros ao longo dos anos pesquisados. Na época estudada, os jornais e as revistas são de suma importância enquanto veículos de informação, de denúncia, de debate e propaganda.

Aquilo que a imprensa escreve, assim como esta dissertação, são fragmentos da História, reapresentação dos acontecimentos que têm relevância por anunciarem um momento de mudanças que alteraram a estrutura física da cidade e a vida de seus habitantes, em particular dirigindo ações e orientações públicas para as mulheres.

Ao sairmos dos arquivos e começarmos a inscrever o que interpretamos daquilo que a documentação nos informa, chegamos à fase que Ricoeur chama de representação historiadora. Para este, a representação historiadora aborda a terceira fase da operação historiográfica. Esclarece ele que esta fase não deve ser confundida com a fase da escrita da história, uma vez que ele sustenta a tese de que a história é uma escrita em todas as suas fases, desde os arquivos até o livro: “faz-se documento, aberto à série de reinscrições que submetem o conhecimento histórico a um processo contínuo de revisão” (RICOEUR, 2007, p. 247).

Ao se tornar texto, a história faz uso de diversos signos de literalidade, Segundo Ricoeur “é graças a essa inscrição terminal que a história manifesta seu pertencimento ao campo da literatura” (Idem). Assim, o autor interpreta a representação histórica como interpretação que perpassa todos os níveis da operação historiográfica.

Desta forma, o trabalho a seguir está estruturado em três capítulos. O primeiro, intitulado *O Recife entre 1922-1926: forças políticas e a intervenção do governo Sérgio Loreto no aspecto urbano* tem por objetivo analisar a modernização pela qual passou o Recife no governo de Sérgio Loreto no que tange à ocupação do espaço urbano, instalação de infraestrutura e criação de espaços públicos que permitiram às mulheres maior circularidade e sociabilidade no Recife. Utilizamos como fonte documental as Mensagens do Governador ao Congresso Legislativo nas aberturas das sessões de 1923 e 1926, primeiro e último ano de mandato de Sérgio Loreto. Essas mensagens nos permitem ver as ações empreendidas pela administração estadual no ano anterior a sua leitura, além de nelas constarem os orçamentos,

obras empreendidas pelos Departamentos de Saúde e Assistência e Geral de Viação e Obras Públicas e os principais temas que o Governador tem a apresentar aos legisladores. Utilizamos jornais e revistas de maior circulação, que são *A Notícia*, *A Noite*, *Jornal do Recife*, *Diário do Estado*, *Jornal do Commercio* e *Revista de Pernambuco*, mas também jornais de menor alcance como o *Torre-Jornal* e o *Pina-Jornal*, que apresentam uma nova realidade para esses arrabaldes do Recife, que passaram a ser ligados à malha urbana da cidade através de uma série de obras.

No capítulo *Novas práticas, Novos hábitos: a atuação do Departamento de Saúde e Assistência e da Inspetoria de Higiene Infantil* temos por objetivo avaliar o discurso e as ações do governo por intermédio da atuação desta Inspetoria, que era subordinada ao Departamento de Saúde e Assistência, quanto à perspectiva de introduzir no cotidiano da vida das mulheres práticas de higiene, prevenção, controle da população, pré-natal, parto e aleitamento. Iniciamos este capítulo com a discussão sobre a profilaxia social que estampava as capas do jornal *A Notícia* de modo a perceber de que forma o discurso médico foi articulado e se tornou legitimador de um modo de exercer o biopoder no período. Discutimos as reorganizações pelas quais passaram os serviços de higiene do Estado de Pernambuco e como diante deste quadro as políticas direcionadas para as crianças, através da Inspetoria de Higiene Infantil, tomavam vulto sobre as mulheres.

E, por último, no terceiro capítulo, cujo título é *Nascer, Crescer, Reproduzir e Morrer: a atuação da Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária na produção de saberes*, examinaremos a atuação da referida Inspetoria na formação de saberes sobre os nascimentos, casamentos e índices de mortalidade da população, tornando possível o exercício do biopoder. Avaliaremos a atuação desta Inspetoria a partir das propostas direcionadas às mulheres através da divulgação de práticas relacionadas à saúde e à higiene, as quais tinham, no *Jornal Saúde e Assistência*, pertencente à Inspetoria, seu maior veículo de propaganda para gerar uma formação de cuidados com os corpos e o exercício da maternidade científica e fazer com que o registro civil de nascimento se tornasse uma prática naturalizada entre a população. Também trabalhamos neste capítulo com o Anuário Estatístico de 1927, produzido um ano após o fim da gestão sergista, que nos fornece um valioso histórico de dados estatísticos a respeito da população do Recife. A demografia assume caráter de grande importância para o controle da biopolítica, visto que o domínio tanto da fecundidade quanto da morbidade será importante para mapear esses fenômenos. Foucault aponta para um deslocamento nas estratégias de poder:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. (FOUCAULT, 1989, p. 82).

Na tentativa de compreender como esse biopoder incidiu sobre a população feminina recifense entre os anos de 1922 – 1926 trabalharemos com o jornal *Saúde e Assistência*, elaborado pelo Departamento de Saúde e Assistência. Neste jornal há uma série de charges, fotografias, cartilhas e matérias que apresentam o conteúdo de propaganda higiênica que o Departamento buscava pôr em prática. Utilizaremos também as Mensagens do Governador ao Congresso Legislativo, bem como os dados estatísticos e matérias que analisam tais dados divulgados nos jornais *A Notícia* e *Jornal do Commercio*.

Convidamos você, leitor, a percorrer e interpretar esta narrativa sobre o Recife no início dos anos 1920, cidade repleta de contradições e desigualdades sociais, onde, na tentativa da construção de um Recife Novo, as mulheres conquistaram paulatinamente os espaços públicos e ganharam centralidade nos projetos políticos do governo estadual.

1. O RECIFE ENTRE 1922-1926: FORÇAS POLÍTICAS E AS INTERVENÇÕES URBANAS NO GOVERNO SÉRGIO LORETO.

Dezoito de outubro de 1922: início de um período vivido em Pernambuco autointitulado pelo governo estadual de “paz e trabalho”. O sentido da paz deste slogan político que dirigiu o estado entre os anos de 1922 e 1926 remonta aos anos que antecederam a posse de Sérgio Loreto⁷ no comando do executivo estadual, enquanto o do trabalho é traduzido na tentativa de associar construções e mudanças na infraestrutura e ocupação do território como sinônimos de impulsionar Pernambuco e seus habitantes a trilharem os caminhos do progresso e da civilização.

A assunção do então juiz federal ao cargo de governador do Estado se configurou como uma saída conservadora às querelas políticas ocorridas após a morte do governador José Rufino Bezerra Cavalcanti. Essas querelas apontam para o início do período republicano em Pernambuco, mas têm seu ponto central nas tensões advindas da campanha salvacionista de 1911. A disputa Dantas Barreto versus Rosa e Silva⁸ colocou em campos opostos duas forças políticas que lutavam entre si e buscavam fazer seus sucessores. Apesar de Dantas Barreto haver conseguido fazer seu sucessor político, Manuel Borba, a divisão política no Estado não findou. Como afirma Robert Levine:

Os anos depois de Dantas Barreto viram uma revivescência do velho faccionismo político. O próprio Dantas rompeu com Borba, criatura sua, em 1917 – ano que viu também a primeira greve trabalhista de toda a cidade do Recife. A morte do borbista no poder, em 1922, provocou uma tempestuosa crise sucessória, e revelou uma surpreendente colcha de retalhos de novas alianças políticas, que só a ameaça de outra intervenção federal e a imposição de um candidato não-comprometido, Sérgio Loreto, como presidente, resolveria. (LEVINE, 1980, p.174)

Bezerra Cavalcanti, antigo aliado de Dantas Barreto, não chegou a cumprir por completo seu mandato, iniciado no ano de 1919 e precocemente findado por causa de seu

⁷ Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto, nasceu no município pernambucano de Águas Belas, em 9 de setembro de 1870, trabalhou como funcionário dos Correios e formou-se em Bacharelado em Direito, pela Faculdade de Direito do Recife, em junho de 1892. Foi casado com Virgínia de Moraes Freitas Barbosa e teve dois filhos. Segundo Clóvis Beviláqua, Sérgio Loreto “desempenhou vários cargos no Espírito Santo, advogou no Rio de Janeiro e era juiz federal da seção de Pernambuco ao tempo em que a política o chamou administrar o seu estado natal, função que acaba de desempenhar, sendo eleito para a Câmara Federal. Sob o título de Trechos de Direito, publicou uma coleção de valiosos escritos. As suas sentenças eram sempre o resultado de meditação e a expressão da justiça” BEVILÁQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. 3. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 334.

⁸ A respeito da disputa eleitoral entre Dantas Barreto e Rosa e Silva, a Campanha Salvacionista de 1911, e a participação popular nesta querela, ver ARRAIS, Raimundo. *Recife, culturas e confrontos: as camadas urbanas na campanha Salvacionista de 1911*. Natal: EDUFRN, 1998.

falecimento em março de 1922. Durante seu mandato incompleto, Bezerra Cavalcanti governou em meio às turbulências decorrentes das greves operárias e disputas políticas entre as oligarquias locais, que ganhavam forças maiores por conta dos seguidos afastamentos médicos do então governador. A renúncia ou a recuperação definitiva apareciam como maneiras de normalizar a situação de interinidade, que causava agitações, incertezas e disputas entre os grupos políticos pernambucanos.

Em 28 de março de 1922 faleceu Bezerra Cavalcanti e as lutas pela sucessão acirraram ainda mais os ânimos em Pernambuco. Entre março e junho, Pernambuco foi governado pelo Dr. Severino Pinheiro, presidente do Senado estadual. Desde março ocupando o Palácio na Praça da República, Severino Pinheiro renunciou alegando questões de saúde e entregou no dia 07 de junho de 1922 a chefia do executivo estadual ao Dr. Mário Domingues, presidente da Câmara Estadual. Assim, a aposta em um nome de fora dos tradicionais campos políticos se deu como uma forma da elite conservadora pernambucana apaziguar as hostes políticas em polvorosa, apresentando alguém “alheio às paixões políticas e interesses pessoais”⁹, como afirma Sérgio Loreto em sua primeira mensagem ao Congresso Legislativo na data de 06 de março de 1923, na qual também conclama os deputados pernambucanos para o “restabelecimento da paz e tranquilidade da família pernambucana”¹⁰.

É neste cenário que, ao assumir o governo de Pernambuco em 1922, o novo governador do Estado buscou construir um discurso de que sua gestão seria pautada nos ideais de progresso e civilização. Sua administração articulou os trabalhos dos Departamentos e das Repartições de modo a dotar o Estado e particularmente sua capital de legislação, serviços e obras que provocassem transformações nas esferas pública e privada e alterassem as formas de vivência da população. Desta forma, havia uma unidade de pensamento no que concerne à administração pública e o Estado como vetores do progresso: para livrar Pernambuco do atraso, fazia-se necessário modernizar as estruturas e a organização dos serviços públicos sob a tutela de uma administração pública que guiasse e educasse a sua população para as atividades modernas.

Houve no governo Sérgio Loreto uma tentativa do poder público de dotar o Recife de novas estruturas com o objetivo de modernizar a cidade e torná-la apropriada para as atividades dos tempos modernos. Entre os anos de 1922 e 1926, a capital pernambucana teve sua área de ocupação expandida; novos territórios em direção ao sul de sua capital foram

⁹MENSAGEM do Exmo. Sr. Dr. Governador Sérgio T. Lins de B. Loreto Governador do Estado. Lida ao instalar-se a 2ª sessão da 11ª Legislatura do Congresso Legislativo de Pernambuco aos 6 de março de 1923. Pernambuco: Oficinas Graphicas do Jornal do Commercio, 1923. p. 03. APEJE.

¹⁰ Idem.

ocupados, como o Pina e Boa Viagem; bairros a oeste do centro, mais distantes do porto, a exemplo do Derby, Torre e Madalena, receberam amplos investimentos em infraestrutura de iluminação, água, esgoto e pontes, estimulando a especulação imobiliária e favorecendo os interesses do governo e da elite local. Buscando compreender em que medida a administração de Sérgio Loreto pode ser considerada moderna, iremos, nas linhas que se seguem, analisar os objetivos da modernização pela qual passou a cidade do Recife durante o quadriênio 1922-1926 em relação à ocupação do espaço urbano, a instalação de infraestrutura e a criação de espaços públicos que permitiram à população e, particularmente, às mulheres, maior circularidade e sociabilidade no Recife no período.

1.1 A cidade perigosa vs a cidade higienizada: a busca pela construção do Recife Novo.

Durante a Primeira República no Brasil teve lugar uma série de mudanças, ditas modernizadoras, em várias cidades, que afetaram a vida e as percepções sobre tempo e espaço, transformando hábitos, ideias e formas de viver das populações. O Recife não ficou alheio a esse processo. Segundo Maria Efigênia Lage Resende, a grande inovação que a Constituição Republicana de 1891 trouxe foi a que “deixa aos estados, recém-criados, uma larga margem de autonomia” (*in*: FERREIRA; DELGADO (orgs.), 2003, p. 94). Entre os poderes atribuídos aos Estados podem-se listar os de cobrar impostos interestaduais; decretar impostos de exportação; contrair empréstimos no exterior, elaborar sistema eleitoral e judiciário próprios e organizar força militar.

O governo de Sérgio Loreto cuidou também de legislar e regular o modo de construir, cuidar da saúde, educar, enfim, de viver no espaço urbano, apoiado nos princípios da higiene com o aval do Departamento de Saúde e Assistência por meio de seu diretor, o médico Amaury de Medeiros. Na gestão de Amaury de Medeiros foi publicado o Regulamento do Departamento de Saúde e Assistência¹¹ que normatizou desde o cuidado com os alimentos à forma de construir residências, lojas comerciais e indústrias. A publicação desse regulamento foi realizada ao mesmo tempo em que o poder público investia em programas e propagandas que tinham por finalidade o disciplinamento da população.

Sérgio Loreto, absorto na ideologia do progresso, incorporou nos seus discursos e ações a ideia de que com obras e serviços públicos que provocassem a modernização da cidade e a assimilação de novos hábitos de higiene, saúde e educação, seria possível acabar

¹¹ *REGULAMENTO do Departamento de Saúde e Assistência do Estado de Pernambuco*. Aprovado pelo decreto de n.º. 567 de 23 de maio de 1924. Recife: Sec. Tec. Da Rep. De Pub. Officiaes, 1924, APEJE.

com as desigualdades econômicas e sociais. No entanto, sem avaliar questões como desníveis na distribuição das riquezas, a exploração do trabalho em Pernambuco e a dependência financeira dos recursos provenientes do exterior, verificamos que a despeito desta ampla reforma empreendida, considerável parcela da população continuaria analfabeta, realizando biscates, morando em mocambos, estando mal alimentada e não sendo incorporada a esta lógica posta em prática pelo poder público.

Percorrer as ruas do Recife nos primeiros anos da década de 1920 era se deparar com vias públicas enlameadas, com poeira e esgoto a céu aberto, além de ser confrontado com a miséria que vivia grande parte da população, que morava nas ruas ou em construções insalubres. O jornal *A Noite* de 23 de outubro de 1923 trouxe uma crônica que nos revela aspectos e críticas sobre o Recife que a gestão de Sérgio Loreto buscava combater.

Inicia o cronista:

Cinco horas da manhã. O dia havia começado muito calmo e sem uma novidade que servisse para os leitores d'A Noite. Esperávamos, por muito tempo, um bonde que nos levasse a Dois Irmãos. E como o bonde tardasse, resolvemos dar um passeio, a pé, pela cidade para observarmos de *visu* o resultado dos trabalhos postos em prática pela higiene pública do Estado, a cuja frente se encontra a figura *simpática* de um *famoso* higienista (destaque da publicação).

Circulando pelas ruas do centro do Recife em uma manhã no ano de 1923, *A Noite* começa sua crônica com uma situação que fazia parte do cotidiano recifense: o atraso do transporte público. Para amenizar este problema, destacou-se o investimento feito pelo poder público para facilitar a circulação. Novas linhas de transporte sobre trilhos atingiram espaços até então esporadicamente habitados, como Boa Viagem; vias foram abertas e pontes construídas. Os habitantes do Recife precisavam diminuir o tempo de deslocamento entre os arrabaldes da cidade e os locais de trabalho, uma vez que os preços dos aluguéis¹² em habitações próximas ao centro eram cada vez mais altos¹³. Necessitavam, portanto, contar com meios de transportes mais rápidos e seguros, de modo a garantir a circulação de pessoas e a reprodução do capital.

¹² Traz o *A Noite* em julho de 1926: Há entre nós verdadeira grita contra a falta de habitação. A população do Recife não tem onde morar, porque, a premente situação financeira assoberba todas as classes sociais, de medíocres recursos, os alugueres são, positivamente, inaceitáveis. [...] A população pobre – e muitas vezes até a média – de Recife, espalhada, na sua maioria pelos bairros de São José e Santo Amaro, habita verdadeiros cortiços sem ar, sem luz, sem higiene, sujeitos a todos os rigores do tempo [...] O problema das habitações. Presentemente, entre nós, não tem solução fácil nem segura. O problema das habitações: presentemente, entre nós, não tem solução fácil, nem segura. *A Noite*, ano VII, Edição das 17 horas, 8 de jul. 1926.

¹³ O aluguéis de casas pela hora da morte!, *A Notícia*, Recife, 30 de jun.1923, p.1.

A constatação do mau funcionamento do serviço de bondes feita nesta crônica de outubro de 1923 se alia a outra realizada no mês seguinte, intitulada “Impressões dum jornalista que passa pelo Recife. Pernambuco sob um governo sem iniciativas: A falta de higiene, a carestia da vida, o jogo na cidade, as epidemias, enfim toda uma série de calamidades através de comentários ligeiros e oportunos”¹⁴. Ao parar na Rua da Imperatriz, no centro do Recife, para saborear um coração da índia (“uma espécie de fruta pão dum tamanho quase anormal. Uma fruta convidativa”) ao preço de oitocentos réis e beber um “grog”, totalizando cinco mil réis, o visitante afirma: “Fiz o cálculo. Não dava certo. Reclamei. Perdi a minha voz no deserto”. Apesar de espantado com os altos preços, bem como desconfiado da honestidade do garçom, o visitante do Recife em novembro de 1923 paga a quantia com uma nota de dez mil réis e se espanta com o fato de receber de troco “uma nota sebosíssima de dois mil réis, outra em piores condições de mil réis e o resto... o resto em passes de bonde!”. É relatada a falta de dinheiro na praça, como fica evidente no uso de passes de bonde como troco, ao mesmo tempo em que se levanta suspeita por onde anda o dinheiro dos recifenses: passando de bolso em bolso dos coletes “de uma oligarquia de fraques e cartolas”.

Estas duas crônicas apresentadas pelo jornal *A Noite* possuem um ponto de convergência: as críticas feitas ao médico Amaury de Medeiros, genro do governador Sérgio Loreto e responsável pelo Departamento de Saúde e Assistência (DSA). Enquanto na crônica do dia 23 de outubro de 1923 os jornalistas do *A Noite* se põem a andar pela cidade a fim de comprovar os trabalhos feitos pelo DSA, ironizando Amaury de Medeiros com os adjetivos “simpática” e “famoso”, destacados com o uso das letras em itálico, na do dia 17 de novembro de 1923 o jornalista visitante em Recife afirma: “É um governo de fantoches, que quer, à viva força, pôr em evidência a figura mais que apagada dum simples clínico, sem nenhuma clientela, que existia algures, lá no Rio”.

Este papel central dado à figura do médico na virada do século XIX para o XX está relacionado com o fato de que a proclamação da República no Brasil propiciou uma maior abertura para participação dos médicos em atividades patrocinadas pelo Estado, embora este movimento já estivesse presente desde o Império. Para Sidney Chalhoub (1996), a partir do século XIX surgiu a ideia de que as cidades poderiam ser geridas a partir de critérios técnicos ou científicos. Segundo Chalhoub “trata-se da crença de que haveria uma racionalidade

¹⁴ Pernambuco sob um governo sem iniciativas: A falta de higiene, a carestia da vida, o jogo na cidade, as epidemias, enfim toda uma série de calamidades através de comentários ligeiros e oportunos. *A Noite*, Recife, 17 de nov. 1923, p.1

extrínseca às desigualdades sociais urbanas, e que deveria nortear então a condução não-política, “competente”, “eficiente”, das políticas públicas” (Ibidem, p. 20). Neste ínterim, há também o surgimento da ideologia da higiene, a qual percebe uma associação entre classes pobres como perigosas, não apenas por apresentarem problemas para a organização do trabalho e manutenção da ordem pública, mas também por oferecerem o perigo do contágio de doenças.

As moradias dos mais pobres se tornaram alvos de ações que visavam a acabar com epidemias e propagação de vícios, assim como a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no caminho da civilização. No caso recifense, desde os cortiços no centro do Recife, onde coabitavam várias pessoas em espaços exíguos, às construções feitas à beira do rio, de onde muitas vezes tiravam o próprio sustento, as moradias das pessoas mais pobres representavam ao mesmo tempo uma ameaça por conta do contágio de doenças e propagação de vícios, bem como ajuizavam o grau de civilização do povo recifense.

Os cronistas d’A Noite que percorreram as ruas do Recife em 1923 nos legaram ainda esta continuação:

[...] Começamos pelo Beco do Caju, que fica localizado bem perto da Rua Nova. É de causar horror a imundície que se observa ali [...] uma poeira terrível que se levanta a um pequeno sopro do vento, um ótimo lugar, enfim, para a conquista de moléstias contagiosas. Os fundos da matriz de Santo Antônio já se constituíram um verdadeiro mictório público [...] Entramos, em seguida, na Rua Estreita do Rosário, que fica, também, junto à Praça da Independência, no bairro de Santo Antônio. Essa rua, como os leitores sabem, é habitada por meretrizes que, sem o menor respeito à moral, cometem, diariamente, os mais vergonhosos escândalos. Duas ou três famílias apenas moram naquela rua. As mulheres, quase nuas, estendem nas varandas panos sujos, indecentes, num grande atentado à moralidade pública. As calçadas vivem cheias de ganhadores, que atiram à rua cascas de laranjas, papéis velhos etc. Há, também, forte fedentina nas entradas daqueles sobrados, onde, à noite, os vadios e as mulheres satisfazem as suas necessidades fisiológicas [...] Fomos, depois, à Rua Imperial. Bem junto à Igreja Batista existe um verdadeiro lamaçal, cuja água azul e pestilenta, tem sido causa de alguns casos de febre naquelas imediações. Quase todos os becos da Rua Imperial são fétidos e indecentes. Não quisemos ir mais adiante [...]¹⁵.

Se a Rua Nova era endereço nobre, local para a realização do footing¹⁶, a falta de limpeza pública se fazia perceptível num beco adjacente a esta rua. Na Rua Estreita do

¹⁵ Os frutos da nossa higiene pública. Um passeio pela cidade nos domínios da lama, da miséria e da poeira. *A Noite*, Recife, 23 de out. 1923, p.1.

¹⁶ A respeito da prática do footing da Rua Nova e as relações de gênero na década de 1920, tensionadas por melindrosas e almofadinhas, verificar a dissertação de MELO, Alexandre Vieira da Silva. *Do flirt, do footing, da Rua Nova: melindrosas e almofadinhas na década de 1920*. Recife: Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de História. 2015.

Rosário, prostitutas desafiavam os bons costumes e espantavam as famílias daquele endereço; nas calçadas, homens atuavam como ganhadores, sujando e infestando a rua. À noite, os sobrados daquela rua representavam local de união entre vadios e prostitutas, que tal qual animais movidos apenas pelos instintos biológicos e irracionais, encontravam-se para a satisfação de “suas necessidades fisiológicas”. Ainda percorrendo as ruas centrais, agora na Imperial, a presença da lama e a associação entre pobreza e perigo de contágio.

A denúncia da prostituição no bairro de Santo Antonio era recorrente:

O bairro de Santo Antônio é quase despovoado de famílias, pela invasão de mulheres de costumes duvidosos, está transformado num meretrício. “Elas” se aboletam por todas as ruas e vielas, formando verdadeiras colmeias, em prédios infectos e acanhados [...] À noite saem todas, e então o espetáculo é sobremodo entristecedor, porque a prostituição em Recife, vai crescendo que há verdadeiras crianças de 13 e de 14 anos sacudidas miseravelmente, nestes antros de libertinagem. Já que não há outro remédio para tão grande mal, procuremos localizá-lo, escondê-lo das vistas das famílias, por um princípio ao menos moral. Porque, do contrário, veremos em pouco tempo, todas as ruas da capital infestadas de meretrizes.¹⁷

Signo do atraso e analisada unicamente sob a ótica de que a prostituição se configurava como uma atividade que atentava à moral e aos bons costumes, o autor da matéria d’A Noite silencia sobre questões sociais para a prostituição, sobretudo por indicar a presença de crianças. Estas mulheres têm o uso do pronome *elas* posto entre aspas, pois eram indignas até da humanização, ao ponto de serem utilizados adjetivos biologizantes para descrever a existência delas e as razões para combatê-las: infectam, infestam e se aboletam em espaços que não deveriam lhes pertencer.

Para combater essa cidade onde pulsavam os vícios e a propagação de doenças, médicos – e também engenheiros – passaram a desempenhar papel importante na administração pública, fazendo-se valer de um arsenal de discursos em relação à “civilização”, “ordem”, “limpeza”, “beleza” o que para Chalhoub significou uma prática de fazer política “deslegitimando o lugar da política na história” (Ibidem, p. 35). A higiene passou a ser vista como a ideologia das transformações urbanas e a higiene pública como elemento definidor do grau de civilização de um povo, além da figura do médico ser apresentada como alguém com qualificações necessárias para gerir um saber técnico-científico de suma importância para o momento em que vivia o Brasil.

¹⁷ A localização do meretrício. Uma medida que se impõe. Porque não realizá-la? *A Noite*, Recife, 8 de out de 1926. p.1

As faces da pobreza também eram perceptíveis aos olhos dos nossos cronistas d’A Noite: pedintes, mendigos, miseráveis e pessoas famintas eram personagens que compunham a paisagem dos bairros centrais do Recife, saindo da ilha de Santo Antônio até a Boa Vista.

[...] Tomamos um tramcar de Concórdia e voltamos à cidade, saltando na Praça Joaquim Nabuco, perto da Ponte da Boa Vista. A nossa atenção foi chamada para um barulho que partia da referida ponte. Fomos até lá. Era um grupo de meninos que zombavam de um pobre velho que pedia esmolas. Naquele instante tivemos a impressão de toda miséria humana. Mais de quinze pobres, entre homens e mulheres, estavam ali, exibindo as suas chagas e as suas misérias. Uma pobre velhinha tremia, chorando, sob a ação de uma fome desesperadora. Essa mulher que era um quadro vivo de um sofrimento negro; mereceu a nossa piedade. Deixamos cair um nickel no seu colo e saímos com o propósito de continuarmos o passeio. O sol, porém, já ia alto e enchia de luz a nossa cidade. Voltamos à redação pensando fortemente nestas coisas que dizem do nosso governo e do seu interesse pela saúde pública e pelo engrandecimento do Estado.¹⁸

A preocupação com a pobreza visível e a persistência deste problema pelas ruas recifenses também são perceptíveis na matéria “Mendigos! Mendigos!”, que estampou a primeira página do Jornal do Recife de 28 de janeiro de 1925. Cobrando atitudes mais efetivas do poder público, o Jornal do Recife estabelece outra relação no combate à pobreza e a participação do poder público neste intento: missão patriótica:

[...] É um mal que cresce, que aumenta assustadoramente aos nossos olhos, dando-nos um irreprimível mal-estar, ao mesmo tempo em que nos toca a alma, tamanha avalanche de misérias, de padecimentos cruéis, desses infelizes, tão brasileiros quanto nós, dignos de melhores cuidados por parte dos que, com boa vontade, poderão logo, senão extinguir, pelo menos minorar a sua funesta continuação [...] A sua continuação é um crime de lesapatriotismo. Cumpra aos nossos governantes a imediata extinção de todo esse acúmulo de sofrimentos [...] ¹⁹.

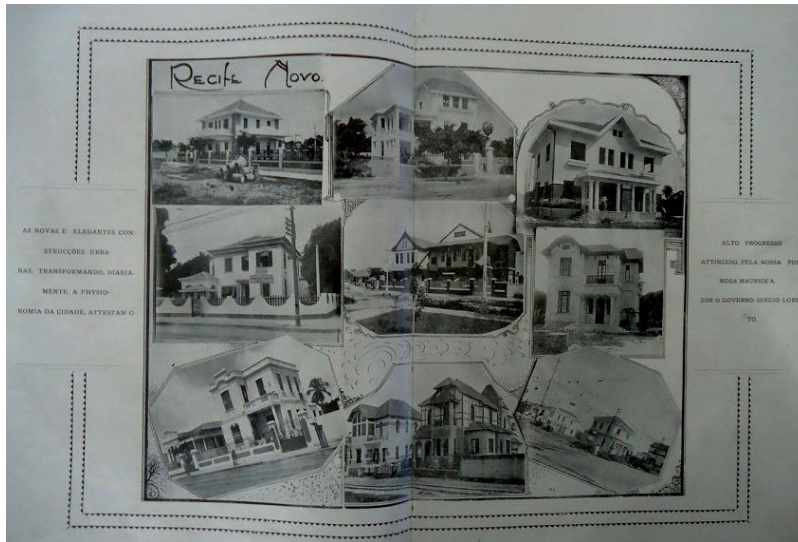
A modernização, entendida como as mudanças na infraestrutura da cidade, data no Recife das últimas décadas do século XIX, quando a cidade passou a contar com serviços de abastecimento de água, iluminação, transporte urbano, telefone, entre outros, e foi intensificada nas primeiras décadas do século XX com a abertura de ruas, praças, construção de pontes e estradas e com a reforma do porto e do bairro do Recife. Buscava-se um embelezamento estratégico da cidade. Perseguia-se a construção de uma cidade higiênica em oposição à cidade perigosa, caracterizada pela presença de mocambos, cortiços, mendigos, prostitutas, jogadores, crianças abandonadas e vadios. Ainda na década de 1920, persistia o

¹⁸ Os frutos da nossa higiene pública. Um passeio pela cidade nos domínios da lama, da miséria e da poeira. *A Noite*, Recife, 23 de out. 1923, p.1.

¹⁹ Mendigos! Mendigos!, *Jornal do Recife*, Recife, 28 de jan. 1925, p.1.

anseio de instâncias do poder público em apagar características arquitetônicas relacionadas ao período colonial e imperial, encarados como símbolos do atraso; era perceptível. Entre as tensões de defesa do tradicional e do moderno, o novo era apresentado como imperativo do progresso, e este como garantidor de um futuro próspero que se tentava configurar.

Imagem nº. 1



Fonte: Montagem de fotografias de edificações no Recife. Recife Novo. *Revista de Pernambuco*, ano III, nº. 24, jun. de 1926, S/p. É possível ler nas laterais da montagem: as novas e elegantes construções urbanas transformando diariamente a fisionomia da cidade atestam o alto progresso atingido pela nossa formosa Mauricéia sob o Governo de Sérgio Loreto²⁰.

Portanto, aliado a um projeto nacional de romper com as barreiras que atrasavam o desenvolvimento do país, o governo estadual de Pernambuco associou sua intervenção no aspecto urbano a características de implantação de métodos da administração pública que tinham como objetivo a desenvolvimento moral e científico da cidade do Recife. Este intento é evidenciado em artigo escrito na *Revista de Pernambuco*, onde são apresentados os ideais sobre os quais estava assentada a administração de Sérgio Loreto²¹. Os melhoramentos urbanos postos em prática ao longo do quadriênio estudado eram de responsabilidade do Departamento Geral de Viação e Obras Públicas, o qual modificou a maneira de contratar as empresas para a realização de serviços. Buscando contrapor-se ao modo como eram realizados os contratos em gestões anteriores, e enaltecendo os princípios da racionalidade da administração pública, o governo Sérgio Loreto passou a adotar o sistema de administração

²⁰ Trata-se do último número desta Revista, na qual há um balanço do quadriênio de Sérgio Loreto no Governo de Pernambuco.

²¹ Algumas considerações sobre as ideias básicas da atual administração. As realizações materiais correspondem a conquistas de ordem moral e intelectual – Obras públicas, Força pública – Urbanismo. *Revista de Pernambuco*, Sciencia, Arte, Política, Indústria. Recife, ano 1, nº. 5, novembro de 1924, S/p.

direta das obras, com o objetivo de realizar “uma educação geral do funcionalismo, no sentido de prepará-lo para dirigir obras públicas obtendo-as por preço inferior aos comuns, de sorte a fazer desaparecer a ideia absurda de que ‘o governo é rico, pode gastar’ que torna as obras do Estado por preço acima do seu valor”²².

1.2 Do bairro à cidade: reformas no porto e expansão do Recife.

Um turista em visita à capital pernambucana ou qualquer habitante do Recife circulam pelo bairro onde, nestes primeiros anos do século XXI, está instalado um dos pilares da nova economia pernambucana. Softwares, games, serviços de tecnologia e informação desenvolvidos num dos maiores parques tecnológicos do Brasil. Tudo isto no bairro histórico do Recife. Do porto nasceu esta cidade, e no bairro do porto ela se abre, se reinventa, para o mundo. Aqueles que circulam, vivem, sentem e respiram o bairro do Recife fazem, tal qual em Tamara de *Cidades Invisíveis*, a leitura de símbolos que representam a cidade: “Os olhos não veem coisas, mas figuras de coisas que significam outras coisas” (CALVINO, 1990, p. 17), descreve Marco Polo para Kublai Khan. Neste emaranhado de símbolos, na segunda década do século XXI, em meio a prédios de aspectos diversos, o visitante se depara com edifícios de concreto armado e vidros espelhados dividindo a paisagem com prédios de estilos ecléticos e neoclássicos. Essas construções partilham um espaço que possui uma avenida perimetral (Av. Alfredo Lisboa), outras paralelas a ela e duas grandes artérias radiais (Avenida Marquês de Olinda e Avenida Rio Branco), partindo da Praça Rio Branco, ou do Marco Zero. Para chegar a tal configuração, o bairro do Recife vivenciou profundas mudanças físicas e severas intervenções desde o início da sua ocupação; assim:

O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com as quais ela define a si própria e todas as suas partes (CALVINO, Op. cit. p. 18).

Partimos deste bairro, uma vez península e hoje ilha, onde teve início a colonização do Recife. Buscaremos interpretar suas páginas, numa tentativa de estabelecer uma discussão sobre as reformas urbanas para além do registro do que o Recife quer que se saiba dele durante o governo Sérgio Loreto, que não teve as pontes Maurício de Nassau, Buarque de Macedo e Giratória como limites.

²² Idem.

Partindo do porto do Recife, verificamos na leitura de Souza Barros (1985) uma extrema dependência da monocultura açucareira que ainda permanecia em Pernambuco na década de 1920. Esta atividade econômica desempenhava um papel central na economia pernambucana e o autor apresenta o Recife como o principal centro econômico do Norte do Brasil, por conta da sua localização geográfica privilegiada e a presença do porto, que permitia o escoamento de mercadorias e que a cidade passasse a desempenhar um papel central de liderança diante dos estados vizinhos. No entanto, desde o início do século XX o porto do Recife já não correspondia às novas necessidades:

A tonelagem e a dimensão dos barcos subira, com a aplicação do ferro na construção marítima e a adoção das máquinas a vapor. O embarcadouro interno, estreito e de pequena profundidade, não podia mais receber as grandes embarcações, que tinham de fundear em pleno oceano, no Lamarão, o ancoradouro externo, de onde as mercadorias eram transportadas em barças até a Lingüeta (ARRAIS, 1998, p. 47).

Tornava-se premente dotar o porto da cidade do Recife de melhorias que fossem capazes de permitir a entrada de navios maiores, bem como acelerar e ampliar as trocas comerciais. E esta foi uma preocupação dos administradores da cidade do Recife, culminando no ano de 1907 com o início das reformas na referida área. Verificamos, portanto, dois períodos de intensas reformas urbanas no Recife no início do século XX, um que inicia com as obras do porto e altera a configuração do bairro portuário, dotando este bairro de avenidas largas e retas, e outro momento, na segunda década do XX, tendo a administração de Sérgio Loreto igualmente interferido na configuração do porto, mas também abrindo novos caminhos para assentamentos populacionais nos arrabaldes do Recife, acompanhados de linhas de bondes, passeios públicos, jardins e novas artérias urbanas.

Como pano de fundo dessas intervenções urbanas havia o ideal de transformar o Recife numa cidade civilizada. Arrais aponta duas tendências que motivaram essas operações:

Por um lado, aquela decorrente das transformações verificadas na agroindústria do açúcar, a partir do final do século, que repercutia de forma mais palpável no crescimento populacional, pelo efeito das migrações da zona açucareira, sobretudo. Por outro lado, inscrita na evolução de quatro séculos da cidade, mas observada com mais ênfase no século XIX, a alta insalubridade da cidade, suas precárias condições sanitárias e a sucessão de epidemias que a assolavam com regularidade. O aumento do contingente populacional no início do século não se fizera acompanhar por melhoramentos sanitários e equipamentos urbanos adequados (Ibidem, p. 55).

Superar um Recife velho e construir um Recife novo, dotando a cidade de aspectos civilizados, eis a preocupação dos administradores desta cidade no início do século passado. O conceito de civilização é um conceito polifônico; pensado por europeus para uma realidade europeia, foi usado e estudado por vários teóricos²³, além de ter embalado os sonhos das elites brasileiras entre os séculos XIX e XX. Um deles, de que aqui fazemos uso, é Jean Starobinski (2001). Buscando reconstituir as referências históricas em torno da palavra civilização, o autor inicia seu estudo apresentando o uso das palavras civil e civilidade, que fazem parte do vocabulário francês desde o século XIII e XIV, respectivamente, enquanto civilizar encontra seus primeiros usos a partir do século XVI. Esta palavra é referente à ação de “tornar civis e brandos os costumes e maneiras dos indivíduos” (STAROBINSKI, Op. cit., p. 11). Por sua vez, civilização tem seu uso a partir de uma acepção jurídica, ou seja, o ato de se tornar civil um processo criminal.

O uso “moderno” da palavra civilização tem seu início no século XVIII e é “[...] empregada para exprimir a ação de civilizar ou a tendência de um povo a polir ou, antes, a corrigir seus costumes e seus usos produzindo na sociedade civil uma moralidade luminosa, ativa, afetuosa e abundante em suas obras”. Desta forma, Starobinski analisa que civilização passou a ser um vocábulo sintético que possuía valores diversos agregados a ele e que:

Graças à sua aliança com a ideia de perfectibilidade e de progresso, a palavra civilização não designará apenas um processo complexo de refinamento dos costumes, de organização social, de equipamento técnico, de aumento dos conhecimentos, mas se carregará de uma aura sagrada, que a tornará apta, ora a reforçar os valores religiosos e tradicionais, ora em uma perspectiva inversa, a suplantá-los (Ibidem, p. 32).

Nesta busca por corrigir os defeitos que atravancavam a sociedade pernambucana e seu ingresso nos caminhos da civilização e da modernização, o uso da razão científica e do discurso de progresso e civilização, amparados pela tutela médica, ganhará moldes de fórmula inequívoca a ser seguida pelo poder público com apoio das elites. Como indica Rezende, “saneamento, saúde, higiene, instrução aparecem como tarefas fundamentais da administração pública, como investimentos urgentes a serem feitos para não se perder os caminhos da modernização” (REZENDE, Op.cit. p. 56).

²³ O estudo de Norbert Elias em **O processo civilizador** é um dos grandes expoentes da área. Segundo Elias, o conceito de civilizado surgiu em decorrência da palavra civilização, compreendido a partir da sua oposição ao estado natural da barbárie. Visto como um processo, a partir do discurso iluminista no século XVIII, o conceito de civilização era baseado na razão, que conduziria as sociedades ao progresso. O fim do século XVIII é um momento de virada no uso do conceito de civilização, pois a partir de então cultura passará ser utilizado como correspondente à civilização.

As reformas no porto tiveram seu início no ano de 1907 e representaram um primeiro momento de reformas urbanas que o Recife vivenciou no início do século XX. Tinham por objetivo dotar o porto de estruturas que possibilitassem maior fluxo nas trocas comerciais, permitir o embarque e desembarque de passageiros e sanear o bairro. Estes objetivos continuaram a ser uma das preocupações da administração de Sérgio Loreto a partir do ano de 1922.

Cátia Lubambo (1991), analisando as reformas empreendidas no bairro do Recife, afirma que elas tiveram espaço dentro de um ambiente em que se discutiam nacionalmente as reformas urbanas empreendidas no Rio de Janeiro. Destaca também a participação do engenheiro Saturnino de Brito, que punha em prática um plano de saneamento num contexto do discurso higienizador e modernizador no bairro do Porto. Foram abertas três avenidas, a Av. Central (atual Rio Branco); a Av. Marquês de Olinda, para cuja construção tiveram de ser destruídos o Arco da Conceição e o Largo do Corpo Santo; e a Av. do Porto, atual Alfredo Lisboa. Conjuntamente à abertura dessas avenidas, vários cortiços foram destruídos e, conseqüentemente, houve um deslocamento da população pobre da cidade para áreas mais distantes do centro. A autora interpreta que após as reformas no bairro do Recife, a ocupação da área passou a ser predominantemente de atividades financeiras e ligadas ao comércio de importação e exportação. A socióloga conclui que houve uma valorização do capital interno e externo, tanto comercial como financeiro, com as reformas do porto, bem como a “transformação de uma área já bastante valorizada, ainda mais atrativa” (LUBAMBO, 1991, p. 132). Essa valorização se deu à custa da marginalização dos comerciantes menores, que ficaram relegados às áreas periféricas da cidade do Recife.

No entanto, apesar da destruição dos cortiços e valorização da área, o que acarretou no crescimento dos preços dos aluguéis e dos imóveis, a partir dos dados da Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária, o uso residencial ainda representava 40% das atividades exercidas no bairro do Recife no ano de 1923 (LUBAMBO, 1991, p. 130). Porto, escritórios responsáveis por transações financeiras estavam coexistindo com as ainda precárias habitações no bairro do Recife, local de primeiro contato com a capital pernambucana para aqueles que vinham de fora. Sanear e higienizar significava dar garantias àqueles que realizavam trocas comerciais no porto de que o Recife deixava de ser uma cidade perigosa tanto à saúde quanto aos negócios. Após as reformas iniciadas em 1907, as mudanças operadas na área do porto durante a gestão de Sérgio Loreto no bairro do Recife tiveram por objetivo central readequar o porto do Recife de modo a dinamizar as trocas comerciais, bem como diminuir o uso residencial do bairro, caracterizado pelo investimento

em novas áreas de habitação. É desta forma que o ideal de civilização se aliou ao processo de dar passagem ao capital, pois ao mesmo tempo em que se buscava modernizar o porto para as trocas comerciais, também se alijava a população considerada perigosa às áreas periféricas e concedia a esse empreendimento uma aura de perfectibilidade e garantias de retorno financeiro.

Ao assumir o governo de Pernambuco, Sérgio Loreto encontrou em vigência um contrato assinado em 10 de dezembro de 1920 entre o Estado e a União, no qual o governo Federal transferia para o Estado de Pernambuco a exploração comercial do porto pelo prazo de quatorze anos, bem como o governo estadual tornava-se responsável pela realização de obras complementares dentro de um prazo de cinco anos contados a partir da assinatura do contrato. Tais obras complementares eram “imprescindíveis à esperada eficiência do porto e vêm assim a prover não somente a lacuna ainda existente no aparelhamento moderno dos trechos de cais já em tráfego como também a suprir de análogo aparelhamentos os trechos a seguir”.²⁴

Coube, portanto, à administração de Sérgio Loreto cumprir o que o contrato previa. A solução dada pelo governador para resolver esta questão foi adotar o regime de administração contratada em detrimento do regime de concorrências que “correm os governos o risco de firmarem contratos altamente lesivos”²⁵. Desta forma, Mário Castilhos, engenheiro do Espírito Santo, foi contratado para a administração do porto, tendo o Estado a responsabilidade de financiar as obras. Entre as obras realizadas no porto figuram a construção de armazéns, construção de vias férreas e linhas de guindaste, instalação de canalizações elétricas, dragagem e aterramento do Brum e Santa Rita, canalização de águas pluviais e construção de galerias, edifício para o motor das Docas, dependências para a Capitania dos Portos, construção de uma casa para balança das Docas e reforço das muralhas dos arrecifes.²⁶

²⁴ *MENSAGEM do Exmo. Sr. Dr. Governador Sérgio T. Lins de B. Loreto Governador do Estado*. Lida ao instalar-se a 2ª sessão da 11ª Legislatura do Congresso Legislativo de Pernambuco aos 6 de março de 1923. Pernambuco: Oficinas Graphics do Jornal do Commercio, 1923. p. 37. APEJE.

²⁵ *MENSAGEM do Exmo. Sr. Dr. Governador Sérgio T. Lins de B. Loreto Governador do Estado*. Lida ao instalar-se a 3ª sessão da 12ª Legislatura do Congresso Legislativo de Pernambuco aos 7 de setembro de 1926. Pernambuco: Oficinas Graphics do Jornal do Commercio, 1926. p. 124. APEJE.

²⁶ *MENSAGEM do Exmo. Sr. Dr. Governador Sérgio T. Lins de B. Loreto Governador do Estado*. Lida ao instalar-se a 3ª sessão da 12ª Legislatura do Congresso Legislativo de Pernambuco aos 7 de setembro de 1926. Pernambuco: Oficinas Graphics do Jornal do Commercio, 1926. p.133 - 135. APEJE

1.3 Mercados, pontes, avenidas, praças e parques: construções físicas que simbolizavam o ideal de progresso.

Os bairros do Recife afastados do centro, em sua maioria, têm na sua origem uma relação direta com os adensamentos urbanos surgidos em torno dos engenhos de cana de açúcar e da configuração da casa grande, senzala e igreja. Numa cidade entrecortada por rios, formando ilhas e diversas zonas alagadas, que eram muitas vezes consideradas responsáveis pelas transmissões de doenças, a navegação no rio Capibaribe desempenhou grande importância nas trocas comerciais e na forma de ver e viver a cidade durante vários séculos, mas também expunha um empecilho para uma maior interação entre as partes desta cidade. Esta configuração territorial do Recife representava um relativo isolamento de seus arrabaldes e a concentração populacional, sobretudo nos bairros centrais, a saber: bairro do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista. As reformas no porto iniciadas em 1907 impulsionaram a ida das populações que habitavam nos cortiços para os bairros periféricos, e, como já vimos, o bairro de Santo Antônio, cada vez mais repleto de mendigos, vadios e meretrizes; com o preço dos aluguéis altos, perdia seu caráter habitacional para aqueles que não podiam mais viver ali ou que não tinham interesse de ver ou conviver com tal situação.

Diante deste contexto, os melhoramentos urbanos postos em prática pela administração de Sérgio Loreto em bairros distantes do centro se articularam com o discurso higienista que encampava um combate contra uma cidade perigosa, representada pela presença maciça das “classes perigosas” nos bairros centrais, ao mesmo tempo em que satisfazia o interesse comercial com a valorização de terrenos em bairros como Madalena, Torre e Boa Viagem; empreendia a construção de edificações de cariz moderno destinadas às populações mais abastadas e facilitava as trocas comerciais entre os pontos mais afastados e o centro do Recife.

É desta maneira que o mercado da Madalena é inaugurado em outubro de 1925, ganha as páginas do *Torre-Jornal*, e a figura do prefeito do Recife, Antonio de Góes, parceiro político da administração Sérgio Loreto, é exaltada. De caráter higiênico e preocupado com as questões de saúde pública, o poder público empreendeu a demolição dos barracos que compunham a feira do Bacurau para a construção do mercado e realocou a antiga feira de forma a reunir toda sorte de comércio em um único espaço. Arejados, locais aonde a luz natural tivesse acesso, mas que contassem também com as instalações da rede elétrica, representando aspectos da modernização, os mercados foram representativos no processo pelo qual passava a cidade do Recife. O jornal, tecendo críticas ao fato de anteriormente os

moradores terem de se deslocar à feira do Bacurau, que era “um atentado aos mais rudimentares princípios de higiene”²⁷, destaca a figura do administrador público, no caso, o prefeito Antônio de Góes, como um homem de visão de futuro, capaz de modificar o estado atrasado em que se encontrava a cidade, e que estava “compreendendo a inadiável necessidade de pôr um paradeiro a esse estado das coisas incompatíveis com o progresso e com a estética de um povo que se diz civilizado”.

Imagem nº. 2



Fonte: Fotografia em preto e branco da feira do Bacurau, local onde posteriormente fora construído o Mercado da Madalena. O estômago da cidade. *Jornal do Recife*, 13 de outubro de 1925. Lê-se abaixo da foto: A antiga feira do Bacurau no distrito da Torre e em cujo local se está construindo um mercado que terá o nome de Mercado da Madalena.

Na Revista de Pernambuco, a ausência de higiene pública na feira do Bacurau é relacionada com “o visível estacionamento do seu progresso e o desolado aspecto de flagrante decadência que se notavam naquele bairro”²⁸. Incumbida desta ação modernizadora, a Prefeitura do Recife demoliu os “casebres anti-higiênicos”²⁹ que compunham a antiga feira e pôs em prática o início das obras para que “concorressem ao mesmo tempo para o embelezamento do local e conseqüente desenvolvimento das construções modernas nos terrenos adjacentes, então providos de já dos indispensáveis requisitos de conforto e higiene”³⁰. Na parceria estabelecida entre o Governo de Pernambuco e a Prefeitura do Recife havia um intento de que com a existência de uma obra pública no bairro da Madalena caracterizada pelos preceitos de higiene e acionada pelo discurso civilizatório, fosse possível irradiar determinados preceitos de higiene para todo o seu entorno. Este intento também se dá por

²⁷ Honra ao mérito, *Torre-Jornal*, Recife, 25 de out. 1925, p.1.

²⁸ As obras do Mercado da Magdalena, *Revista de Pernambuco*, Ciencia, Arte, Política, Indústria. Recife, ano 2, nº. 14, agosto de 1925, S/p.

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

conta da implantação de outros serviços que esta obra trouxe, como por exemplo, a construção de galerias de águas pluviais, que beneficiou o conjunto dos moradores daquela localidade. Ao passo em que se inaugurou o mercado da Madalena, também foi inaugurada a ponte da Torre e foram iniciadas as obras de construção da Avenida Real da Torre.

No local onde foi construída a ponte da Torre já existia uma outra, anteriormente ao governo de Sérgio Loreto. No ano de 1922 se aventou a possibilidade de reparar a antiga ponte, com a contratação da empresa Isaack Gondim & Odebrecht, pela quantia de 10:25\$000. No entanto, o governo optou pela construção de uma ponte nova, com lastro em concreto armado e aproveitando as vigas de ferro da antiga ponte Buarque de Macedo. Contratou-se o trabalho da construção de uma nova ponte pelo valor de 297:000\$000, além dos serviços suplementares pela quantia de 3:168\$200, tendo sua construção concluída em 1924³¹. Esta ponte desemboca na Rua Conde de Irajá, rua que mais à frente se cruza com a Avenida Real da Torre. Esta avenida, com extensão de cerca de 2 km, serviu para ligar o bairro da Madalena ao da Torre, além de incentivar a especulação fundiária na área. A Revista de Pernambuco, defendendo as qualidades e facilidades de se investir nesta via aberta no Recife, afirma que:

Salvo raras exceções todos os terrenos são até agora de simples aforamento sendo, portanto fácil a divisão em lotes e consequente venda para construção. Isso contribuirá necessariamente para aumentar ainda mais o entusiasmo pelas construções que já se ressentiam de falta de terrenos que gozassem de tão bom clima como o da Madalena.³²

Desta forma, interligando as áreas centrais do Recife aos seus arrabaldes, a administração pública também investiu em outros serviços, em outros bairros limítrofes, a fim de interligar e integrar essas localidades, o que ocasionou a valorização do solo, o aumento da especulação imobiliária e ganhos financeiros para empresários e para aqueles que estavam próximos à administração estadual.

Outro mercado construído no período em tela é o da Encruzilhada³³. Aproveitando a antiga estação ferroviária³⁴, a administração estadual levou a efeito a demolição de grande

³¹ Dois anos de Política Construtora; Índices de Progresso; As Grandes Festas de Hoje, *A Notícia*, Recife, 18 de out. 1924, p.2.

³² Melhoramentos municipais na Madalena. *Revista de Pernambuco*. Ciencia, Arte, Política, Indústria. Recife, ano II, nº. VII, janeiro de 1925, S/p,

³³ Mercado da Encruzilhada. *Revista de Pernambuco*. Ciencia, Arte, Política, Indústria. Recife, ano I, nº. II, agosto de 1924, S/p.

³⁴ No jornal *A Notícia* de 14 de fevereiro de 1924, lê-se a seguinte matéria: Foram iniciados os serviços de construção do futuro Mercado da Encruzilhada, no local onde funcionaram as oficinas da antiga Companhia de Olinda, cujos terrenos foram ultimamente adquiridos pela Prefeitura. Mercado da Encruzilhada, *A Notícia*, Recife, 14 de fev. 1924, p.1.

quantidade de “casinhas de madeira que tornavam quase intransitável o grande largo fronteiro à estação”³⁵, numa busca incessante por higienização e melhorias estéticas em diversas áreas da cidade. As obras têm início em março de 1924, pautadas nas regras de higiene e seguindo os modelos de construção de edificações modernas, e possuía cento e sessenta e dois compartimentos “higiênicos e arejados”³⁶. Para além da construção do mercado, o governo põe em prática “aformoseamento”³⁷ do largo sito à frente dele, com “serviços de refúgio ajardinados, pavilhão para retretas, farta arborização e calçamento a asfalto”³⁸.

No bairro do Derby, é construído um novo prédio para abrigar a força pública³⁹. Deslocam-se instituições, constroem-se novos prédios. Se antes o 2º batalhão da força pública ocupava a área central, este cede seu espaço físico para o início das obras do futuro Palácio de Justiça, e o 2º batalhão foi transferido para o quartel do Derby. Aproveitando o terreno onde existiu outrora o Mercado Coelho Cintra⁴⁰, antiga propriedade de Delmiro Gouveia e local de diversão das elites no início do século XX, foi erguido o quartel, que tinha por objetivo significar “simbolicamente o fim a que se destina o edifício: é formado por uma recortada muralha em forma de ameias ou salteiras, à semelhança dos antigos castelos e fortificações”⁴¹. Além disto, almejava-se implantar requisitos de higiene militar, bem como cuidados com as saúdes dos soldados, por meio de exames contra verminoses.

Paralelamente à construção do prédio público há a iniciativa da construção do parque que se avizinha a ele, além da construção de canais, aterramento de alagados e abertura de novas artérias que ligam a Boa Vista ao novo bairro do Derby. Do bairro da Capunga até o

³⁵ Mercado da Encruzilhada. *Revista de Pernambuco*. Ciencia, Arte, Política, Indústria. Recife, ano I, nº. II, agosto de 1924, S/p..

³⁶ Idem.

³⁷ Idem.

³⁸ Idem.

³⁹ O terreno é adquirido pelo Governo do Estado junto à Prefeitura do Recife, uma vez que esta alegava não possuir recursos para realizar as melhorias no Derby para torná-lo um bairro de moradia. Desta forma, pelo ato n.376 de 04 de julho de 1923, o governador Sérgio Loreto aceitou os termos da proposta realizada pela prefeitura, que envolvia a cessão dos terrenos do Derby e seus edifícios pela quantia de quinhentos réis. Pelo fato de o Estado ser credor da Prefeitura em empréstimos adquiridos em novembro de 1922, coube à administração estadual pagar a quantia de 243:500\$970. *EXPOSIÇÃO com que o exmo. Sr. Dr. Antonio de Góes Cavalcanti, prefeito do município, abriu a 3ª sessão ordinária do Conselho Municipal do Recife em julho de 1923. Jornal do Commercio*, Recife, 18 de jul. 1923, p. 5. Obs.: entre 1922 e 1924 o Jornal do Commercio publicou os documentos oficiais do Governo do Estado e da Prefeitura do Recife.

⁴⁰ A respeito deste espaço de sociabilidade, é possível ler em ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. Recife, culturas e confrontos: as camadas urbanas na campanha Salvaçionista de 1911. Natal: EDUFRRN, 1998, p.24: “Inaugurado no primeiro ano do século, o Recreio Derby, instalado às margens do Capibaribe, entre a Capunga e a Madalena, também ostentava iluminação elétrica e oferecia atrativos como boliche e bilhar. Lá se tomavam sorvetes e refrescos. Construído pelo comerciante Delmiro Gouveia, o Recreio Derby funcionava no Mercado Coelho Cintra, que, no final de 1908 afundara numa decadência [...]”.

⁴¹ As grandes obras do Derby, *Revista de Pernambuco*. Ciencia, Arte, Política, Indústria. Recife, ano I, nº. I, 2 de Julho, 1924, S/p.

Derby são calçadas ruas e praças são arborizadas e embelezadas, como é o caso do Parque Amorim.

Conjuntamente à ação do poder público nesta nova área da cidade do Recife, ao se investir em infraestrutura estimulou-se a especulação imobiliária, favorecendo os interesses do governo e da elite local. De zona pantanosa e propícia para o desenvolvimento do impudismo, após as obras empreendidas na área, o Derby se tornou, segundo o veículo oficial de propaganda do governo do Estado, um local que reunia condições de salubridade, graça e encantando da paisagem⁴². Ao passo em que construía, implantava linhas de bonde e urbanizava, o Departamento de Viação e Obras Públicas dividiu as áreas laterais à praça em lotes para a realização de leilões, identificando essas intervenções no Derby com o objetivo de tornar a área habitável e criar um bairro.

Outubro de 1924 aparenta ter sido um mês agitado para a autopromoção da administração estadual. Foi inaugurado parcialmente o Quartel do Derby em 18 de outubro de 1924, com a Exposição Geral de Pernambuco marcando as comemorações pelo segundo aniversário da administração Sérgio Loreto e o centenário da Confederação do Equador. Esta exposição organizada pelo governo tencionava apresentar as realizações da administração estadual como símbolo de progresso e a viabilidade de Pernambuco e do povo pernambucano com conotações raciais. Lê-se na apresentação sobre a Exposição Geral de Pernambuco no jornal *A Notícia*: progredimos vertiginosamente, de maneira mais real e viva. Os que têm por mau hábito duvidar do nosso êxito, alegando até – Santo Deus! – razões étnicas e climatológicas, estarão agora decerto confundidos, envergonhados do seu julgamento apressado e leviano⁴³. Além de poder verificar os avanços técnicos e científicos de Pernambuco, o público pôde desfrutar de momentos de arte e lazer no Derby.

Este empenho na construção do Derby, que incorporava o desenho de um novo bairro para a cidade do Recife, articulado com a construção de um sistema viário e de drenagem, consistia num esforço do poder público no âmbito de embelezamentos, principalmente no que concerne à construção de parques e praças, que correspondiam a determinados objetivos. O uso dos termos praça e parque não eram consenso à época, sendo inclusive retratado nas folhas da Revista de Pernambuco:

Se, preliminarmente, reconhecemos que, com rigorosismo técnico e radical do vocábulo, Recife não possui ainda um parque digno dessa denominação, por outro lado podemos afirmar que agora, porém com o visual e encorajante

⁴² As edificações particulares do Derby, *Revista de Pernambuco*. Ciencia, Arte, Política, Indústria. Recife, ano I, nº. VI, Recife, dezembro de 1924.

⁴³ Exposição Geral de Pernambuco, *A Notícia*, Recife, 20 de out. 1924, p.1.

surto de vida nova e de progresso contínuo, esboçam-se novos horizontes para a nossa estética urbana e surgem como por encanto, dia a dia, os delineamentos de novos parques que decerto, mais tarde irão concorrer de modo decisivo para o requinte das belezas tradicionais de nossa capital. Para a rápida e perfeita consecução desse elevado propósito tão dignificante na sua significação social, quão fecundo nas suas salutares consequências, muito tem influído a ação conjunta dos poderes do município e do Estado.⁴⁴

Entre os anos de 1924 e 1925 foram construídos, além da Praça do Derby, as praças do Paissandu, Sérgio Loreto, Oswaldo Cruz e Entroncamento, que ao contrário do que foi visto em maior extensão no Derby, consistia no ajardinamento de campinas e largos já existentes, espaços ermos e alagadiços. Prefeitura do Recife e Governo do Estado atuando conjuntamente, na busca por uma cidade higiênica, investiam em parques e praças a fim de que esses espaços abertos e ajardinamentos representassem simbolicamente avanços da civilização sobre o atraso e a chegada do progresso. Na obra da construção da nova Praça do Paysandú⁴⁵, buscando estar em sintonia com esses ideais, destacam-se, por exemplo, o uso de concreto armado para a construção dos coretos, a arborização e o plantio de roseiras. Segundo Aline Figueirôa Silva, trabalhando a respeito da arborização nas reformas urbanas:

Se até então a influência inglesa dominava o paisagismo no Brasil, a reforma urbanística de Paris, que emergia como a nova metrópole da Europa, seria a grande vitrine para as ações de remodelação urbana, também inspirando o projeto paisagístico dos jardins públicos nos primeiros decênios do século XX. O culto à árvore, inclusive, é, de acordo com Segawa (1996, p. 70), uma invenção francesa do início do século XIX como símbolo de civilidade, cultura e patriotismo, expresso, por exemplo, na criação do “dia da árvore”, da “festa da árvore”. (SILVA, 2007, p.44)

Desta forma, alargados os sentidos de higienização para além dos sentidos de beleza e prazer no uso das praças, a atuação das administrações estadual e municipal tinham objetivos claramente delineados com o investimento neste tipo de construções. Na busca pela construção de um Recife Novo, apagar traços de atraso e insalubridade, como no caso das campinas e largos, o objetivo do investimento em parques e praças era dotar a cidade de símbolos que representavam, por sua vez, civilidade, patriotismo e progresso.

⁴⁴ Recife e seus parques, *Revista de Pernambuco*. Ciencia, Arte, Política, Indústria. Recife, ano I, nº. VI, dezembro de 1924, S/p.

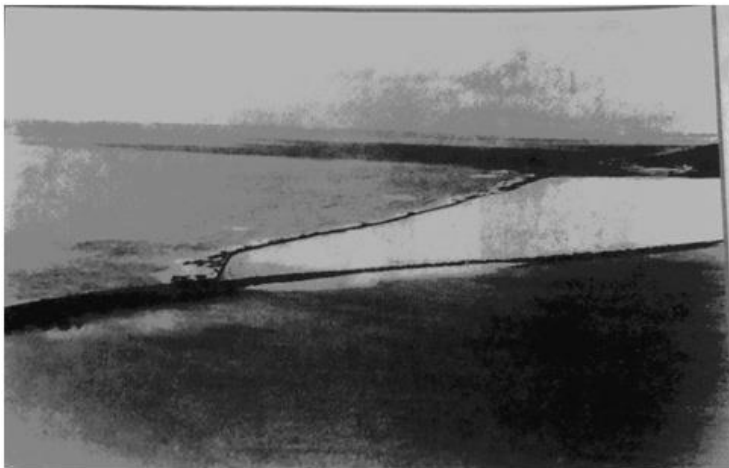
⁴⁵ Praça do Paysandú, *Revista de Pernambuco*. Ciencia, Arte, Política, Indústria. Recife, ano I, nº. I, 2 julho de 1924, S/p.

1.4 Pina e Boa Viagem: um novo adensamento urbano para as elites recifenses.

Foi nestas áreas da zona sul da capital pernambucana que uma série de obras foi realizada pela administração estadual. Tendo por objetivo central atestar o grau de desenvolvimento empreendido pelo governo de Sérgio Loreto, a construção da Avenida Beira-Mar, a colocação de postes em concreto armado e linhas de bonde interligando ao centro, as obras físicas realizadas no Pina e Boa Viagem correspondiam simbolicamente ao que se esperava para os tempos modernos. Essas mudanças físicas também são representativas, pois ao mesmo tempo em que se afastavam os perigos dos bairros centrais, construía-se uma área de ocupação destinada às elites e novos espaços de sociabilidade eram erigidos.

No momento em que se construiu o dique⁴⁶ para a junção da Ilha do Nogueira aos arrecifes, formando o areial novo, houve a execução de aterros e do fechamento da passagem da barreta e a incorporação do Pina à malha urbana do Recife. Essas obras configuraram, segundo Rita de Cássia Barbosa de Araújo (2007), maior profundidade nas águas do estuário, permitindo a circulação de embarcações de maiores proporções.

Imagem n.º 3



Fonte: Fotografia em preto e branco do areial novo, formado a partir da junção da Ilha do Nogueira aos arrecifes. Acervo do Museu da Cidade do Recife, S/d.

Fechada a barreta, os pescadores, então moradores da Cabanga, que dali atravessavam o rio e saíam para o mar, mudaram sua rota passando a alcançar o mar pela barretinha um pouco mais ao sul, o que no século XXI corresponde ao 1º Jardim da Praia de Boa Viagem. Nessa época o rio Pina separava o Pina da praia de Boa Viagem saindo para o mar pela barretinha. Em 1909 a barretinha também foi fechada para dar passagem ao trem que trazia

⁴⁶ De acordo com Oswaldo Pereira da Silva, esta construção foi conduzida pelo Governo no ano de 1849.

pedras para as oficinas do porto, o que levou a maioria dos pescadores a fazer do Pina sua moradia, aterrando o manguezal típico da área.

Segundo Oswaldo Pereira da Silva, durante os serviços de melhoramentos do porto, em 1909, foram instaladas no Pina oficinas onde eram confeccionados blocos de concreto, além de realizar serviços de conservação de máquinas, manutenção de navios e montagem de trilhos para passagem dos trens que transportavam pedras para a construção do dique, gerando oferta de trabalho e proporcionando a construção de casas de madeiras para os funcionários, elevando o número dos habitantes do local (2008, p.20). Quando a obra foi concluída, os pescadores que moravam em São José e na Cabanga, privados do acesso ao mar, passaram a morar no Pina, tornando sua praia um porto de jangadas. Segundo Silva (2008, p.27), entre 1910 e 1930 começaram os primeiros adensamentos configurando os arruados e a definição das primeiras quadras ou quarteirões. As casas de palha erguidas definiam a limitação das ruas.

Imagem n.º. 4



Fonte: Fotografia em preto e branco do Pina, 1922, na qual estão presentes as casas feitas de palha, moradia dos pescadores que habitavam a área antes da construção da Avenida Beira-Mar. Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Nesta configuração que vai se dando ao bairro do Pina, a ponte que liga este bairro à Cabanga desempenha um papel bastante importante. Oswaldo Pereira da Silva, ao escrever sobre o Plano de Esgotamento Sanitário do Recife, coordenado pelo engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, informa que “a ponte do Pina foi iniciada em 1910 para passar os tubos da Estação de Tratamento de Esgotos do Cabanga” (SILVA, 2008, p.44); nessa época, embora estreita e feita de madeira, a ponte serviu como meio de acesso ao Pina, mas ao mesmo tempo trouxe para o local a poluição das suas águas. Esta ponte facilitou o acesso ao

Pina de pescadores que habitavam no bairro de São José e na Cabanga. Buscando viver perto de uma saída para o mar depois que a barreta e a barretinha foram fechadas como parte das obras do porto do Recife, esses pescadores aos poucos aterraram, criando espaço para construir suas habitações e alterando, portanto, os contornos das ilhas que formavam aquela localidade.

A ponte foi reformada e ampliada para passagem de mais de um veículo no governo de Sergio Loreto pelo Departamento Geral de Viação e Obras Públicas e nela foram instalados trilhos para a circulação do bonde elétrico, que funcionou em duas classes: a primeira, que carregava passageiros, e a segunda, destinada ao transporte das cargas. Por ela, a partir de 1923, também circulou um ônibus que fazia a linha Cabanga-Pina, com uma viagem pela manhã e duas durante a tarde. Além disso, em 1924 a empresa Olinda-Paulista estabeleceu concorrência implantando uma linha do Recife passando pelo Pina com destino a Boa Viagem com oito viagens diárias.

Segundo a Revista de Pernambuco, o governo de Sérgio Loreto deu início à construção da Avenida da Ligação, atual Herculano Bandeira, em 8 de outubro de 1923, quando seus empregados passaram a cavar, remover areia, demolir mocambos e demarcar terrenos. Em 1924 teve início a construção da Avenida Beira Mar. Tais avenidas foram ladeadas por calçadas e providas de iluminação elétrica, proporcionando passeios à beira mar. Os postes da Tramways possibilitavam que os bondes elétricos circulassem nas novas áreas abertas ao sul da capital e eram interpretados como símbolos de elegância e majestade, de acordo com as linhas escritas pela Revista de Pernambuco⁴⁷. Exaltava-se o fato de ser usado concreto armado, material inovador para a época, uma vez que custava menos e era resistente ao ambiente em que estava instalado, resistindo à maresia.

A construção da Avenida Beira Mar tornou-se um marco dentro da administração de Sérgio Loreto. Lê-se na Revista de Pernambuco o seguinte:

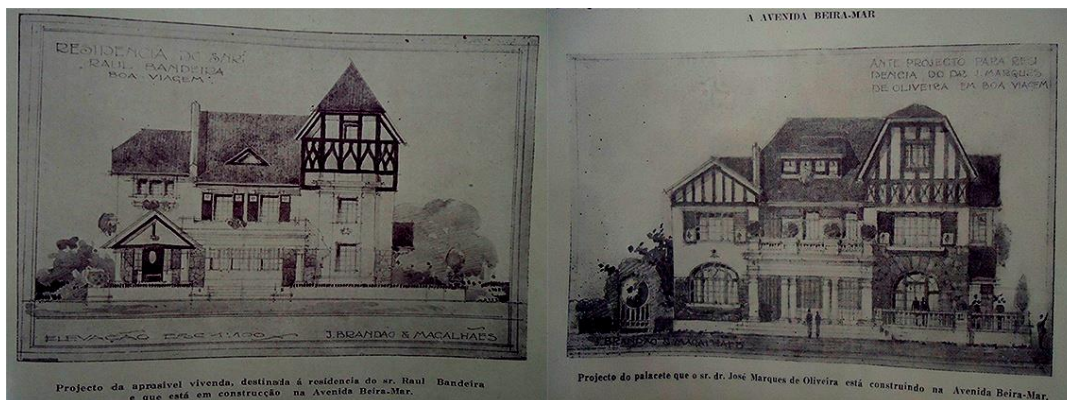
Entre as obras realizadas pela atual administração a Avenida Beira Mar se destaca incontestavelmente e servirá para marcar bem o início de uma era nova em Pernambuco, o início de uma era em que se deixam de lado as iniciativas estreitas e se entra no terreno franco das largas realizações.⁴⁸

⁴⁷ Uma visita à futura Avenida Beira-Mar. Algumas notas sobre esse grande melhoramento executado pelo Governo do Estado. *Revista de Pernambuco*. Ciencia, Arte, Política, Indústria. Recife, ano I, nº. I, 2 de julho de 1924, S/p.

⁴⁸ A Avenida Beira Mar, *Revista de Pernambuco*. Ciencia, Arte, Política, Indústria. Recife, ano I, nº. 4, 18 de outubro de 1924, S/p.

Logo que os 4.993 metros da nova artéria são construídos e a nova área habitável da cidade é dotada de transporte público, energia e esgoto, a Avenida Beira-Mar, atual Avenida Boa Viagem, passa a receber novas residências. Mais apartado do centro, à beira mar, o desenvolvimento desta área da cidade, higienizada e distante dos perigos existentes nos bairros centrais, representava um modelo de se viver, mas, sobretudo, um símbolo de distinção social. Em contraste às casas de palha e mocambos que foram apresentados na imagem nº. 5, palacetes à beira mar começaram a ser construídos, ao passo em que os pescadores que ali habitavam foram sendo substituídos pela grande quantidade de profissionais liberais, comerciantes e empresários que passaram a habitar, ou ao menos ter propriedade, no novo bairro balneário. Os investimentos realizados pelo Estado valorizaram o solo urbano, ampliaram a especulação imobiliária, favoreceram pessoas ligadas à administração estadual, bem como reforçaram a elitização de determinados espaços da cidade do Recife ⁴⁹.

Imagens nº. 5 e nº.6



Fonte: Desenho da fachada da residência do Sr. Raul Bandeira e ante-projeto da residência Sr. Dr. José Marques de Oliveira, trabalhos de J. Brandão & Magalhães, respectivamente. A Avenida Beira Mar, *Revista de Pernambuco*, Recife, ano I, nº. 4, 18 de outubro de 1924 s/p⁵⁰.

⁴⁹ A relação completa dos proprietários de terrenos na Avenida Beira Mar, do Pina até Boa Viagem, consta no *Diário do Estado*. Nelas os nomes como Amaury de Medeiros, diretor do Departamento de Saúde e Assistência, Loreto Filho, professor da Faculdade de Direito, diretor da Revista de Pernambuco e filho do governador, Odilon de Souza Leão, diretor de Obras Públicas, Mário Castilhos, engenheiro contratado para a administração do porto do Recife, figuram como alguns nomes ligados à administração local. Destaca-se também o nome de Bruno Velloso, comerciante no Recife, e a quem grande parte dos constantes na relação compra terrenos na Avenida Beira Mar. CASTILHOS, Mário. Administrador das obras da Secretaria de Administração das Obras do Porto do Recife. Proprietários ao lado Avenida Beira-Mar a partir do Pina até Boa Viagem. *Diário do Estado*. Recife, 31 de ago. 1924, p. 656.

⁵⁰ A partir da concretização da Avenida Beira Mar, o bairro do Pina e de Boa Viagem vivenciaram uma mudança de sua paisagem tanto física e quanto social, pois de vila de pescadores passou a ser local de moradia e divertimento de famílias abastadas do Recife.

Ao passo em que se arvorava em grandeza ao tomar para si a construção da citada avenida, a administração estadual não passou incólume às críticas. Estas tinham em seu bojo questões que orbitavam desde as de ordem higiênicas até as que punham em xeque o favorecimento de pessoas próximas ao governador com a valorização de terrenos e os gastos excessivos com as obras. No hall de críticas cujo foco eram as questões higiênicas, avaliava-se o fato de o mar ser o local onde eram despejados os dejetos do esgoto⁵¹ e o mau cheiro advindo deste fato. Questionavam os redatores da Revista de Pernambuco se “já se ouviu dizer que mau cheiro matasse alguém?”⁵², minimizando o fato e afirmando que o odor do esgoto era muito mais um incômodo do que um impeditivo para a continuação da abertura da Avenida. Afirmava também que o despejo dos esgotos só afetaria a pescaria se os animais retirados do mar fossem comidos crus, pois “[...] especialmente os bacilos do grupo colityphico [...] são perigosos, é certo, mas precisam ser introduzidos vivos no organismo; daí o perigo dos legumes crus, dos frutos mal lavados, das mãos sujas”. Por fim, e mais esclarecedor, interroga a publicação que “se estas críticas fossem justas, seria explicável que o Departamento de Saúde e Assistência, que tem uma organização modelar e à sua frente médicos dos mais cultos do Estado, concordasse com este suposto atentado à saúde pública?”. Detentores de um saber, os médicos do Departamento de Saúde e Assistência blindavam a administração das críticas dirigidas ao governo, bem como ditavam como a administração pública deveria construir, guiados por um saber racional e científico.

As críticas e suas respostas também estão presentes no jornal *A Notícia*⁵³. Em sua grande maioria, elas giravam em torno dos altos gastos na realização da obra. Lembrava-se o fato de haver outras prioridades no Estado, que não a abertura de uma via costeira, inclusive melhoramentos em outras áreas, que não numa zona pouco habitada. Em defesa desta obra, o mesmo jornal cerrava fileiras ao lado do argumento de que tais obras concorriam para o progresso tanto material quanto mental da população do Recife e que a abertura desta artéria punha fim à falta de saneamento numa área “alagadiça e impaludada”. Aos que se opunham a tal projeto, cabia a tacha de não serem patrióticos, de serem pouco esclarecidos e mal intencionados.

⁵¹ Na ilha do Pina, Jornal do Recife, 15 de janeiro de 1925. Apresenta imagem do despejo do esgoto e o seguinte texto: O cano geral do esterquilínio que não deixa a encantadora ilha tenha o belo valor que ela merece.

⁵² A Avenida Beira Mar. *Revista de Pernambuco*. Ciencia, Arte, Política, Indústria. Recife, ano I, n.º. 4. 18 de outubro de 1924, S/p.

⁵³ Entre as inúmeras críticas à construção da Avenida, destacam-se: A Avenida da Boa Viagem, *A Notícia*, Recife, 07 de ago. 1924, p.1; Duda e Avenida de Boa Viagem, *A Notícia*, Recife, 13 de ago. 1924, p. 1.

A abertura da via costeira contribuiu também para alterar os hábitos da população recifense e permitir novos espaços de sociabilidade. Os banhos de mar⁵⁴ e os efeitos terapêuticos da água salgada já eram decantados nos escritos de Mário Sette, uma vez que os veraneios cada vez mais desempenharão um importante papel no convívio das pessoas que habitavam o Recife, pois após a praia durante o dia, a noite se tornou momento para os saraus e partidas. Sette destacou as vestes utilizadas por homens e mulheres na praia: esses resguardos de pudor, notadamente os trajés que não deixavam a nu nem o pescoço nem o tornozelo, davam, contudo, assunto aos comentários maliciosos e às censuras ásperas dos moralistas (SETTE, 1987, p. 29). Se nesta citação de *Anquinhas e Bernardas*, que toma como recorte temporal o período de transição do Império para a República, percebemos que a preocupação em torno do corpo era de resguardá-lo e não mostrá-lo, a sociedade recifense da década de 1920 já possuía outra relação com a praia e as vestes usadas neste espaço. No *Pina-Jornal* de 12 de setembro de 1925, um recuo maior nos pudores em relação ao corpo é apresentado.

Imagem nº. 7



Fonte: Fotografia em preto e branco de banhistas na praia do Pina. Vultos que avultam. *Pina-Jornal*, Recife, 12 de set. 1925, p. 1. Lê-se: hora do banho na encantadora praia do Cassino, três criaturas divinas fazendo a gente perder a cabeça.

⁵⁴ Segundo Rita de Cássia Araújo: “No final da primeira metade do século XIX, quando se iniciou a campanha pela implantação do costume de banhos salgados nas grandes cidades brasileiras, e mesmo nas décadas seguintes, o Recife não dispunha de boas praias recomendadas aos banhos. Primeiro, tentou-se a fórmula transitória – espacial, histórica e culturalmente transitória – que foi a Barca de Banhos do Capibaribe. Depois, vieram as praias do Brum, Santa Rita e Cinco Pontas. Mas estas ficavam demasiadamente próximas ao centro urbano, não oferecendo condições ideais para a privacidade e o recato que os banhos das famílias de elite requeriam”. ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007, p.436.

Sorridentes, de braços abertos, apresentando o posicionamento de braços e pernas que indicam estarem em movimento, essas três mulheres aparentam encontrar no banho de mar um momento de grande liberdade. Se a partir do relato de Sette, da transição do século XIX para o XX, os trajes não deixavam a nu nem o pescoço, percebe-se que no início do verão de 1925 coxas, tornozelos, braços e antebraços já se fazem visíveis, mantendo unicamente todo o tronco coberto. Se o corpo não é visto em sua totalidade, os trajes de banho insinuam, deixam ver ou antever, permitindo cada vez mais a imaginação sobre eles. Duas das personagens da foto, inclusive, pelo corte de cabelo, deixam à mostra a nuca. Certamente pelos trajes de banho não podemos classificá-las como melindrosas⁵⁵; todavia, a partir do corte de cabelo e da forma pela qual se apresentam à sociedade, elas desafiavam a hierarquização dos sexos, ao mesmo tempo em que pregam o nivelamento social (OLIVEIRA apud NASCIMENTO; MELO, p. 09), visto que se fazem fotografar desacompanhas pelos pais e irmãos, e frequentam este novo espaço de sociabilidade do Recife, que é a praia. Este local propiciou, sobremaneira, que muitas mulheres tivessem a possibilidade de se fazer ver, desafiando os costumes de uma sociedade que se modificava, o que, para muitos homens, foi motivo para “perder a cabeça”⁵⁶.

Os corpos que se dilatavam à luz do sol também se comprimiam no novo empreendimento do Cassino do Pina. Inaugurado para o verão de 1925, oferecia, a preços módicos para as famílias recifenses, os seguintes atrativos em seu anúncio de inauguração:

Danças, festas náuticas, retretas, onda giratória, carrossel, cassino, bar, restaurante, quartos para mudança de roupas, barraca de lona listrada para serem armadas em um minuto em qualquer parte da praia que o banhista deseje, roupas de banho para senhoras, homens e meninos, última moda para a estação de 1925.⁵⁷

Este empreendimento privado de diversão construído numa zona de expansão da cidade se direcionava a um público elitizado, pessoas higienizadas, cujo consumo de jogos,

⁵⁵ Segundo a descrição de NASCIMENTO; MELO (2015, p.10): “Todas elas tinham em comum a aparência bem trabalhada, os cabelos curtos com cortes “à la garçonne” acabando nas orelhas e com a nuca raspada, a maquiagem forte, as saias pouco abaixo ou mesmo por cima do joelho, os lábios pintados de vermelho carmim e em forma de coração, a indiferença em deixar os braços à amostra, o fato de depilarem as pernas, de desenhar suas sobranceiras, usarem pequenos chapéus estilo *clochê* e sapatilhas de amarrar, demonstravam um comportamento diferenciado daqueles que se esperava a uma moça “comum” da época, pois fumavam, dirigiam, dançavam ritmos quentes, andavam frequentemente sem a presença masculina do pai, ou irmão, frequentando chás, magazines, confeitarias, cafés, e festas, além de ousarem lançar *flirts* insinuando-se aos homens”.

⁵⁶ Para Hugo Medeiros, as melindrosas exerciam atrativo irresistível sobre boa parte dos homens da época. MEDEIROS, Hugo Augusto Vasconcelos. Melindrosas e Almofadinhas: Relações de Gênero no Recife dos anos 1920. Revista Tempo e Argumento, UDESC volume 02, número 02 jul/dez. 2010. p. 107.

⁵⁷ Anúncio da inauguração do Cassino do Pina. *Pina-Jornal*, Recife, 05 de set. 1925, p.4.

divertimentos e bebidas supostamente não representariam um perigo à sociedade. Em nota anunciando as atividades prometidas para a noite de 22 de outubro de 1925, o jornal *A Noite* escreveu:

Mais uma noite vão ter os habitués do Cassino do Pina com os festejos que levarão a efeito naquela ilha [...] No pavilhão de danças, haverá um bem organizado baile, abrilhantado pela estonteante jazz-band. No teatro será encenada pela aplaudida trupe Iris sob a direção do ator J. Dias e que tanto sucesso tem colhido a hilariante peça em 3 atos “Empresta-me a tua mulher”, sendo distribuído num dos intervalos, um delicioso mimo às senhoritas como recordação desta serata. Outras surpresas estão reservadas aos amantes dos bons divertimentos, sendo de prever, pois, que o dia de amanhã seja o preferido pela elite pernambucana.⁵⁸

Entre risos pelas interpretações do teatro, presentes às mulheres solteiras, as danças embaladas por ritmos estrangeiros ganham destaque por conta da centralidade que as atividades físicas assumiram na sociedade da época. Envolto de questões relacionadas à raça diante dos progressos de um povo, saber dançar ganhou contornos de exibir virilidade, de contribuição de cunho patriótico, pois corpos fortes, belos e saudáveis representavam a potência de uma nação:

Se outra qualidade não colocasse a mocidade brasileira, na hora presente, numa posição de invejável destaque, somente por esta, por si só bastaria para lhe definir os grandes traços viris: saber dançar. Dançar bem, com elegância e com arte é, hoje em dia, a preocupação latente de todo moço bonito e, não apenas destes, mas de todos aqueles que ainda mesmo não o sendo, presumem sê-lo [...].⁵⁹

Nos bailes realizados não apenas no Cassino do Pina, mas também nos salões dos clubes recifenses, danças modernas animavam os jovens e, de certo modo, causavam espanto aos familiares devido às mudanças de costumes e à licenciosidade do contato entre os corpos. Entre os ritmos destacavam-se o maxixe, o tango, o fox-trott, o jazz e o frevo durante os carnavais. Nas ruas, os cafés, além de servir bebidas, divulgavam possuírem espaços para a dança que atraíam homens e mulheres. A respeito dos cafés, Sylvia Couceiro escreve:

Segundo Mário Sette, o período áureo dos cafés recifenses foi na virada do século XIX para o XX. Ambientes tidos como suspeitos, os cafés eram freqüentados de dia e à noite geralmente por homens, principalmente estudantes, não sendo considerados lugar “de família” [...] Para as camadas populares, os cafés constituíam-se em importantes espaços de sociabilidade. Eram os conhecidos cafés-cantantes, ou cafés-concerto, espalhados por diversas ruas do centro e subúrbios do Recife. Vistos com desconfiança

⁵⁸ O verão no Cassino do Pina, *A Noite*, Recife, 21 de out 1925, p.1.

⁵⁹ Um povo que dança..., *A Noite*, Recife, 17 de nov.1923, p.1.

pelas autoridades e pelas famílias, devido à frequência considerada pouco seleta, responsável pela promoção de arruaças, bebedeiras e atentados aos bons costumes, os cafés eram uma presença constante nas notas policiais e nos livros de queixas das delegacias nos anos vinte. (COUCEIRO, 2007, p.3)

Enquanto os jogos e divertimentos dentro do Cassino eram permitidos e a propaganda deles estampada nos jornais, por outro lado, existia uma perseguição às diversões praticadas pelas camadas populares, denotando uma seletividade sobre que tipo de jogo permitir e quem perseguir na ação das autoridades públicas:

Há ordens terminantes contra o jogo. Uma campanha tão tenaz, tão contínua, que nós vemos por aí afora e o jogo do bicho funcionando normalmente. Isto não é nada. O jogo das casas de pensão foi proibido de tal forma, que hoje se não vê uma só casa desse gênero que funcione com o seu campister e a sua roleta. Tem se feito até perseguições tremendas contra certos jogadores.⁶⁰

Utilizava-se para o Cassino do Pina o adjetivo “familiar”, ou seja, um local onde supostamente os vícios e a devassidão, que eram perseguidos em vários pontos da cidade, não se misturariam às pessoas já civilizadas que jogavam, dançavam e aproveitavam o verão com o banho de mar. No entanto, em 23 de outubro de 1925 um escândalo sobre o Cassino do Pina é noticiado n’*A Noite*: Mulheres da vida fácil dançam no Cassino do Pina. Através de uma carta que chegou ao jornal, é tratado como denúncia o fato de “estar o salão de danças do Cassino do Pina frequentado por mulheres de vida fácil e às vezes de baixa espécie”⁶¹. À moda do “diga-me com quem andas que tirei quem és”, a crítica d’*A Noite* solicitava esclarecimentos dos proprietários do Cassino sobre este evento, pois a presença destas mulheres num ambiente que se alardeava familiar começava a levantar suspeitas tanto sobre os próprios proprietários quanto as famílias que ali frequentavam.

Na edição da Revista de Pernambuco, que celebra a inauguração da Avenida Beira Mar, sua capa mostra dois símbolos da modernidade: o carro e o bonde elétrico.

⁶⁰ Impressões d’um jornalista que passa pelo Recife: Pernambuco sob um governo sem iniciativas. A falta de troco, a carestia da vida, o jogo na cidade, as epidemias, enfim, toda uma série de calamidades através de comentários ligeiros e oportunos. *A Noite*, Recife, 17 de nov. 1923, p.1

⁶¹ No Cassino do Pina dançam mulheres de vida fácil, Recife. *A Noite*, 23 de out. 1925, p.1.

Imagem n.º 8



Fonte: Cromogravura da Avenida Beira Mar. Capa da Revista de Pernambuco, *Revista de Pernambuco*, Recife, ano II, n.º VII, janeiro de 1925.

Diante do mar, duas pessoas desfrutam da praia. São apresentados na Avenida recém-inaugurada alguns símbolos bastante representativos para interpretarmos este momento que vivia o Recife. Duas máquinas, dois meios de transporte, ambos associados à velocidade que os tempos modernos traziam. À frente um carro e duas senhorinhas na parte de trás do conversível, portando chapéus *clochês*, sentadas numa posição descontraída. A respeito da introdução do automóvel na sociedade recifense, temos a seguinte análise de Rita de Cássia de Araújo sobre o automóvel:

O automóvel ingressou, na sociedade urbana, revestido de um encanto quase místico. Sua identificação com a modernidade, aguçada pelo poder de desenvolver uma alta velocidade, era indiscutível. Possuir um automóvel, esse cobiçado e luxuoso bem de consumo reservado aos homens, era sinal de riqueza e poder. Ao exibir-se montado em tão prodigiosa máquina, seu proprietário passava a acumular mais prestígio, e, não bastasse tudo isso, o autopesseio funcionava como atrativo irresistível na hora da conquista amorosa (ARAÚJO, Op. cit., p. 467).

No bonde elétrico, perdendo em velocidade para o carro, repleto de homens, à exceção do condutor que olha para frente, temos três rapazes que olham em direção oposta. Estariam os olhares desses homens atraídos por essas mulheres que se reapresentam à sociedade, que viram os rostos em direção oposta aos dos homens do bonde elétrico, ou tão simplesmente estavam atraídos pela nova paisagem, aberta aos olhares dos recifenses e visitantes desta cidade?

No Recife dos anos de 1920, o antigo hábito da vida das mulheres no interior dos sobrados, das escolas e igrejas apresentava-se como algo distante, um despropósito. As ruas com seu comércio diversificado (lojas de joias, chapéus, fazendas, sapatos, perfumes) atraindo

para as compras jovens em busca de andarem na moda. As diversões, entre elas o banho de mar e as danças, promoveram uma nova série de hábitos, como os exercícios físicos e novas formas de sociabilidade que aproximaram mulheres e homens e promoveram um estilo moderno de vida.

1.5 Esferas privada e particular: discussão sobre o trabalho feminino

Nesta tentativa de construção do Recife Novo, ao passo em que a ocupação da cidade foi expandida territorialmente, áreas foram conectadas, vias de circulação construídas e linhas de meio de transporte implantadas, as mulheres ampliaram a conquista da circulação nos espaços públicos. Num processo que data da virada do século XIX para o XX, tendo uma relação direta com o novo regime republicano implantado, cada vez mais as mulheres⁶² que vivem no Recife do período em tela têm uma maior possibilidade de verem e serem vistas nas ruas, praças, parques e na praia, além de se inserirem no mercado de trabalho. Seja pela democratização do Recife, que os bondes de burros propiciou, como afirma Mário Sette em *Arruar*, seja pelas aproximações físicas e geográficas que os serviços de transportes favoreciam, na leitura de Arrais (1998, p. 68), uma nova realidade é apresentada às mulheres.

No sentido desta leitura de maior conquista dos espaços públicos pelas mulheres, partimos do pressuposto de uma distinção entre as esferas pública e privada, não apenas restrita a ambiente doméstico e mundo do trabalho, mas também a própria aparição feminina nas ruas. Enquanto o lar era de domínio das mulheres, local onde elas seriam responsáveis pelos cuidados dos corpos e emoções dos membros da família, a rua estaria destinada aos homens, que exerceriam o trabalho profissional. É importante salientar que estes locais foram historicamente construídos, excludentes e repletos de simbologias e que, a partir do estudo de Scott, compreendemos que “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos” (SCOTT, 1989, p.24), ou seja, as práticas conferidas ao que significa ser homem ou ser mulher necessitam ser desnaturalizadas, bem como é necessário conferir historicidade a elas.

Susan K. Besse (1999) registra que a partir da década de 1910 há um crescimento da participação das mulheres das camadas urbanas, tanto médias quanto altas, no mercado de

⁶² No período colonial e imperial as escravas de ganho circulavam sozinhas pelas ruas, as estrelas, ou seja, as prostitutas, também. No entanto, cabiam aos pais os cuidados com a circulação de suas filhas em áreas públicas, mesmo os pais de moças pobres, pois eles eram responsabilizados perante a justiça quando elas sofriam atentados à honra. Tratamos, portanto, de um contexto em que se vive um processo de urbanização e que mulheres das camadas média e alta também passam a frequentar os espaços públicos.

trabalho brasileiro, em conjunto com as mulheres pobres que há tempos já desempenhavam funções laborais. Para a historiadora:

Isso era o resultado de uma associação de fatores: (1) a passagem gradativa da produção doméstica para o mercado e o conseqüente declínio do valor econômico do trabalho doméstico das mulheres; (2) a situação econômica precária da crescente classe média urbana, esmagada pelas altas taxas de inflação e pela pressão para consumir os produtos e serviços da economia de mercado que se expandia rapidamente; (3) a procura cada vez maior de funcionárias no setor de serviços; e (4) a adoção pelas próprias mulheres do valor burguês do trabalho, o que promovia seu desejo de maior auto-suficiência econômica e realização profissional (BESSE, Op. cit, p. 143)

É nesta direção que segue a formulação de que as mulheres modernas deveriam usar a sua inteligência como colaboradoras úteis aos homens. No entanto, na medida em que o trabalho se tornava cada vez mais presente na vida feminina e que para exercê-lo, a rua e o espaço público necessitavam ser conquistados, são apresentados os conflitos e as tensões de uma dimensão sexuada das relações sociais. Inicialmente porque “na rua pulsavam o desconhecido, os hábitos reprováveis, as paixões condenáveis, cujo controle escapavam à ordem familiar” (ARRAIS, Op. cit, p. 70) e, paralelo a esse pensamento, como seria possível as mulheres cumprirem sua missão de bastiões da estabilidade e moralidade da família, se estavam nos escritórios e nas fábricas em vez de estarem em casa? (BESSE, Op.cit. p.145). A sociedade se modificava, tanto quanto à maneira de pensar o trabalho quanto em relação a quem deveria exercer determinadas funções, e nessas mudanças os conflitos estavam constantemente presentes.

Senhoras e senhorinhas circulavam pela Rua Nova e demais espaços públicos vestindo tecidos mais leves, roupas com menos enfeites e sem enchimentos, cabelos e saias curtas⁶³. Entre os anos de 1922 e 1926 encontramos mulheres por toda a parte: nas ruas, bondes, cafés, bailes, teatros, cinemas, escolas, lojas, festas de igreja e nas fábricas. As mulheres trabalhavam como cigarreiras, costureiras, datilógrafas, professoras, dentistas⁶⁴, médicas, artistas⁶⁵, parteiras, quitandeiras, cartomantes⁶⁶, empresárias e prostitutas. Entre os novos

⁶³ Pelas nossas vias públicas, *A Noite*, Recife, 28 de dez. 1923. Após um instantâneo que apresentam uma senhora e uma senhorinha, lê-se: A mocidade! A mocidade é tudo. As nossas ruas tomam uma feição linda quando a juventude irradia por toda a alma da cidade. E a velhice? A velhice foi também mocidade. Foi tudo. É uma recordação do passado, do antigamente.

⁶⁴ Na primeira página do Jornal *A Tarde*, Recife, 04 de jan. 1923, é estampada uma fotografia de uma estudante da Escola de Odontologia do Recife com o seguinte texto: Senhorinha Maria do Carmo Silva, filha do coronel Basílio Silva, abastado comerciante na cidade de Sousa. É uma das mais estudiosas alunas da nossa Escola de Odontologia, onde vem fazendo um curso distinto à guisa de elevado apreço e estima no seio da sociedade recifense.

⁶⁵ Teatro do Parque, Companhia Maria Lina -- Brandão Sobrinho. *A Noite*, Recife, 13 de mar. 1923.

hábitos possíveis às mulheres nas ruas do Recife destacava-se o flerte, exercício rápido de sedução, ao qual se dedicavam as mulheres nos mais variados espaços, embora seja garantido nos locais destinados ao footing, como na Rua Nova, ou nos parques e praças recém-criados. A prática dos esportes, como expressão civilizada de confronto entre rivais e de culto ao corpo, também atraía a presença feminina. Há registros delas assistindo corridas de cavalos, regatas no Capibaribe e jogos de futebol ⁶⁷. Elas também circulavam de bicicleta, nadavam no Pina e em Boa Viagem ⁶⁸ e praticavam ginástica nas escolas que frequentavam ⁶⁹.

Essas mudanças ocorridas na sociedade da época são multidimensionais. Analisadas por Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2003), elas podem ser compreendidas a partir do discurso tradicionalista, sobretudo na figura do sociólogo Gilberto Freyre, que recompunha as mudanças sociais ocorridas no Norte do Brasil desde o final do século XIX até os anos 1940 como um processo de feminização da sociedade. Esse processo era visto com tal adjetivação uma vez que as mudanças apontavam para a quebra das hierarquias socialmente construídas, a ascensão da República e a progressiva vitória da cidade sobre o campo. O discurso tradicionalista trabalhava com uma série de imagens, entre elas a do solapamento por parte das mulheres do lugar tradicional dos homens na sociedade, como o lugar do pai, do patriarca. Esse processo pode ser entendido como o que Gilberto Freyre chamou de declínio da sociedade patriarcal.

Podemos também realizar uma análise do período sob o prisma da função que a Igreja Católica exercia naquela sociedade. A Igreja, que durante toda a história colonial e imperial do Brasil era peça basilar para a organização social, teve, desde o advento da República, sua função dentro dessa nova organização social contestada e vivenciou mudanças. Cada vez mais existia a tentativa do poder público de capturar para si e sua gerência rincões da vida privada da sua população, destacando-se como veículo desta mudança o discurso médico, que desde meados do século XIX já desempenhava papel importante, para justificar muitas das tomadas

⁶⁶ Cartomante Oriental, *A Noite*, Recife, 21 de fev. 1924, p.1 “Mme. Célia, profunda conhecedora dos mistérios do ocultismo; revela o segredo humano pela grafologia fisionômica e toda sina da pessoa pelo horos copo cabalístico, uma consulta só chega para conseguir a felicidade. Consultas todos os dias das 9 às 11 e de 2 às 6. Rua Duque de Caxias, 244”.

⁶⁷ Sob o título Recife elegante e um instantâneo de duas senhorinhas, a seguinte nota: duas encantadoras senhorinhas à saída de um campo de futebol, numa linda tarde de esporte. Recife elegante, *A Noite*, Recife, 3 de nov. 1923, p.1.

⁶⁸ Na primeira página do *A Noite*, sob o título de “Cidade visionária”, uma variedade de fotos de senhoras e senhorinhas nos permite ver a difusão do hábito de banho de mar. Abaixo de uma dessas fotos, um pequeno poema cujo título é “Cedinho, na praia”. Lê-se: No banho, de manhãzinha, lindo banho, o da mulher! Foi ontem. Quando ela vinha, fez-se a aurora em rosicler. *A Noite*, Recife, 23 de out. 1923, p.1

⁶⁹ Grupo Escolar João Barbalho, *Revista de Pernambuco*, Ciencia, Arte, Política, Indústria. Recife, ano 1, nº. 1, julho de 1924, S/p.

de decisões dos governos. Em suma, compreendemos esta virada do século XIX para o XX como um período repleto de mudanças na sociedade brasileira, seja em relação à mão de obra, pois se evidencia a transição da mão de obra escrava para a livre e assalariada, seja no valor burguês dado ao trabalho, ou até mesmo em relação à participação política que o regime republicano deveria promover. Assim, este período é um período da História brasileira no qual cresce entre as mulheres a consciência de si e muitas delas passam a lutar por direitos em determinadas instâncias, visto que trabalhavam em jornais, revistas e associações filantrópicas, ao mesmo tempo em que ampliam sua atuação e reclamam direitos sociais e políticos (LUZ; NASCIMENTO, 2014, p. 04).

LUZ; NASCIMENTO (2014) apontam também as mudanças ocorridas no Recife do final do século XIX, início do século XX, como sinais de modernização da cidade. Para as autoras, essas modificações na estrutura física da capital pernambucana possibilitaram maior circulação e controle da população e, neste ínterim, as mulheres passaram a, cada vez mais, desempenhar papéis não mais circunscritos ao universo particular, mas ocupando postos nas fábricas, no comércio e nos serviços públicos, o que alterava a demarcação de atividades femininas e masculinas. Segundo as historiadoras, “a criação de novos espaços de encontro e a ampliação de meios de circulação de pessoas e ideias contribuíram para as mudanças no comportamento feminino” (Ibidem, p. 11). Acrescentam que as lutas das mulheres por participação política já tivera espaço ao longo do século XIX, destacando-se a participação durante a campanha abolicionista, e que a proclamação da República deu às reivindicações das mulheres um maior impulso. O novo regime, oligárquico e liberal, propiciou que se discutisse a questão em torno das diferenças entre homens e mulheres, uma vez que, apesar de não haver restrições legais, o direito ao voto, por exemplo, era cerceado às mulheres. Contudo, elas apontam que essa questão só foi passível de debate “nos marcos de um Estado que se propõe a ser democrático, no qual a liberdade é um dos princípios norteadores de sua constituição” (Ibidem, p. 16).

As mulheres passaram a instrumentalizar a participação delas nos espaços de disputa, tais quais imprensa, jornais e rádio. Essas mobilizações passaram a ocupar novos ambientes, como, por exemplo, o movimento operário, a partir da criação de uma seção feminina.. Afirmam as autoras, que:

Mesmo sem questionar a maternidade como a grande missão feminina, as mulheres ativistas, feministas ou não, terminaram por concorrer para romper com a naturalização da desigualdade e da diferença entre os sexos, com a dominação e com os privilégios dos homens (Ibidem, p. 25).

É importante pôr em evidência o fato de que existem no debate em torno da participação feminina no mundo do trabalho questões de ordem social, uma vez que não era opção para boa parte das mulheres a escolha entre o trabalho ou o ócio, visto que o trabalho se impunha como maneira de sobrevivência. Mulheres das elites ou das camadas populares, cada uma a sua maneira e de acordo com os meios que dispunham, contribuíram na luta para amenizar as assimetrias sociais existentes entre os sexos. Por um lado, como solução conciliatória entre a participação cada vez mais efetiva das mulheres no mercado de trabalho e seus deveres familiares, houve a associação de determinadas profissões como extensão de seus papéis na família: enfermeira, visitadora, dentista e professora são representações desse modelo por excelência, bem como a distinção entre trabalhos adequados ou perigosos às mulheres. O gênero serve para a constituição de feminilidades e masculinidades, ou seja, é a partir dos sexos que a sociedade projeta comportamentos, pois põe em evidência aspectos culturais e sociais, não apenas o dado biológico. Assim compreendemos como se constroem discursos a respeito de ofícios dignos para as mulheres e daqueles que ou não o eram ou as masculinizavam.

Também é significativo o emprego da mão de obra feminina nas empresas de pequeno, médio e grande porte, especialmente nos ramos têxtil⁷⁰ e de cigarros no Recife no período estudado, sobretudo quanto à quantidade e à luta por meio de greves que as mulheres empreenderam buscando denunciar o arbítrio e a violência no interior das fábricas e questionar a política salarial. Assim vemos o anúncio da greve das “operárias da seção de emaçamento” da Fábrica Lafayette⁷¹. Às 10 horas da manhã do dia 08 de agosto de 1924, cerca de 120 operárias cruzaram os braços e abandonaram o trabalho “sem motivo plausível”, que mais adiante seria apresentado como uma luta salarial, uma vez que elas reivindicavam o aumento de duzentos e sessenta para trezentos e trinta réis para cada milheiro produzido. A tentativa de desqualificar a luta operária já fazia parte do discurso dos patrões e nesse caso não se fez diferente. Além da desqualificação, uma vez atendido o pedido de aumento, intensificou-se a fiscalização e o controle, pois “no intuito de regularizar o serviço e saber da capacidade de trabalho de cada uma de suas operárias, adotou uma nota nas suas bancas para ser registrado o serviço das mesmas”.

⁷⁰ Segundo Besse: A indústria têxtil do Brasil foi a única que desde o seu início, em meados do século XIX, empregou mais mulheres do que homens; mas as mulheres também eram empregadas na fabricação de roupas, chapéus, sapatos e outros produtos de consumo não-durável, tais como produtos alimentícios e bebidas, cigarros, vassouras e cestas, velas, sabão e fósforos, bem como diversos produtos de luxo. BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914 – 1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 161, 162.

⁷¹ Greve na fábrica Lafayette. *A Notícia*. Recife, 09 de ago. 1924, p.1.

Desta feita, as cigareiras se negaram a voltar ao trabalho. E a negativa continuou até um entendimento entre as partes que motivou as operárias a reassumirem seus postos. Porém, “a cabeça da greve, Maria Adelaide, mulher de maus bofes, por uma desinteligência ligeira, sacou de faca, tentando assassinar um dos empregados do estabelecimento”. Nesta narrativa a respeito da greve das cigareiras realizada pelo *A Notícia*, jornal situacionista, fica evidente na construção das características de Maria Adelaide uma tentativa de torná-la inábil em suas reclamações, já que tem sua inteligência posta em xeque, além de expor uma atitude reprovável vinda de uma mulher. Maria Adelaide não correspondia a uma imagem construída para aquilo que deveriam ser as mulheres: dóceis, amáveis, bondosas e educadas. Líder de uma greve, ela encarnava os valores forjados pelas elites comuns às camadas populares: falta de inteligência e educação, agressividade e impulsividade. Refém de suas emoções e irracional, Maria Adelaide de “cabeça do movimento” se torna “delinquente” poucas linhas depois e é presa. Ao passo em que a líder do movimento é enviada para a prisão, a fábrica Lafayette “no intuito de evitar quaisquer desatinos” é ocupada por forças da infantaria, buscando como solução para as reivindicações das trabalhadoras o uso de mais repressão, agora policial.

A greve ocorrida na fábrica Lafayette não se apresenta como uma luta isolada daquelas paredistas, muito pelo contrário. Meses após este movimento, em 29 de maio de 1925, o *Jornal do Recife* noticiou a continuação de um novo movimento grevista realizado por mulheres, agora efetivado pelas operárias da fábrica Caxias⁷², que reivindicavam que seus vencimentos fossem equiparados aos das trabalhadoras da Lafayette. Oito dias após a primeira notícia da greve das operárias da fábrica Caxias, em 05 de junho, a greve destas trabalhadoras é apresentada como um movimento realizado em conjunto entre as cigareiras das fábricas Caxias e Lafayette, que novamente voltaram a cruzar os braços, exigindo aumento de cerca de 60% de seus salários.

A luta destas mulheres começou a tomar maiores proporções e novos atores entraram em cena para buscarem soluções para o impasse entre trabalhadoras e patrões. Segundo o *Jornal do Recife*, por solicitação das grevistas, os acadêmicos de Direito Flávio Moura, Da Costa Aguiar e Baptista Vianna realizaram sessão para buscar soluções para as reivindicações das cigareiras e viabilizar um canal de diálogo entre trabalhadoras e patrões. Some-se a isso a constante presença das forças policiais, por ordem do governo, para reprimir as trabalhadoras e agir em defesa dos interesses particulares dos patrões. Desde a primeira notícia a respeito da

⁷² Greve. *Jornal do Recife*. Recife, 29 de mai. de 1925, p.2.

greve, a polícia se fez presente em tom de ameaça e como meio de solução coercitiva aos impasses, porém tomou maior importância quando as cigareiras buscaram autorização para realizar um bando precatório e o subdelegado do 1º distrito de São José “prende várias operárias em greve, obrigando-as a voltar hoje ao trabalho, o que, apesar disso, não se verificou, uma vez que a greve continua”⁷³.

Na edição de 08 de junho de 1925 o *Jornal do Recife*⁷⁴ continuava a acompanhar o desenrolar da situação das cigareiras, apontando que não houve solução alguma, mas informando que “as paredistas, por intermédio de seu advogado, requereram uma ordem de ‘*habeas corpus*’ preventivo, a fim de realizarem o bando precatório que pretendiam levarem a efeito e que fora proibido pela polícia do 1º distrito”. Igualmente, traz a publicação da carta dos trabalhadores da Great Western em apoio às cigareiras em greve. Registram nesta carta que estes empregados “solidários moralmente com as cigareiras em greve, promovem uma subscrição a fim de auxiliarem as mesmas nesta situação aflitiva em que se acham. Em dia marcado será entregue a importância arrecadada a uma comissão de cigareiras”⁷⁵.

É perceptível a ausência de um canal de diálogo que pudesse estabelecer melhor entendimento entre as trabalhadoras e os patrões, apresentando várias vezes as operárias desanimadas com os rumos do movimento grevista pela ausência de posicionamento destes e com os altos custos de vida no Recife, que não conseguiam ser pagos com os baixos salários recebidos. Apesar de sua hipossuficiência, resistindo aos desmandos dos patrões e da polícia, estas trabalhadoras buscaram a articulação entre si e com outras categorias, bem como viabilizaram meios de luta pelas vias judiciais. Em todo seu espectro, estas mulheres desafiavam estereótipos de gênero e sociais previamente formulados, e se mostravam de outra maneira à sociedade, questionando lugares socialmente impostos, reivindicando melhores salários e evidenciando aspectos conflitantes da vida social.

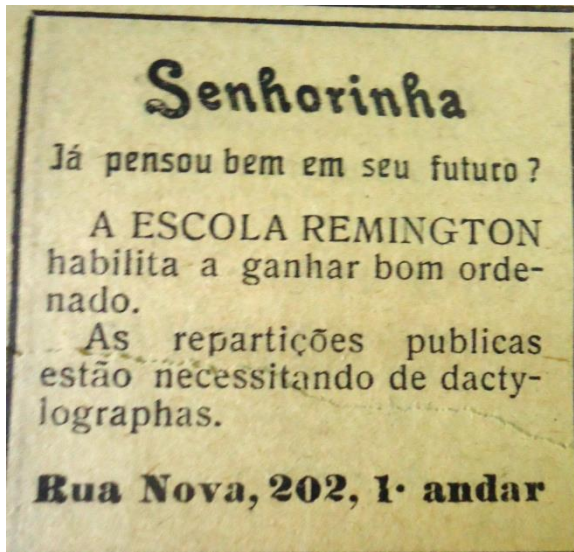
Além de atividades que não exigiam tanta qualificação profissional, diversos cursos aparecem na documentação pesquisada a fim de dotar as mulheres de conhecimentos específicos para a atuação profissional. É o caso da chamada para as senhorinhas se matricularem na Escola Remington.

⁷³ Greve, *Jornal do Recife*, Recife, 05 de jun. 1925, p.2.

⁷⁴ Greve, *Jornal do Recife*, Recife, 08 de jun. 1925, p.1.

⁷⁵ Idem.

Imagem n.º 9



Fonte: Propaganda da escola Remington direcionada ao público feminino. *A Notícia*, Recife, 01º de ago. 1923, p. 1.

Questionando as senhorinhas a respeito das possibilidades abertas no futuro, esta escola oferecia cursos de datilografia indicando que as repartições públicas necessitavam dessa mão de obra e que ofereciam um bom ordenado. No jornal *A Noite* de 12 de março de 1924, meses após o anúncio encontrado no *A Notícia* de 1º de agosto de 1923, há a permanência do anúncio da mesma empresa, mas com algumas adições. Além do trabalho como datilógrafa, a Escola Remington inclui a função de taquígrafa como mais uma possibilidade aberta às participantes do curso, com aulas diurnas e noturnas que teriam lugar a partir do dia 02 de janeiro de 1925, mas já com as inscrições abertas.

Em 18 de janeiro de 1923, ganhando destaque na primeira página do *Jornal do Recife*, estava o nome da senhorinha Lydia Gomes. Esta “inteligente senhorinha” havia sido diplomada professora na noite anterior pela Escola Remington. Essas possibilidades abertas no futuro, segundo a interpretação de Besse se dá num contexto em que:

As mudanças mais significativas no padrão de emprego feminino ocorreram no setor de serviços. O desenvolvimento de novas tecnologias e a expansão de órgãos do governo, empresas comerciais, serviços financeiros e comunicações proporcionou um número crescente de cargos de escritório de bom nível para as mulheres com instrução, da classe média e da classe baixa ascendente (BESSE, Op. cit., p. 163).

São tempos modernos quando as mulheres são chamadas para a qualificação profissional com a promessa de emprego e renda, o que acarretou mudanças e abalos nas estruturas sociais do período trabalhado, como, por exemplo, na relação das famílias com o

casamento. A charge do *Jornal do Recife* de 26 de março de 1923 utiliza humor para apresentar as mudanças que novos saberes e oportunidades de trabalho operaram nas relações e anseios dos pais quanto ao futuro de suas filhas.

Imagem nº. 10



Fonte: Charge em preto e branco. Ingenuidades de hoje, *Jornal do Recife*, Recife, 26 de março de 1924, p.1. APEJE.

A charge apresenta um diálogo travado entre pai e filha, com a mãe de espectadora atrás da moça. O espaço onde ocorre esta conversa indica ser a sala de estar da casa, pois há a presença de uma poltrona, na qual a interlocutora do senhor está sentada, com o tronco inclinado para frente, indicando movimento em direção ao pai. Este, com o dedo em riste, inicia a conversa: “O Frederico pediu-me a tua mão em casamento”. Apresentando certa surpresa, mas ao mesmo tempo entusiasmo por conta do desenho apresentá-la levantando-se, a senhorinha retruca: “Somente? E papai deu?” O que é respondido pelo pai: “Não, senhora. Disse-lhe que estavas aprendendo datilografia e era impossível atendê-lo enquanto não tivesse as mãos muito ligeiras”.

A cena retratada na charge traz uma trama em que a compreensão dos sentidos da expressão “pedir a mão” são dúbios. No sentido conotativo, a cena representa a forma como eram realizados os pedidos de casamento: por iniciativa do pretendente, este deveria se dirigir ao patriarca da família para pedir sua filha em casamento. A ironia trazida pelo chargista mora na interpretação do “pedir a mão” no sentido denotativo, pois acreditaria o pai, em sua ingenuidade, que o tal Frederico estaria pedindo a mão da moça para outras atividades que

não o casamento. Neste caso, a charge representa outro posicionamento possível das famílias e das mulheres diante do casamento surgido no período estudado, uma vez que a aprendizagem de um ofício e as conquistas profissionais poderiam até mesmo chegar antes do casamento, ao mesmo tempo em que as relações entre homens e mulheres eram modificadas.

Outra empresa que desembarca no Recife durante este período, oferecendo cursos e possibilidades de atuação profissional para as mulheres no mercado de serviço é a Singer. Ofertando o motor elétrico, que poderia ser utilizado nas máquinas que a usuária já possuía, essa inovação oferecia vantagens “poupando-se tempo, energia física e dinheiro”. Ao passo em que se oferta o motor para a venda, a empresa também mantém em suas lojas “escolas para coser e bordar”. Aulas gratuitas eram ministradas por professoras diplomadas às interessadas nesse novo produto, que tinham aí possibilidades oferecidas pelas facilidades para costurar e bordar, bem como na oportunidade do domínio de uma habilidade capaz de ampliar ou oferecer retorno financeiro.

Imagem nº. 11

Use o Motor "SINGER"
para o funcionamento da sua máquina de costura

COSE PELA ELECTRICIDADE
E' FACIL **E' RAPIDO**
E' ECONOMICO

MOTOR SINGER PARA COSER

Pode ligar este Motor a sua machina em poucos minutos, e entã V. S. terã A MAIS PERFEITA MACHINA PARA COSER.

Temos Motores electricos para todos os estilos de machinas de pé ou de mão. Os preços são módicos e as vantagens muitas, poupando-se tempo, energia physica e dinheiro.

Demonstrações em nossas lojas em sua propria casa

Filiaes em todas as cidades

Em todas as nossas lojas MANTERROS

Escolas para Coser e Bordar
E AS LIÇÕES SAO
GRATUITAS

SEIS VALIOSOS PREMIOS E VARIAS MENÇÕES HONROSAS, obtiveram, na ultima exposição do Rio de Janeiro, as alumnas de nossas escolas, e que confeccionaram os seus trabalhos artisticos em machinas "SINGER".

Sob a direcção das nossas professoras diplomadas é muito facil aprender fazer nas nossas machinas qualquer trabalho de costura e bordado.

Agentes em toda parte

Singer Sewing Machine Company
Rua Nova, 181 - Caixa Postal, 21

Fonte: Propaganda do motor Singer. *Jornal do Commercio*, Recife, 25 de dez. 1923, S/p.

Qualificar-se profissionalmente e se inserir no mercado de trabalho, seja trabalhando na própria casa, como no caso das costureiras, seja conquistando cada vez mais empregos em repartições públicas ou empresas privadas, trabalhando nos setores de serviços da indústria e dos serviços, significava gerar retornos financeiros que modificariam as relações sociais historicamente construídas. Analisando as condições básicas para que as mulheres pudessem se tornar escritoras de ficções, Virgínia Woolf trabalha com a hipótese de que era necessário que elas tivessem “um teto todo seu”, ou seja, um quarto, uma sala, espaço livre das interrupções, mas que nada disso era possível sem recursos financeiros:

[...] É notável a mudança de humor que uma renda fixa pode causar. Nada no mundo pode tirar de mim as quinhentas libras que me pertencem. Comida, casa e vestimentas são minhas para sempre. [...] Não preciso odiar homem nenhum; eles não podem me fazer mal. Não preciso bajular homem nenhum. Eles não têm nada para me dar (WOOLF, Virginia, 2014, p.58).

Desta forma, recursos financeiros e aceitação social do trabalho feminino, fatores historicamente cerceados às mulheres, passam a estar mais disponíveis nas primeiras décadas do século XX, propiciando às mulheres entrar em sintonia com as mudanças operadas em suas vidas, de modo a lhes permitir tomar iniciativas tais como participar da luta por direitos políticos e se posicionar de formas diferentes diante das relações pessoais há muito instituídas com maridos, pais e irmãos.

Coloca-se também como ponto central no retorno financeiro das atividades exercidas pelas trabalhadoras a questão da desigualdade salarial existente entre homens e mulheres. Esta desproporção é denunciada na Coluna Operária, intitulada “O trabalho da mulher nas oficinas graphics” do jornal *A Noite* em 06 de outubro de 1925. A coluna apresenta o seguinte quadro:

Um certo estabelecimento gráfico desta cidade vem de introduzir em suas oficinas mocinhas inexperientes para o trabalho, que não queremos combater, dado não admitirmos a superioridade do homem sobre a mulher na ordem político-econômica do proletariado [...] vendo-se elas [...] ganhando a metade ou seja o terço que percebem os homens.⁷⁶

A Coluna Operária dá conhecimento sobre a assimetria em relação aos salários praticados pela Tipografia São José quanto ao que era pago para homens e para mulheres, além de denunciar a prática de jornada de dez horas diárias das trabalhadoras “abolida nos centros industriais e fabris, conquista esta dos trabalhadores concretizada nas oito horas diárias, que em vários países já são estabelecidas por leis”. Apontam-se também as condições pouco higiênicas de trabalho a que são expostas as trabalhadoras, predispondo as operárias a doenças, tal qual a tuberculose. A ausência de leis trabalhistas no Brasil permitia maiores arbitrariedades por parte dos patrões, ao mesmo tempo em que os centros urbanos se desenvolviam e as classes trabalhadoras se organizavam. Dentro deste quadro, a introdução e o crescimento da mão de obra feminina em atividades até então ocupadas exclusivamente pelos homens, impulsionada por questões do valor dado ao trabalho e condenação do ócio, bem como pelas necessidades financeiras das famílias diante dos altos custos de vida no Recife, relaciona-se, também, com a ânsia de maiores lucros a serem obtidos pelos patrões. A

⁷⁶ Coluna Operária, *A Notícia*, Recife, 6 de out. 1925, p.1

aceitação das mulheres atuando em determinadas funções fazia com que o contingente de trabalhadores de um modo geral aumentasse, e numa lógica de oferta e demanda, o valor pago pela força de trabalho era depreciado, o que representava uma satisfação aos interesses do patronato.

1.6 Ações estatais e filantrópicas: o combate à mortalidade infantil e os cuidados com a maternidade.

As intervenções realizadas na cidade do Recife não ficaram restritas às obras que objetivavam o deslocamento de bens e pessoas, como a construção de praças, pontes, avenidas, ruas e reformas no porto. Além da construção de novos prédios públicos, como o início da construção do Palácio de Justiça e o Quartel do Derby, são inauguradas as novas instalações físicas do Departamento de Saúde e Assistência. No seio das reformas sanitárias, dotar o Departamento de Saúde e Assistência, que desempenhava função basilar na administração estadual, de um novo prédio serviria de atestado para os avanços modernizadores que a administração buscava implantar.

Ao assumir o cargo de diretor do Departamento de Saúde e Assistência em 1º de fevereiro de 1923, o Doutor Amaury de Medeiros pôs em evidência ao seu sogro e governador do Estado as condições que a repartição vivia: um prédio exíguo, velho e de aluguel⁷⁷. O novo diretor propôs que fosse aceita a proposta da associação *pro-matre* sobre os terrenos e edificações localizados na Fernandes Vieira, que seriam destinados à construção de uma maternidade no local, porém por falta de recursos a obra foi paralisada. A proposta foi aceita e um acordo foi estabelecido entre a associação e o Governo do Estado, no qual o terreno foi adquirido pelo valor de vinte contos de réis. Desta maneira, a obra da construção do prédio, bem como da praça localizada em sua frente, a Oswaldo Cruz, foram iniciadas, e naquele prédio passaram a serem instaladas as novas organizações de saúde e assistência do Estado de Pernambuco.

⁷⁷ MENSAGEM do Exmo. Sr. Dr. Governador Sérgio T. Lins de B. Loreto Governador do Estado. Lida ao instalar-se a 3ª sessão da 11ª Legislatura do Congresso Legislativo de Pernambuco aos 6 de março de 1924. Pernambuco: Oficinas Graphics do Jornal do Commercio, 1923. p. 11. APEJE.

Imagem n.º 12



Fonte: Fotografia apresentando a Praça Oswaldo Cruz e a fachada do prédio do Departamento de Saúde e Assistência. *Saúde e Assistência*, órgão do Departamento de Saúde e Assistência, out de 1923, ano I, número 2, p.1. Lê na legenda da imagem: trecho da fachada do novo edifício vendo-se a praça em cujo centro será erguido o monumento a Oswaldo Cruz.

Inaugurado o prédio do Departamento de Saúde e Assistência em 18 de outubro de 1923, o jornal *Saúde e Assistência* chamou a atenção para o fato de que uma “espontânea congratulação popular” ocorreu, “a qual pode todo mundo conhecer de perto o moderno aparelho de administração sanitária de Pernambuco [...] centenas de pessoas visitaram as diversas seções do Departamento [...]”⁷⁸. Tentou-se passar a ideia que a simples inauguração de um prédio público despertara a curiosidade e o interesse pelos serviços de saúde do Estado, ocorrendo para que espontaneamente a população fosse ao Departamento. Esta ideia está intimamente relacionada com a argumentação de que a população, de um modo geral, não se fazia vacinar, não possuía hábitos de higiene e não ia ao médico por ignorância. Em outras palavras, se a população mais pobre contraía determinadas doenças, era pela falta de ciência sobre as causas delas, e que para o convencimento em permitir que seus corpos fossem explorados pelos médicos, a organização física de um aparelho moderno de saúde serviu como um ponto de atração pela curiosidade.

Aliado ao ideal de modernização e apresentando um dos pilares da administração pública – a saúde e assistência – que o governo buscou imprimir em Pernambuco, o governo estadual pôs em prática a construção e reformas de hospitais. Neste sentido, o Recife no início da administração de Sérgio Loreto contava com a Sociedade de Beneficência Portuguesa, que prestava serviços às camadas mais privilegiadas da população, enquanto o Hospital Pedro II, e

⁷⁸A inauguração do novo edifício do Departamento de Saúde e Assistência. *Saúde e Assistência*, Recife, outubro de 1923, p.1. (ano I, número 2).

os demais administrados pela Santa Casa de Misericórdia, objetivavam o atendimento às “classes indigentes”⁷⁹.

A atenção à saúde dos mais pobres e a própria função do Estado diante da construção de um aparato de amparo à saúde, além da organização dos serviços de assistência durante a administração de Sérgio Loreto tem de ser posta em análise, pois ela representava, conjuntamente à conservação de hospitais, mais um mecanismo que visava a resolver os problemas da mendicância e pobreza que existiam no Recife. Assim, enquanto entre os mais ricos ainda persistia o atendimento médico em casa, buscou-se junto ao espírito “solidário” das “classes mais abastadas” de Pernambuco o financiamento necessário para a construção do Hospital do Centenário, num empenho para a construção de modernas instalações hospitalares aliado ao pensamento em voga à época de encarar o atendimento médico aos mais pobres como uma questão de filantropia.

Contar com a ajuda das elites, que através da ajuda filantrópica contribuía para as obras de assistência, segundo SANGLARD; FERREIRA, ao analisar a ação filantrópica no Rio de Janeiro:

A filantropia pode ser considerada uma das facetas da sociedade da *Belle Époque* carioca, que se reunia nos salões da elite ou dos clubes para angariar donativos para a infância necessitada, para a criação e manutenção de hospitais, entre outras ações (Sanglard, 2008a e b, 2010a e b, e 2013), e era o modelo predominante da assistência (Rangel, 2013)” (SANGLARD; FERREIRA, 2014, p. 74)

No caso recifense, as ações filantrópicas mais visíveis e alardeadas foram as lançadas através da criação da Cruz Vermelha Pernambucana, que era presidida pela senhora Virgínia Loreto, esposa do governador, cujas reuniões eram convocadas ou contava com a participação de Amaury de Medeiros e de outros médicos ligados ao DSA. O *A Notícia* de 06 de agosto de 1924 informava que:

Foram hoje em visita às obras da Policlínica Infantil, em uma das dependências do Departamento de Saúde e Assistência, as exmas. Sras. Dd. Virgínia Loreto, Antonio de Góes, Radler de Aquino, diretoras da Cruz Vermelha Pernambucana. A comissão acima referida examinou detalhadamente todos os serviços em andamento, combinando medidas para o melhor funcionamento da nova instituição [...].⁸⁰

⁷⁹ O problema hospitalar em Pernambuco. *Revista de Pernambuco*. Ciencia, Arte, Política, Indústria. Recife, ano II, nº. XIII, julho de 1925, S/p.

⁸⁰ Policlínica Infantil, *A Notícia*, Recife 06 de ago. 1924, p.1

A construção da Policlínica Infantil, organizada pela Cruz Vermelha Pernambucana, configurava-se como uma ação promovida pelas esposas de nomes ligados ao Departamento de Saúde e Assistência ou à administração estadual ou municipal. A localização dela, no bairro da Boa Vista, também se apresentava como estratégica, pois este bairro, segundo os dados da Inspeção de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária, era o que possuía a maior taxa de natimortalidade da capital, além de ser central, o que tornava possível o deslocamento para atendimento das mães e filhos.

Os investimentos feitos pelas elites através de ações filantrópicas tinham em seu lastro a crença de que elas promoveriam o trabalho, o desenvolvimento da economia, mas também o progresso físico da população, pois se acreditava que por meio dela seria capaz de recuperar as pessoas pobres. No entanto, fazia-se uma distinção entre o pobre digno de ajuda e o vadio, o primeiro sendo útil e capaz de ser incluído nas mudanças que se queriam imprimir na população. Assim, havia a coexistência entre as ações do Estado e as filantrópicas atuando em comunhão, num modelo de assistência em que ao Estado caberiam ações mais gerais, e à filantropia ações mais pontuais (SANGLARD; FERREIRA, 2014, p. 75).

Entre as ações pontuais encampadas pela Cruz Vermelha Pernambucana, o combate à mortalidade infantil e os cuidados com a infância tomaram maiores proporções. Será através de ações destinadas às mães, criando-se um modelo de maternidade e cuidados com o corpo feminino, que a filantropia e o Estado irão atuar no combate à mortalidade infantil. As mulheres da Cruz Vermelha Pernambucana atuaram de maneira a contribuir no combate à mortalidade infantil ao investir na construção da maternidade do Derby⁸¹. Em atuação conjunta com o Governo do Estado, a pedra fundamental da maternidade foi lançada no dia 02 de maio de 1925 em um dos lotes que se avizinhavam à Praça do Derby. Este intento é visto como “um testemunho irrecusável de que Pernambuco, acompanhando ‘pari-passu’ em progresso e cultura os grandes centros, promove os necessários meios de se lhes equiparar em todas as manifestações de filantropia”⁸². A partir da documentação pesquisada não foi possível verificar a conclusão deste projeto; todavia, a existência dele denota que a proteção à maternidade, conjuntamente aos cuidados com as parturientes se tornam, com a administração de Sérgio Loreto, uma das preocupações do Estado.

Vista como vetor de desenvolvimento da nacionalidade, a maternidade passa a ser preocupação dos povos civilizados e os corpos femininos como possuidores de uma potência

⁸¹ A maternidade. *Revista de Pernambuco*. Ciência, Arte, Política, Indústria. Recife, ano II, n.º. XIV, agosto de 1925, S/p.

⁸² Idem.

civilizatória, de modo que para um governo que busca seguir os caminhos do progresso foi de suma importância o investimento nesta área. Seguimos adiante e buscaremos no próximo capítulo analisar as políticas adotadas pelo Departamento de Saúde e Assistência que tinham os corpos femininos como alvos.

2. NOVAS PRÁTICAS, NOVOS HÁBITOS: A ATUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA E DA INSPETORIA DE HIGIENE INFANTIL.

Os administradores que atuavam no Recife na década de 1920 ainda comungavam do sonho modernista de um Estado habitado por uma população bela, forte e saudável, que seguisse os padrões higienistas da *Belle Époque* europeia. Este sonho tem seu início na Europa do século XIX, e tem como raiz a ameaça com que as cidades europeias se viam confrontadas: boa parte da população considerada perigosa vivendo em situação sanitária precária. Dentro desse contexto, Flávio Weinstein Teixeira (*in* BARROS; REZENDE; SILVA (Org.); 2012) nos apresenta dois paradigmas básicos da modernidade *belle-époque-fin-de-siècle*: o estético e o sanitário/higienista. Pelo lado estético, analisamos, em um primeiro momento, uma ampla reforma urbana empreendida pelo Governo Estadual que permitiu o embelezamento, a expansão e a ocupação de novas áreas da cidade, com a abertura de ruas, avenidas, construção de praças, pontes e aterros no Recife entre os anos de 1922 e 1926. Por parte do aspecto sanitário/higienista, temos por objetivo avaliar o discurso e as ações do governo Sérgio Loreto, sobretudo na reorganização dos serviços de higiene, saúde pública e educação. Dessa forma, neste capítulo abordaremos a atuação da Inspetoria de Higiene Infantil quanto à perspectiva de introduzir no cotidiano da vida das mulheres práticas de higiene, prevenção, controle da população, pré-natal, aleitamento e parto. Esta Inspetoria figurava entre órgãos administrativos ligados aos serviços de saúde urbanos subordinados ao Departamento de Saúde e Assistência (DSA), e as atividades desta Inspetoria compreendiam as seguintes ações: Serviço pré-natal, centro de cultura infantil, inspeção médico hospitalar, serviço especial de visitadoras, escola de enfermeiras e policlínica infantil⁸³.

É possível pensar que a normalização dos corpos femininos para um padrão no qual a maternidade deva ser baseada em preceitos científicos teve seu início com as políticas direcionadas para as crianças? Avaliaremos essa indagação a partir da ideia de que os corpos das mulheres são de grande importância para a reprodução de corpos produtivos, que são os trabalhadores, o que no período estudado se refletia no combate à mortalidade infantil e à pobreza, sinônimos da ausência de progresso e civilização. Assim, levando-se em conta a formulação foucaultiana de que o corpo improdutivo é uma ameaça para o Estado, buscaremos compreender como foi possível a gestão de corpos moldados para a produção e

⁸³ MENSAGEM do Exmo. Sr. Dr. Governador Sérgio T. Lins de B. Loreto Governador do Estado. Lida ao instalar-se a 3ª sessão da 12ª Legislatura do Congresso Legislativo de Pernambuco aos 7 de setembro de 1926. Pernambuco: Oficinas Graphicas do Jornal do Commercio, 1926. p. 50, 51. APEJE.

reprodução a partir de tecnologias políticas. Partimos da compreensão de que o Estado recorre às tecnologias, mas não as detém. Portanto, há o Estado e há as tecnologias, e esse raciocínio nos conduz a buscar avaliar nas próximas linhas as relações existentes entre esses dois polos.

2.1 Civilização através da higiene: a reorganização dos serviços de saúde e assistência em Pernambuco.

Como vimos em capítulo anterior, a posse de Sérgio Loreto se deu num contexto em que a campanha pela sucessão despertou interesses conflituosos, que afetaram a vida administrativa do Estado de Pernambuco durante os meses que sucederam a morte de Bezerra Cavalcanti. Reorganizar a administração pública e torná-la eficiente fazia parte do discurso modernizador do governo Sérgio Loreto. No início do século XX, as doenças que assolavam o país passaram a ser vistas como o maior entrave à ampliação da capacidade econômica do país, fonte de nossa inferioridade frente às nações desenvolvidas, e foi nesse contexto que a doença tomou o lugar da raça nas análises sociais da viabilidade nacional (ESCOREL; TEIXEIRA *in* GIOVANELLA, Lígia, 2012, p.20). Alçado a um nível de importância que garantiria o futuro da nação, o combate às doenças dependia de uma reorganização dos serviços de saúde. Foi com deficiência de pessoal e material que Sérgio Loreto, ao assumir, encontrou a Diretoria de Higiene e Saúde Pública. Deixemos o Governador apresentar o quadro em que se encontrava a Diretoria no ano de 1922:

As reformas sucessivas por que passou a repartição, os cortes nas suas verbas, levaram-na pouco a pouco a uma situação de penúria incompatível com o grau de desenvolvimento de Pernambuco. E pelas suas organizações de Saúde Pública e Assistência, já o tem dito várias vezes sociólogos e higienistas, que se pode ajuizar o grau de civilização de um povo. A nossa organização sanitária dava uma triste notícia de nossa cultura e do nosso desenvolvimento.⁸⁴

O nível da organização sanitária passou a ser mais um dos parâmetros para avaliar o grau de civilização de um povo e revela a importância que o combate às doenças ganhou no início do século XX em Pernambuco. Em 05 de fevereiro de 1923, Sérgio Loreto baixou um ato pelo qual a Diretoria de Higiene e Saúde Pública passou a se chamar Departamento de

⁸⁴ *MENSAGEM do Exmo. Sr. Dr. Governador Sérgio T. Lins de B. Loreto Governador do Estado*. Lida ao instalar-se a 2ª sessão da 11ª Legislatura do Congresso Legislativo de Pernambuco aos 6 de março de 1923. Pernambuco: Oficinas Graphicas do Jornal do Commercio, 1923. p. 12. APEJE.

Saúde e Assistência, subordinado direta e exclusivamente ao Governador⁸⁵. A partir de tal ato, o pessoal de desinfectório, da polícia sanitária e das delegacias foi aumentado; médicos reintegrados; a Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária criada, responsável pela produção de saberes sobre a população, e a Inspetoria de Higiene Infantil, que tinha como objetivo central lutar contra a mortalidade infantil. Esta subordinação direta dos serviços de saúde ao governador, estabelecida pelo ato que deu início à reorganização dos serviços de saúde do Estado de Pernambuco, está relacionada com a maneira como foi instituída a formação dos serviços públicos de saúde no Brasil durante a Primeira República (1889–1930) no que concernem os posicionamentos de União, Estados e Municípios.

De acordo com Luiz Antonio de Castro Santos (1980), a questão do financiamento dos combates às epidemias com que os Estados brasileiros se viam confrontados de tempos em tempos ganha centralidade na formação dos serviços sanitários no Brasil no início do século XX. Ao analisar como os serviços de saúde pública se estabeleceram na Bahia e em São Paulo, Castro Santos registra que enquanto neste estado houve a implantação de um serviço autônomo em relação à União mantendo-se ativo durante toda a Primeira República, naquele, apesar de contar com uma tradicional escola de medicina, não houve a formação de serviços que combatessem com eficácia as epidemias, contando apenas na década de 1920 com a intervenção da União e medidas com efeitos positivos no combate às doenças epidêmicas. Argumenta o autor que as relações dos Estados com a União variavam, bem como o vínculo das oligarquias locais com a União, e são essas relações que explicam os motivos dessa diferença entre o caso paulista e baiano. Assim, os interesses dos Estados (e das oligarquias locais) e da União (representando um interesse patrimonialista), por vezes eram conflitantes, por vezes convergentes, e, segundo o autor, é no conjunto de interesses desses dois lados que são estruturados os serviços de saúde pública durante o período.

A reforma nos serviços de saúde e a aprovação do Regulamento Sanitário⁸⁶ empreendidas na administração do governador Sérgio Loreto fez com que este Departamento tomasse vultos de uma secretaria de Estado, que reunia dentro de uma mesma ordem administrativa os serviços de assistência e de saúde. Esta reforma dividiu os serviços de saúde urbanos, entre os quais estavam: a secretaria geral; Inspetoria de profilaxia geral; Inspetoria

⁸⁵ Em 1924, pelo ato nº 43 de 16 de janeiro de 1924, Sérgio Loreto realizou uma reforma administrativa no Estado, criando as Secretarias do Estado dos Negócios da Fazenda, do Estado dos Negócios da Justiça e Instrução Pública, do Estado dos Negócios da Agricultura Comércio e Indústria, no entanto, ainda mantendo por este ato, o Departamento de Saúde e Assistência Pública, Repartição de Águas, Esgotos, Viação e Obras Públicas e Departamento Geral de Viação e Obras Públicas subordinados à sua gestão. *PERNAMBUCO, Leis e Decretos. Ato nº. 43 de 16 de janeiro de 1924. In Fundo Secretaria do Governo. v. 117. APEJE.*

⁸⁶ *REGULAMENTO DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO*, aprovado pelo decreto nº. 567, de 23 de maio de 1924. Recife, Sec. Tec. da Rep. de Pub. Officiaes, 1924.

de Propaganda, Estatística e Educação Sanitária; Inspetoria de Higiene Infantil; Inspetoria de Assistência Pública; Laboratório Químico e Bromatológico; Instituto Vacinogênico; Serviço de Fiscalização de Gêneros Alimentícios; três Delegacias de Saúde; Laboratório Bacteriológico; Procuradoria dos Feitos da Saúde Pública; Serviços de Visitadoras anexos à higiene infantil e tuberculose. Por sua vez, o serviço de saúde de Saneamento Rural, que encontramos na documentação também sob o nome de Profilaxia rural, tinha como objetivo o combate às doenças venéreas, assim como a lepra, febre amarela, tuberculose e peste.

Além dos serviços de saúde, cabe aqui ressaltar o fato de que os serviços de assistência prestados pelo Estado eram entendidos à época como uma maneira de amenizar os sofrimentos da pobreza que afligia grande parte da população. Em matéria chamada “Recife, mendigópolis pernambucana: sem pão, sem lar, exibindo-se em andrajos para nossa vergonha”, o jornal *A Noite* nos traz um panorama desta situação: Recife pode ser chamada, sem nenhum exagero, a “mendigópolis pernambucana”. Não se pode dar um passo nas ruas de Recife sem ser assediado por maltrapilhos, muitas vezes sem nenhuma invalidez que os impossibilite de trabalhar⁸⁷. A oferta dos serviços de assistência se dá num contexto em que se fazia a distinção entre o trabalhador e uma pobreza vergonhosa. No estabelecimento entre essas duas formas de prática de assistência, Sandra Caponi (2000, p.64) trabalha sob a perspectiva das figuras paradigmáticas do “pastor” e do “filantropo”. Para o primeiro, a assistência é fundamentada sobre a ética da caridade, enquanto para o segundo é decorrente do poder disciplinar. É dentro deste contexto que a construção do pavilhão de refeições populares se configura como uma das obras dos serviços de assistência do governo do estado de Pernambuco.

⁸⁷ Recife, mendigópolis pernambucana: sem pão, sem lar, exibindo-se em andrajos para nossa vergonha. *A Noite*, Recife, 13 de nov. 1925, p.1.

Imagem n.º 13

Fonte: Fotografia em preto e branco tirada dentro do pavilhão de refeições populares. MEDEIROS, 1926, p.133.

Buscando alimentar a população que “se alimenta mal não só porque é pouco o dinheiro de que dispõe como também e, principalmente, por falta de orientação” (MEDEIROS, 1926, p.136) o governo de Pernambuco organizou a construção de um pavilhão onde eram ofertadas refeições. Esta obra não possuía unicamente o caráter de alimentar os que passavam fome, já que também apresentava um caráter educacional e disciplinador, embora de uma forma estigmatizante em relação às camadas populares, pois relacionava fome com ignorância. Em primeiro lugar, a alimentação era cobrada, pois:

Não se deve dar nada por nada... Nada não vale nada. É mister não alimentar o desocupado e influir no seu espírito, no sentido de convencer que a pobreza incurável e ninguém deve viver à custa dos outros. É preciso dar a mão ao que está a cair ou caído, dizendo-lhe que pode se levantar. (Idem)

Em segundo lugar, trabalhava-se o ato de lavar as mãos antes de comer como obrigação para receber o alimento, além de se proibir conversar sobre política ou jogo do bicho. Incentivava-se a criação de hábitos higiênicos entre a população através de medidas disciplinadoras para que esta pudesse usufruir, por exemplo, do direito de se alimentar.

A ausência de um Ministério voltado exclusivamente para a saúde, que controlaria ações no âmbito nacional e centralizaria poderes, esbarrava nos limites traçados pelo regime republicano, que postulava uma maior autonomia para os estados. Para HOCHMAN, 1998 (apud ESCOREL; TEIXEIRA *in* GIOVANELLA, 2012, p.22), as oligarquias locais se posicionavam de maneira favorável à autonomia dos estados e viam numa ação estatal centralizada uma ameaça ao poder local. Cabia, portanto, como desenlace para esta questão,

uma distinção quanto ao financiamento dos serviços urbanos e rurais. Enquanto os Serviços de Saneamento/Profilaxia Rural estavam ligados por contrato ao Governo Federal⁸⁸ e também eram financiados pela Rockefeller Foundation, os Serviços Urbanos eram financiados pelo Governo do Estado.

No contexto de Pernambuco, os serviços de higiene do Estado foram unificados no novo prédio do Departamento de Saúde e Assistência, localizado na Praça Oswaldo Cruz, e Sérgio Loreto entregou à Comissão de Profilaxia Rural (órgão do Governo Federal) a administração de higiene em Pernambuco. Neste empreendimento, o médico higienista Amaury de Medeiros assumiu o cargo de diretor do Departamento de Saúde e Assistência e a chefia dos Serviços de Saneamento e Profilaxia Rural. No final da sua gestão, fazendo-se valer de uma analogia entre os Serviços de Saúde e uma árvore para exemplificar as mudanças ocorridas na reorganização posta em prática a partir de 1923, Amaury de Medeiros afirma que apesar de ter raízes mais ou menos fortes, a folhagem (que para ele se refere aos serviços prestados pelo Departamento) encontrava-se “muito estiolada e mal distribuída”. O ramo esquerdo de tal árvore, representando o serviço rural, era escasso; o direito, referente ao serviço urbano, possuía folhas em desordem. Portanto, seu trabalho, posto em prática a partir de 1923, além de harmonizar a distribuição dos serviços, serviu, aproveitando a analogia do próprio Amaury de Medeiros, para observarmos a tentativa de colocar sob a sombra da frondosa árvore representativa do Departamento de Saúde e Assistência boa parte da população pernambucana⁸⁹.

⁸⁸ Em 1919 houve a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), tendo Carlos Chagas como primeiro diretor. Segundo ESCOREL; TEIXEIRA, “o novo órgão abrangia algumas proposições do movimento pelo saneamento rural e dilatava bastante as atribuições estatais no campo da saúde. A ampliação da abrangência territorial das ações de saúde teve como base o Serviço de Profilaxia Rural. Instalado de forma provisória desde 1918, ele passou a fazer parte do organograma do DNSP, funcionando em diversos estados, através de acordos firmados entre estes e o governo central”. (ESCOREL; TEIXEIRA in GIOVANELLA, Lígia *et al*, 2012, p.22)

⁸⁹ Ver MEDEIROS, Amaury. *Saúde e Assistência: doutrinas, experiências e realizações (sic)* (1923 – 1926). Recife, s/ed.1926.

Imagens n.º. 14 e n.º. 15



Fonte: Crayons que representam a situação dos serviços realizados pelo Departamento de Saúde e Assistência na administração de Amaury de Medeiros. *in*; MEDEIROS, Amaury. *Saúde e Assistência: doutrinas, experiências e realizações (sic)* (1923 – 1926). Recife, s/ed.1926 (*sic.*). s/p.

As questões de higiene eram debatidas à época sob a dupla ótica do coletivo e do individual. Enquanto ao coletivo cabiam as questões em torno do saneamento das habitações e das cidades, ao individual orbitavam questões relativas ao desenvolvimento da população a partir da educação sanitária. Cabe aqui destacar o fato de que em torno das questões sanitárias vivenciadas no Brasil durante a década de 1920, movimento do qual o Recife não escapou, havia uma convergência entre questões de saúde, educação e nação. Discutir higiene no Recife deste período era apontar para a atuação do Estado na tentativa de produzir corpos ativos, corpos conversíveis em dinheiro⁹⁰. É, portanto, trabalhar a gênese dos cuidados com as gestantes para evitar que os bebês nasçam prematuros, sífilíticos ou cegos. Precisar o número da população, garantir o registro civil e demais questões demográficas foram preocupações da administração Sérgio Loreto. Os dados que aqui apresentamos são da Inspeção de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária, ligada ao Departamento de Saúde e Assistência, que realizou o recenseamento entre os meses de setembro de 1922 e dezembro de 1923. Os cálculos foram realizados a partir dos dados das delegacias de saúde, o que nos faz crer que, apesar de imprecisos, estes números são representativos pelos esforços do poder público em detê-los para uma efetiva gestão e administração populacional.

O Recife em 1923 apresentava uma população de 313.150 habitantes, sendo 113.037 mulheres adultas e 94.934 homens adultos. Menores homens eram 45.392 e 51.249 menores mulheres, enquanto 35.087 correspondiam aos meninos menores de um ano e 44.051 a meninas menores de um ano. O número de mortos no Recife em 1923 foi de 7.936,

⁹⁰ “A noção hoje comum de que o homem válido é um patrimônio conversível em dinheiro para as nações, impõe que se cultive como se cultivam plantas, como se criam e selecionam outros animais e nenhuma cultura merece tantos desvelos como a preciosa cultura humana” (MEDEIROS, Op. cit. p. 156).

correspondendo ao alto coeficiente de 25,4 por mil habitantes. Diminuir a mortalidade entre os adultos, mas, sobretudo, reduzir a taxa de mortalidade infantil passou a ser uma das preocupações da administração estadual. Desta forma, verificamos que era esse quantitativo populacional o alvo das ações do Departamento de Saúde e Assistência. Na sua atuação frente à população, o DSA tinha o objetivo de normalizar comportamentos, identificar indivíduos e trabalhar com a difusão da higiene. Neste sentido, identificamos práticas disciplinares que não visam apenas governar o indivíduo, mas um conjunto de indivíduos, a população por inteiro, das crianças aos adultos, mulheres e homens. Compreendemos, sob esta ótica, o que Foucault conceitua como biopolítica, a prática de biopoderes locais. No que se entende por biopoder, por sua vez, a população é ao mesmo tempo alvo e instrumento numa relação de poder. Ele permite o controle de populações inteiras, assentado na proteção à vida, na regulação de corpos. Os biopoderes atuam, portanto, na gestão da higiene e saúde, da alimentação, da sexualidade da população, da natalidade e dos costumes, aplicando à sociedade uma diferenciação entre aquilo que é considerado normal e aquilo que é considerado patológico, impondo, portanto, uma normalização dos comportamentos por meio de uma medicalização social.

2.2 Debates sobre a Eugenia e a Profilaxia Social

Os casamentos, os combates à mortalidade infantil e às doenças venéreas, assim como a criação das crianças, figuraram entre as preocupações dos médicos e do poder público nas instâncias ligadas à saúde e higiene. É dentro deste contexto que acompanhamos os debates travados entre médicos em torno da questão da profilaxia social durante os anos iniciais da década de 1920, uma vez que existia a preocupação em cultivar corpos robustos que promoveriam e garantiriam o futuro da nação. Essas discussões giravam em torno de questões eugênicas, entre elas a da obrigatoriedade do exame pré-nupcial, que estavam intimamente relacionadas com as ideais de aprimoramento da raça, com a incorporação de teorias eugênicas, especialmente a vertente neolamarckiana⁹¹, e do sentimento nacionalista que tomava impulso ao longo da década de 1920 (FREIRE, Op. cit. p. 164). O neolamarckismo se apresentava relacionado com as medidas de saneamento e educação, pois, ao contrário da corrente mendeliana de eugenia, que se baseava no determinismo genético, era possível haver

⁹¹ Surgido ao fim do século XIX, o neo-Lamarckismo constituía uma teoria que propagava a ideia de que características hereditárias poderiam ser modificadas ao longo da vida de um indivíduo e estas transmitidas para seus descendentes.

uma herança de características adquiridas ao longo da vida e, portanto, aprimorar a raça. Houve, então, neste período, o que podemos chamar de virada discursiva. Se por vários anos a mestiçagem (reforçada pelas teorias de inferioridade racial) se apresentava como entrave para o desenvolvimento do Brasil enquanto nação, a adoção dos ideais eugênicos baseados no neolamarckismo transformava a hibridez racial de entrave em uma característica de fomento, progresso e construção da identidade nacional, uma vez que a ignorância e a doença eram as causas do fracasso nacional. Caberia, agora, aos médicos higienistas e ao Estado patrocinarem essas mudanças.

Os debates sobre a profilaxia social que tomaram espaço nas folhas do *A Notícia* ao longo do ano de 1923, antecedendo em alguns meses o decreto que deu origem ao Regulamento para os serviços sanitários em Pernambuco, revelam uma proposta de eugenia por meio do casamento. A preocupação que perpassava as mais variadas opiniões girava em torno da formação de uma raça “de fortes e sadios” em oposição a uma “legião de débeis, de raquíticos, de tarados, de loucos, de criminosos que infelicitam, degradam e inferiorizam as nacionalidades”⁹². O estabelecimento do exame pré-nupcial supunha que ele seria um meio de evitar a degeneração dos descendentes, a propagação de vícios, a transmissão de doenças incuráveis ou transmissíveis, tais quais o alcoolismo, a tuberculose e a sífilis, que se apresentava como uma ameaça à fecundidade, à perpetuação da espécie, e era grande causadora da mortalidade infantil. Revelando a corrente de pensamento em voga à época, que associava essas doenças a crimes, o exame pré-nupcial também serviria de freio à criminalidade através de uma seleção sexual dos indivíduos.

Segundo Maria Bernardete Ramos Flores:

O estudo da morfologia do corpo, do comportamento e da profilaxia do sexo, nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, liga-se às estratégias implementadas pelos médicos eugenistas, articulados a um projeto político/nacional, de definição e embelezamento da raça. O método seria a seleção conjugal através da criação de leis restritivas que impedissem os casamentos indesejáveis, pela exigência de exames de sanidade dos nubentes, cuja decisão final da habilitação dependeria do médico. Mas não só. Prescrições e normas para o uso do corpo ensejaram amplo debate sobre sexualidade e uma desmesurada importância do sexo [...] (FLORES, M.B.R., 2001, p.61)

Partindo do pressuposto de que as relações sexuais só ocorreriam dentro do casamento e revelando a castidade como prevenção das doenças venéreas, o discurso eugênico

⁹² Prophylaxia Social. Em torno do inquérito sobre questões eugênicas. Fala o Dr. José de Barros Filho, da secção demográfica de Higiene do Estado, *A Notícia*. Recife, 27 de mar. 1923. p. 1.

representava um corpo higienizado, forte e saudável que visava ao casamento, além das relações sexuais e dos corpos não como fonte de prazer, mas vinculados exclusivamente à procriação. De caráter regulatório e proibitivo, na construção do discurso eugênico não se vislumbrava a multiplicidade das relações que podem ser estabelecidas entre os seres humanos.

Neste sentido, a opinião do Dr. Clinio Mayrink escapa da grande maioria dos médicos que participaram da enquete promovida pelo jornal recifense. Dr. Mayrink inicia sua argumentação tratando dos problemas advindos da obrigatoriedade do exame pré-nupcial, pois a interdição a determinados casamentos atentaria contra as liberdades dos cidadãos. O raciocínio do médico também é desenvolvido sobre a hipótese de que o exame pré-nupcial geraria uma prole ilegítima, visto que impor a obrigatoriedade do mesmo não evitaria que as pessoas se unissem, mas que, ao contrário do que se esperaria com esta imposição, a obrigatoriedade estaria “concorrendo para maior desregramento de costumes nos lares onde houvessem indivíduos sujeitos a proibição matrimonial”⁹³.

Aspectos legais eram abordados em torno das questões de profilaxia social que animavam as folhas d’A *Notícia* e observamos, neste íterim, disposições legais sendo utilizadas por médicos para influenciarem os arranjos e as formações das famílias. Segundo o Código Civil de 1916, na disposição nº. III do artigo 219, o matrimônio poderia ser anulado caso houvesse, por parte de um dos nubentes, o desconhecimento em relação à existência “de doença grave e transmissível por contágio ou herança, capaz de pôr em risco a saúde do outro cônjuge ou de sua descendência”⁹⁴. Rompendo como uma prática bastante difundida tanto nos tempos coloniais quanto no do Império, o Código Civil de 1916 estabeleceu também a consanguinidade como motivo de impossibilidade para o casamento, tendo como objetivo impedir más formações nos descendentes de determinada união.

Segundo o Dr. José de Barros Filho, entre os anos de 1899 e 1922, a partir dos dados da Seção Demográfica, foram 14.358 natimortos no Recife. Para o médico, que no *A Notícia* se posiciona a favor do exame em nome das práticas higienistas, a causa dessa alta taxa de mortalidade infantil era a sífilis. Opina o doutor que para a realização dos casamentos deveria ser necessária a apresentação de um atestado de sanidade, chancelado pelas autoridades do Departamento de Saúde e Assistência, “as quais investidas de tamanha responsabilidade

⁹³Prophylaxia social, em torno do inquérito sobre questões eugênicas, o que nos diz o Dr. Clinio Mayrink. *A Notícia*, Recife, 31 de mar. 1923, p. 1.

⁹⁴ Prophylaxia social, em torno do inquérito sobre questões eugênicas, o que nos diz o Dr. Edgard Altinho, *A Notícia*, Recife, 06 de abr. 1923, p.1.

social e cumprindo inflexivelmente o seu dever, prestariam, por este modo, assinalado serviço à sua pátria”⁹⁵.

Outro médico inquirido pelo A Notícia a participar do debate promovido pelo jornal em torno das questões eugênicas foi Dr. Leonídio Ribeiro Filho, médico criminologista no Rio de Janeiro, que se encontrava no Recife para conhecer as instalações do Departamento de Saúde e Assistência em abril de 1923. Demarcando posicionamento favorável à exigência, Dr. Leonídio Ribeiro Filho chama a atenção para a relação estabelecida entre as reformas sanitárias desenvolvidas sob a chefia de Amaury de Medeiros e os progressos para o desenvolvimento da população em termos raciais: Agora que se inicia em Pernambuco uma era nova para a saúde do povo e futuro da raça com a nova orientação dos serviços de higiene, merece os mais rasgados elogios a vossa campanha pugnando pela exigência do exame pré-nupcial⁹⁶. O médico recorda o histórico do assunto: desde 1892, na Academia de Medicina, Professor Souza Lima propôs esta medida como profilaxia da tuberculose, e em 1902 ele conseguiu que a Academia, a propósito da profilaxia da sífilis, desse voto a proibir o casamento “a todo aquele que fosse portador de alguma doença grave ou contagiosa”⁹⁷. Indica que países adiantados adotaram o exame pré-nupcial obrigatório e isto serviria de modelo e exemplo a ser seguido pelo Brasil. Elencando além dos fatores raciais já citados, Ribeiro Filho trata do projeto político/nacional que as questões eugênicas dispunham:

O Brasil, país imenso que precisa de uma grande população capaz de bem explorar todas as suas riquezas, precisa antes de mais nada de cogitar, por todos os meios, de facilitar o nascimento de crianças sadias que possam servir ao seu progresso, e não indivíduos tarados que sejam carga inútil para o Estado. Para conseguir esse desiderato, uma das medidas mais patrióticas e econômicas será, com certeza, o exame pré-nupcial.⁹⁸

A obrigatoriedade do exame pré-nupcial, no entanto, ficou apenas no plano das ideias e em palavras, não tomando espaço na realidade e nem se tornando medida obrigatória em Pernambuco. O Governo lançou mão, portanto, de outras estratégias que visavam ao combate às doenças venéreas, de modo a evitar a mortalidade infantil e garantir a criação de novas gerações dentro de uma cultura higiênica. Visto como um flagelo social que ameaçava tanto a coletividade quanto as famílias, uma vez que afetava a reprodução da população, a Inspetoria de Doenças Venéreas, uma seção do Serviço de Saneamento Rural, ficou encarregada do

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Prophylaxia social, em torno do inquérito sobre questões eugênicas, o que nos diz o Dr. Leonídio Ribeiro Filho, *A Notícia*, Recife, 03 de abr. 1923, p. 1.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Idem.

combate à sífilis e também à lepra. O combate às doenças venéreas era custeado exclusivamente com verbas federais de 1922, ano de fundação da mencionada Inspeção, até o ano de 1924. A partir de 1925 passou a ter o custeio das atividades divididas entre o Estado de Pernambuco e a União por determinação do Congresso Nacional. Em 1923, ano em que o Doutor Amaury de Medeiros assume o DSA, o serviço contava com apenas o dispensário Oswaldo Cruz. Após a reforma sanitária, aquele dispensário foi dividido em duas seções, uma para homens e outra para mulheres, levando esta última seção o nome de Dispensário Eduardo Rabello.

Na medida em que higienizar a cidade do Recife e combater a pobreza eram apresentados como solução central para civilizar a população e trilhar o progresso, as críticas feitas sobre a atuação da administração de Sérgio Loreto tecidas sobre as ações na área de higiene desempenharam um papel de camuflagem dos problemas sociais, pois os altos gastos em higiene não se faziam refletir no fim da carestia e nas doenças que afligiam boa parte da população. Tais críticas tinham no jornal *A Noite* o seu mais ferrenho propagador. Sob o título de “um posto de profilaxia numa rua infecta... E ainda falam em higiene”⁹⁹, a publicação lembra que a instalação do Posto de profilaxia das moléstias venéreas e de tuberculose se encontrava na Rua da Roda, “uma das ruas anti-higiênicas de nossa cidade”. Ora, se um posto que desenvolvia um papel central na administração de Sérgio Loreto se encontrava numa rua onde “[há] poeira quando as carroças passam diariamente”, o que se imaginar das demais ruas da cidade? *A Noite* também criticava os gastos realizados pelo Governo do Estado, como podemos ver na charge abaixo:

⁹⁹ Um posto de profilaxia numa rua infecta... E ainda falam em higiene. *A Noite*, Recife, 06 de out. 1923, p.1.

Imagem n.º16



Fonte: Charge em preto e branco. Higienizando, *A Noite*, 19 de out. 1923, p.1.

Na charge, cujo título é higienizando, temos a presença de uma senhora, que representa a higiene do Estado, portando um espanador embaixo do braço esquerdo e espalhando algum produto químico dentro do cofre do Estado. Na legenda, podemos ler: “Prometi e cumpro. Não deixarei ficar um só “micróbio” aí dentro...”. Relacionando a sanha do discurso higienista pelo asseio e limpeza com as denúncias da apropriação dos recursos públicos, sobretudo nas construções físicas realizadas durante a administração de Sérgio Loreto, a charge é uma crítica sobre os gastos feitos pelo governador, principalmente no tocante ao fato de que para realizar as propostas de governo, este contraiu empréstimos no Brasil e no exterior, endividando o Estado, além de mobilizar intelectuais de modo a conseguir atingir, nos quatro anos de seu governo, mudanças substanciais nas cidades e nos serviços públicos.

A despeito das críticas, principalmente d’*A Noite*¹⁰⁰, que começaram a rarear a partir do ano de 1924, foram criados outros três dispensários ao longo de 1923: um militar¹⁰¹,

¹⁰⁰ Assumindo uma postura crítica e sem filiações partidárias, *A Noite* a partir de 1922 sofreu perseguições, ameaças de empastelamento, prisões de seu redator, o jornalista Nelson Firmo, destruições públicas de exemplares, agressões aos gazeteiros e a constante presença policial no entorno da redação. Diante deste quadro, parou de circular em de julho de 1924 e voltando quase um ano após, em junho de 1925, não mais sob a direção de Nelson Firmo, que reassumiu em janeiro de 1926, manteve uma postura crítica ao governo de Sérgio Loreto e a constante ameaça de empastelamento do jornal. NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco (1821 – 1954)*. Recife: Imprensa Universitária – Universidade Federal de Pernambuco, 1967, pp. 209-231.

¹⁰¹ Em *A Notícia*, Recife, 09 de ago. 1923, p. 1, lemos a seguinte nota: vem de ser fundado no Hospital Militar desta cidade o Posto de Profilaxia das doenças venéreas, que tem por fim combater essas doenças entre os soldados do 21º B.C., fazendo-se o tratamento ambulatorio dos afetados e empregando-se, no seio da guarnição,

funcionando dentro do Hospital Militar, que atendia às tropas do 21º Batalhão; o dispensário Cosme de Sá Pereira, no bairro do Arruda, à época parte do município de Olinda, oferecendo seus serviços a bairros do subúrbio do Recife, como Beberibe, Encruzilhada e Hipódromo; e outro em Jaboatão, o dispensário Gaspar Vianna. Salientam-se os esforços do poder público em descentralizar seus serviços de saúde, atendendo, assim, as populações dos bairros mais distantes do centro, mas também de outras partes do Estado de Pernambuco. Em 1924, com o aumento da verba, há uma capilarização das tecnologias disciplinares e do biopoder direcionada ao combate das doenças venéreas a partir da instalação de postos dentro dos hospitais já existentes na capital e a realização de pequenos serviços antivenéreos.

Ao analisarmos a folha de pessoal da Inspetoria de Doenças Venéreas e Lepra, verificamos a presença do trabalho da enfermeira visitadora, exceto do dispensário Oswaldo Cruz, uma vez que este era exclusivamente masculino. Destaca-se a importância desta nova função criada para a atividade feminina no governo Sérgio Loreto na área da propagação dos preceitos de higiene, levando-se em conta a ideia de que a prevenção também deveria ser trabalhada, não apenas o combate quando as doenças já estão instaladas. Assim, ao verificarmos o resumo dos trabalhos realizados pelo Serviço de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas de 1922 a junho de 1926, observamos o crescimento das visitas domiciliares realizadas pelas enfermeiras visitadoras de 403 para 1.796, passando pelo pico de 2.165 no ano de 1925, além de crescer o número bruto de novos doentes matriculados, saltando de 4.585 no ano de 1922 para 8.452 em 1925¹⁰².

Em 1925 houve a criação do dispensário Ascanio Peixoto, apresentando uma preocupação peculiar do governo estadual, uma vez que fora instalado dentro de uma vila operária, também construída durante a administração de Sérgio Loreto. A vila operária em questão trata-se da Paz e Trabalho. A construção desta vila define alguns contornos na administração de Sérgio Loreto a respeito das obras envolvendo saúde e assistência como complementares. Em primeiro lugar, a construção de uma vila para operários se deu dentro de um contexto em que havia a passagem da preocupação com o pobre para ações destinadas ao operário, ao mesmo tempo em que apresentava a função do Estado dentro da sociedade industrial, o que ensejará ações voltadas para o pecúlio, primeiros socorros, previdência e

a profilaxia pela desinfecção individual. Acha-se encarregado da direção do posto o capitão médico desta Região, Dr. Claudiano Cavalcanti, sendo os medicamentos, fichas, conselhos impressos, etc., fornecidos pelo Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas. Sobre a organização dessa obra de evidente utilidade o Sr. Dr. Amaury de Medeiros, diretor do Serviço de Saneamento e Profilaxia, neste Estado entendeu-se com o Coronel Cyriaco Lopes, comandante da Região. O Posto enviará mensalmente os mapas dos trabalhos realizados para a repartição acima.

¹⁰² MEDEIROS, Amaury. Saúde e Assistência: doutrinas, experiências e realizações (sic) (1923 – 1926). Recife, s/ed.1926 (sic.), p.90.

alimentação (SANGLARD; FERREIRA, 2014, p.74). O operário como representativo do trabalhador¹⁰³ pobre se opunha à figura do vadio/pedinte, que representava a falta de atitude e ficaria relegado à caridade. Em segundo lugar, revela a preocupação da administração Sérgio Loreto, que identificou, na presença dos mocambos da cidade do Recife, resquícios de uma herança colonial, de um atraso em contraponto ao aspecto modernizador que a administração procurava imprimir, um grande inimigo social. Dentro desses mocambos havia famílias, mulheres, mães e todo seu potencial civilizatório, mas também a ausência de água, esgoto, luz, dos preceitos de higiene e vícios.

A íntima relação que o Recife tem com seus rios, Capibaribe e Beberibe, envolve tantos as questões de navegação e deslocamento quanto das famílias que, sem ter onde viver, habitavam às margens dos rios e muitas vezes tiravam deles a própria subsistência. Em 1926, o *Jornal do Recife* apresentou a seguinte imagem:

Imagem nº. 17



Fonte: Fotografia em preto e branco de habitações à beira do Rio Capibaribe. O bairro da miséria, *Jornal do Recife*, 16 de janeiro de 1926, p.2. Na legenda, lê-se: habitações de gente paupérrima à margem do Capibaribe. Casebres de palha, folhas de zinco, taboas velhas, sem o menor conforto e higiene.

A construção de um tipo de habitação higiênica, revés do mocambo representativo da miséria e da transmissão de doenças, levada a cabo pelos serviços de assistência do estado, tinha por objetivo a tentativa de exercer um caráter educacional sanitário e disciplinador quanto ao uso das casas para os que ali foram viver, buscando modificar hábitos e formas de

¹⁰³ No Regulamento das casas da Vila Operária há uma definição bastante ampla para o que a administração compreendia por operário: Consideram-se operários os que ganharem a sua substância em trabalhos manuais. MEDEIROS, Amaury, 1926, p.147.

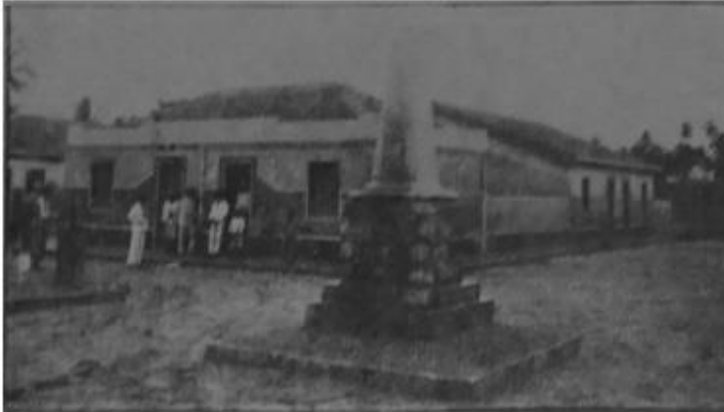
viver da população. Amaury de Medeiros explica o fato que desencadeou o início da construção da Paz e Trabalho:

[...] Em um momento dado, houve grande enchente do rio e várias dessas casas foram arrastadas pela corrente. Seria um infortúnio, mas que despertou a ideia da Fundação Casa Operária, que é um programa novo em marcha, é uma ideia que tem, parece-me, capacidade de avançar e pode muito contribuir para modificar um pouco a mentalidade geral sobre o assunto da habitação operária. Nessa ocasião, houve grande alarido pela cidade; enorme pânico com a invasão das águas da enchente. Como chefe do serviço de assistência, fui encarregado de tomar conta dessa gente, tal como em tempo de guerra: abrigá-la, mantê-la, até que se reinstalasse. (MEDEIROS, 1926, p.142).

Após o recebimento de donativos em dinheiro para prestar auxílio aos afetados com a enchente e financiamento do governo do estado, Amaury de Medeiros afirma que conseguiu “organizar uma fundação que tivesse o fim construir casas para operários, rigorosamente sanitárias. As casas seriam alugadas, e não dadas de graça, de acordo com o nosso princípio. O rendimento do aluguel seria empregado em construções de novas casas” (MEDEIROS, 1926, p.144). Difícil crer que essas pessoas, que viviam uma condição de vida de extrema pobreza, dispusessem de rendimentos capazes de pagar aluguéis. No entanto, por um princípio preconceituoso, por acreditar que a condição de pobreza se dava por falta de iniciativa ou por se acreditar merecedor de pena, como o diretor do DSA faz referência, essa era uma forma de distinguir maneiras de prestar auxílio aos pobres. Segundo Amaury de Medeiros:

Não fazemos mais aquela assistência piegas, que fala com diminutivos, batendo na face carinhosamente; fazemos assistência forte e vigorosa de quem bate no ombro e afirma: Você, homem ou mulher, pode reagir, pode trabalhar: levante-se, ande eu lhe darei os meios de ser forte. Se não pode levantar agora, venha: eu lhe dou a mão; depois, siga só o seu caminho. Isto me parece essencial para não criar uma classe de indivíduos que se julgam desgraçados por força do destino injusto e entendem que o conforto dos outros é contra eles, é uma extorsão a eles feita, a eles que nada produzem. (Op. cit. p.130).

A construção de casas operárias como obra de assistência do Estado seguiu um padrão de possuir instalações de água, esgoto e luz, com duas plantas para habitação e uma para lojas. As casas foram construídas de quatro em quatro, em forma de cruz, de modo a se economizar na construção de paredes, canalizações d'água, esgoto, telhados e muros. Funcionando como uma obra física que também apresentava objetivos educativos para a população, deveria espelhar novas iniciativas tomadas por industriais na construção de outras vilas operárias e dispunha de regulamento a fim de disciplinar quanto ao uso das casas.

Imagem n.º 18

Fonte: Fotografia em preto e branco da Vila Operária Paz e Trabalho, apresentando o monumento erguido no centro da mesma. MEDEIROS, Amaury, 1926, p. 146

O regulamento das casas da vila construídas pela Fundação dispunha de uma extensa lista de regras, que objetivavam o disciplinamento e desempenhava permanente vigilância sobre os moradores. Próximo de um ideal de higienização social apregoada por médicos e pelo poder público, este regulamento se apresentava, no entanto, muito distante da realidade em que vivia a esmagadora maioria da população e muito pouco exequível. Primeiramente, apenas famílias legalmente constituídas por operários eram as que podiam alugar as casas. Proibia-se desde mudar a configuração física da casa, a saber, portas, janelas e ferrolhos, até a colocação de pregos na casa. Proibiam-se também ações com caráter de educação sanitária: cuspir no chão e criar porcos, galinhas ou qualquer animal. A construção da vila operária sanitária também buscava mudar hábitos da população que ali fosse viver, exercendo uma vigilância perene pela ação do zelador da vila ou de funcionários do DSA: não era permitido o aluguel para quem tivesse o vício pelo álcool ou que fosse analfabeto, a não ser que frequentasse a escola noturna. As punições iam desde a multa em dinheiro até o despejo com aviso prévio de quinze dias para aqueles que descumprissem o regulamento.

A construção da Paz e Trabalho se articulava com o debate a respeito da profilaxia social, na medida em que também buscava a formação de um modelo de trabalhador possuidor de um corpo higienizado, livre de vícios e apto ao trabalho para o engrandecimento da pátria. Certamente houve resistências por parte dos trabalhadores a todo esse arsenal de regras e regulações. Apesar de não possuímos uma documentação que nos permita avaliar tal resistência de maneira direta, ela é percebida nas entrelinhas, nas fronteiras entre o explícito e o implícito da avaliação de Amaury de Medeiros sobre os resultados dessa construção, quando ele afirma que:

“As casas construídas são disputadas e os inquilinos estão seguindo fielmente o regulamento [...] sob ameaça de todas as complicações da justiça e mesmo da polícia que lhes causa ainda maior impressão [...] Em geral, eles têm se mantido em ordem. Bem se vê que é uma obra de paciência e obstinação” (MEDEIROS, 1926, p. 150-151).

Compreendemos que cumprir o regulamento diante de tantas ameaças jurídicas e policiais fazia bastante sentido no âmbito da intimidação, mas existe uma contradição entre “seguir fielmente” e o uso de “em geral”. Pontuar que o êxito deste empreendimento não seria visto imediatamente, mas que dependia da paciência e da obstinação de quem o realizava, também nos mostra que a vila operária não se configurava como um projeto infalível para pôr termo ao suposto desregramento das camadas populares que ali foram alojadas.

2.3 Para alcançar as crianças, políticas de saúde para as mulheres: a formação da Inspetoria de Higiene Infantil.

Entre as medidas adotadas pelo poder público na área de saúde e assistência ganharam centralidade aquelas destinadas à infância e, paralelamente, às mulheres. Associando-se os problemas advindos da questão social, almejava-se o fim do alto índice de mortalidade infantil, como também o crescimento de novas gerações dentro de uma cultura higiênica. É neste sentido que a higiene, tida como a ciência do aperfeiçoamento do ser humano e não apenas com o objetivo de conservar a saúde, via no cuidado com as crianças o seu objeto inicial. Assim lemos no discurso do Doutor Amaury de Medeiros em sua posse na Sociedade Pernambucana de Medicina:

[...] a ciência moderna começa a proteger o homem antes do nascimento, acompanha o recém-nascido no berço, segue a criança na escola, acompanha o adolescente nas universidades, nas fábricas, nas oficinas, segue enfim a humanidade por toda a parte e por toda a vida.¹⁰⁴

Acreditava-se que no cuidado, acompanhamento e na supervisão de uma geração, as próximas já não seriam acometidas dos vícios que as anteriores possuíam, além de essa nova geração possuir uma mentalidade diferente em relação às questões relativas à higiene. Esta corrente de pensamento, influenciada por Gustave Le Bon¹⁰⁵, levava a cabo a ideia de que a educação atuaria sobre a hereditariedade, ocorrendo, assim, as transformações sociais.

¹⁰⁴ *Jornal do Commercio*, Recife, 17 de jun. 1923, p.4

¹⁰⁵ Nascido na França no ano de 1841, Le Bon teve destaque, sobretudo no período posterior à Primeira Guerra Mundial em temas relacionados à análise das multidões. Baseado em teorias raciais e de hereditariedade,

A ideia de intervenção na higiene no presente para obter os resultados no futuro com gerações completamente higienizadas é trabalhada no artigo *Alguns aspectos presentes e futuros da higiene em Pernambuco*, escrito pelo Dr. Amaury de Medeiros¹⁰⁶. Interpretava-se a higiene infantil como a higiene do futuro, pois o chefe dos serviços do Departamento de Saúde e Assistência vislumbrava um momento na história em que não seria mais necessário que o Estado adotasse medidas de disciplinamento, mas que a população, uma vez já disciplinada:

Saiba onde deve viver e como deve viver, se defenda por si mesma contra todas as causas de insalubridade. Será uma geração que manda fazer sua fossa, não porque a higiene obrigue, mas porque não pode entender casa sem esgoto, protege a sua água por um influxo subconsciente, defende a sua alimentação, se vacina contra a varíola, contra as infecções tíficas por princípio, ignora o que seja cuspir, neste momento, nada mais terá o governo do que ensinar a higiene às crianças que, aliás, já trarão de casa, nos exemplos paternos, a melhor educação sanitária.¹⁰⁷

Esta interiorização de preceitos científicos que deveriam guiar formas de ser e de viver se articula com o conceito de governo de Foucault. Segundo Ortega (2009, p. 24), entre 1977 e 1982, Foucault desenvolve o conceito de governo, que lhe permite articular as formas de resistência dos corpos e mentes ante o poder que pretende criar corpos dóceis e pessoas submissas. O indivíduo é convidado, portanto, a exercer o governo de si, aplicando o poder sobre si, com o objetivo de resistir às relações de poder. Com esse pensamento, Foucault desdobra o conceito de poder como relação de forças pelo de poder como governo que orienta as ações.

Em *A governamentalidade*, texto do curso dado no *Collège de France*, Foucault se pergunta no que consiste a arte de governar, tomando o conceito de governo do texto de Guilherme de La Perrière, *Le miroir politique, contenant diverses manières de gouverner*, em que se afirma que “Governo é a íntegra disposição das coisas” (FOUCAULT, 2012, p. 285) e tem por objetos territórios e pessoas. As coisas segundo Foucault são “os costumes, hábitos, maneiras de fazer ou de pensar” (Idem), com as quais os homens estabelecem relações.

Foucault argumenta que as práticas do governo são múltiplas, já que muitos governam: como o pai na família, o pedagogo na escola, o príncipe no Estado, e que por outro lado “todos esses governos são interiores à própria sociedade ou estado” (Ibidem, p. 280).

bastante comuns na Europa entre os séculos XIX e XX, Le Bon desenvolveu teorias sobre o progresso humano que se baseavam na “luta pela vida” e na “sobrevivência dos mais capazes”.

¹⁰⁶ MEDEIROS, Alguns Aspectos Presentes e Futuros da Higiene em Pernambuco. *Jornal do Commercio*, Recife, 25 de dez. 1924, p. 1.

¹⁰⁷ Idem.

Nesse mesmo livro, Foucault relata que em uma série de textos pedagógicos para o Delfim, François de La Mothe Le Vayer diz que “há três tipos de governo: o governo de si mesmo, referido à moral; a arte de governar a família como se deve, referida à economia; enfim, a ciência de bem governar o Estado, referida à política” (Ibidem, p. 281), e que há continuidade entre esses governos .

Dentro deste contexto, o Governo do Estado de Pernambuco lançou mão de várias tecnologias políticas em um amplo ambiente no qual se crê na necessidade de formar um Estado moderno habitado por uma população que tenha incutido os valores modernos de saúde e higiene. Ora, se as novas gerações são geradas nos ventres das mulheres - e são essas crianças que no futuro substituirão uma geração atrasada -, os corpos das mulheres se tornam alvo precípua das tecnologias disciplinares e do biopoder. Assim, a Inspetoria de Higiene Infantil, subordinada ao Departamento de Saúde e Assistência, assumiu papel importante na prática de medidas sanitárias entre os anos de 1922 e 1926, uma vez que sua atuação girava em torno da assistência às mulheres grávidas, do serviço pré-natal e da inspeção das amas de leite, atividade esta que era dirigida por um médico e assistida por parteiras.

A Inspetoria de Higiene Infantil contava com o seguinte pessoal: um chefe em comissão, encarregado do serviço de puericultura; um assistente médico, encarregado do serviço pré-natal e da inspeção das amas de leite; três médicos escolares; uma visitadora chefe; três visitadoras parteiras; nove visitadoras de segunda, sendo duas dentistas, que eram responsáveis pela primeira e segunda infância. Os serviços de visitadoras no seio da Inspetoria de Higiene Infantil representou, segundo Sérgio Loreto, a introdução da “mulher nos serviços de saúde pública, colaboração modernamente indispensável na experiência unânime dos países mais adiantados”¹⁰⁸. Para um governo que buscava se apresentar como moderno e numa sociedade que se modificava no que tange à atuação cada vez maior das mulheres nos espaços públicos, houve a atribuição de um exercício de uma função conhecida à época como moderna para as mulheres, dentro de uma das Inspetorias que desempenhava um papel central no governo de Sérgio Loreto. As parteiras deveriam realizar um curso especial em saúde pública para que, na condição de visitadoras, acompanhassem as mães nos meses anteriores ao parto e as crianças nos dias posteriores ao nascimento. O serviço possuía ainda um escrevente e dois serventes em seu pessoal.

¹⁰⁸ *MENSAGEM do Exmo. Sr. Dr. Governador Sérgio T. Lins de B. Loreto Governador do Estado*. Lida ao instalar-se a 2ª sessão da 11ª Legislatura do Congresso Legislativo de Pernambuco aos 6 de março de 1923. Pernambuco: Oficinas Graphicas do Jornal do Commercio, 1923. p. 14. APEJE.

A Inspetoria tinha também como objetivo a formação do que no regulamento é intitulado de “Centro de Cultura Infantil”. Este, dirigido pelo chefe da inspetoria e auxiliado pelas visitadoras de segunda, que da mesma maneira que as parteiras deveriam possuir um curso especial em saúde pública, examinariam e acompanhariam as crianças nos primeiros anos de vida. As finalidades dos exames e dos acompanhamentos eram: verificar o desenvolvimento da criança, orientar e estimular a alimentação correta às crianças na primeira infância, realizar propaganda e ensinar os preceitos de higiene, inspecionar os domicílios e atuar no próprio centro de cultura (onde eram realizadas atividades com efeitos de propaganda do serviço), averiguar os efeitos da propaganda e a fiscalização dos dispensários infantis existentes no Recife¹⁰⁹.

Houve no período em tela a tentativa de ser posto em prática pela Inspetoria de Higiene Infantil um serviço de cultura higiênica em Pernambuco a partir do ano de 1923. E assim define Amaury de Medeiros este serviço:

Ele começa a proteger o homem antes do nascimento, previne desde logo 34 por cento das causas que podem provocar a interrupção do seu desenvolvimento para que nasça a termo; protege o nascimento fazendo-o acompanhar por uma assistência de higiene; previne as deformações e as doenças dos primeiros momentos e dias do nascimento, inclusive 30% da cegueira; ensina a banhar, a amamentar, a alimentar, a vestir os recém-nascidos; acompanha os escolares, preside o seu desenvolvimento, corrige os defeitos, determina as horas de estudo e as horas de recreio, intervém na escolha dos prédios escolares, na sua ventilação, na sua iluminação, na posição dos móveis, nos tipos de livros, e assim com minúcias, às vezes parecendo fúteis aos ignorantes, a higiene salva 30% dos natimortos, 30% da cegueira, evita a miopia, impede as posições viciosas, dá hábitos ligeiros de higiene que poderão impedir causas numerosas de degenerescência e de morte.¹¹⁰

Proteger antes do nascimento tratava-se da inserção dos serviços de pré-natal, também chamado de puericultura intrauterina. Mais uma vez, o corpo feminino é explorado e normatizado com o objetivo final de gerar corpos saudáveis e produtivos. Para melhor explicitarmos como houve a implantação do serviço pré-natal em Pernambuco, abordaremos mais pormenorizadamente como ele era organizado. Com métodos distintos, mas com os mesmos objetivos, a Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária, através do seu serviço de propaganda, elaborava cartazes e materiais impressos para que a imprensa divulgasse e também para que as visitadoras, atuando diretamente junto à população nas casas

¹⁰⁹ REGULAMENTO do Departamento de Saúde e Assistência do Estado de Pernambuco. Aprovado pelo decreto de n.º. 567 de 23 de maio de 1924. Recife: Sec. Tec. Da Rep. De Pub. Officiaes, 1924, p. 106. APEJE.

¹¹⁰ MEDEIROS, Alguns Aspectos Presentes e Futuros da Higiene em Pernambuco. *Jornal do Commercio*, Recife, 25 de dez. 1924, p. 1.

e escolas, pudessem recrutar e encaminhar as futuras mães, mulheres das camadas populares do Recife, ao serviço pré-natal, onde eram matriculadas. Neste espaço, eram examinadas por um médico, faziam os exames, entre eles o de Wasserman (para detectar a sífilis) de modo a evitar a mortalidade das mães e dos filhos e “começa-se, assim, a fazer a educação do filho através do organismo materno”, segundo o diretor do DSA (MEDEIROS, 1926, p.125). Posteriormente, passavam por exames de urina regulares, bem como tinham suas casas inspecionadas pelas visitadoras parteiras e tinham os retornos ao serviço estabelecidos.

Chegado o momento do parto, mais funções das visitadoras parteiras eram postas em prática, inicialmente no auxílio à parturiente. Em seguida, uma vez nascida a criança, esta era matriculada no Centro de Cultura Infantil. Era posto, então, um encadeamento dos serviços oferecidos pela Inspetoria de Higiene Infantil: criava-se o vínculo com a mãe durante a gravidez, as visitadoras parteiras iniciavam o trabalho na primeira infância, incentivavam a amamentação, informavam sobre os perigos da alimentação que não o leite materno, ensinavam, enfim, os preceitos da puericultura, ou seja, as bases técnicas da maternidade científica. Uma vez atingida a idade escolar, os médicos e visitadoras escolares cuidavam do desenvolvimento da criança, da evolução física e dentária.

Alcançado o objetivo de identificar, matricular e acompanhar a gestação das mulheres grávidas, a manutenção das crianças nascidas sob a vigilância desse novo serviço se apresentava como outro desafio imposto à Inspetoria de Higiene Infantil. A adesão das mulheres grávidas e das mães a esse serviço oferecido pelo DSA era de grande importância, uma vez que ele não teria sucesso algum se elas não se engajassem em ir até a Policlínica Infantil instalada no novo prédio do Departamento ou no dispensário de Higiene Infantil Lino Braga em Afogados, não fizessem os exames e os acompanhamentos médicos do serviço pré-natal, nem vacinasse seus filhos. A vacinação, que historicamente possuiu resistência entre a população de um modo geral, deveria ser realizada nas crianças; um dos métodos utilizados pelo poder público para conseguir vaciná-las apresenta a maneira como se estabelecia a relação entre o poder público com as camadas populares. Havia uma associação entre desinteresse da população pelos serviços de saúde e a falta de adesão aos esculápios médicos como fruto da ignorância, sendo inclusive denominadas “classes incultas”¹¹¹. Registra Amaury de Medeiros que “para atrair clientela ao serviço, temos, sempre que possível, feito pequenos presentes que tornam assim, simpáticos no início da instituição” (MEDEIROS, 1926, p.160). Para garantir o afluxo de mães e crianças no Departamento de Saúde e

¹¹¹ No capítulo que aborda a Educação Sanitária, o médico Amaury de Medeiros nomeou em subtópico “As classes incultas em face dos novos métodos”. MEDEIROS, Amaury, 1926, p.131.

Assistência, por exemplo, encontramos também propagandas do natal sendo comemorado pelo DSA. Segundo o Jornal Saúde e Assistência, “a Inspetoria de Higiene Infantil, dando um exemplo de ternura e amor aos seus pequenos clientes aproveitou o ensejo de natal para oferecer-lhes uma recepção festiva, distribuindo pequenas lembranças e brindes”¹¹². Através dessa ação estabelecida por meio da troca material, organizada pelas visitadoras e com a presença do diretor do Departamento, Dr. Amaury de Medeiros, e sua esposa, D. Aspásia Loreto de Medeiros, afirma a publicação que compareceram 2.810 crianças. Reunidas, foram vacinadas contra a varíola e, juntamente com as mães, presenciaram “um ligeiro e tocante discurso, cheio de conselhos úteis e ensinamentos salutareos, o que produziu a mais agradável impressão”¹¹³.

Dentro das atividades realizadas no âmbito da Inspetoria de Higiene Infantil, a inspeção das amas de leite se configurou como um fato importante para análise. Primeiramente, por que se havia a inspeção, sugere-se que a prática de contratação de mulheres para alimentarem os filhos de outras mulheres ainda era bastante difundida no período. Em segundo lugar, este fato indica que a amamentação dos próprios filhos ainda não era um hábito consolidado entre as recifenses do período e, desta forma, a atuação dos médicos nesta seara é um caso importante para compreendermos a tentativa de formação de dizibilidades sobre o corpo feminino e de que forma elas deveriam atuar na sociedade, sobretudo a partir do exercício da maternidade científica dirigida pelos preceitos médicos.

No Brasil da segunda metade do século XIX, a prática de contratar amas de leite era um hábito bastante difundido entre as camadas média e alta da população. Segundo Luís Felipe de Alencastro “não se encontrarão em todo Império cinco mães que, pertencendo à classe elevada, aleitem seus filhinhos [...] não se encontrarão dez na classe média [...] não será coisa fácil apontar vinte na classe baixa” (Alencastro, 1997, p. 63). Esta realidade vivenciada no século XIX não punha a prole sob todos os cuidados das próprias mães, pois segundo a análise de Besse:

Com o patriarca no centro da família, os filhos viviam à margem. Ainda que amados, eram amamentados e criados por escravas negras, submetidos à dura disciplina e à autoridade patriarcal absoluta e encarados como adultos incompletos até a adolescência, quando eram introduzidos precocemente na condição de adultos (com a herança e, pois, o *status*), exigida para seguir os passos dos pais. Mas a urbanização e a industrialização alteraram tanto a

¹¹² O natal no Departamento de Saúde e Assistência, *Saúde e Assistência*, Ano II, dezembro de 1924, número 16, p.1.

¹¹³ Idem.

posição dos filhos dentro desta quanto o significado de infância (BESSE, Op. cit. p. 100).

Desta forma, a historiografia tem exemplos que apontam para a presença das amas de leite na vida familiar durante a escravidão, bem como a presença delas no meio urbano. Segundo Alencastro (Op. cit., p. 64), o aluguel de amas de leite era uma atividade que gerava ganhos financeiros aos senhores de escravos urbanos durante o período Imperial, pois alugavam suas escravas após estas darem à luz. Se eram alugadas enquanto cativas, por outro lado, na condição de mulheres livres, muitas das mulheres oriundas das camadas populares formaram uma mão de obra urbana importante até meados da década de 1930.

De atividade amplamente difundida na sociedade colonial e imperial, e desempenhando um papel importante na vida cotidiana de uma família com a qual elas não possuíam vínculo biológico ou de parentesco algum, a atuação das amas de leite passa a ser combatida no Brasil a partir da virada do século XIX para o XX. Se em um primeiro momento a crítica sobre as amas de leite recaía sobre um argumento de transmissão da degenerescência da raça pelo leite, bastante aliado a um discurso sobre inferioridade das raças, a partir das descobertas de um universo microscópico, o leite das amas passou a ser combatido por possivelmente transmitir doenças. Segundo a interpretação de Freire o combate às amas de leite:

Vinculava-se mais estreitamente ao desejo dos intelectuais republicanos no sentido de ruptura com práticas identificadas com o Antigo Regime – especialmente a cultura escravista – e associadas ao atraso e à tradição. Ao adotar a higiene como eixo condutor para o processo de modernização e construção da nacionalidade, a condenação às amas-negras expressaria o medo da contaminação física e moral da sociedade e, de forma mais ampla, a inviabilidade da nação (FREIRE, Op. cit. p.212).

No caso de Pernambuco no período estudado, a fiscalização das amas de leite passa a ser objeto de preocupação por parte do poder público, já que este, aliado ao discurso higiênico proposto pelos médicos, também se propunha a criar o hábito das próprias mães amamentarem seus filhos¹¹⁴ dentro de uma ordem técnica chancelada pelos médicos. À mulher que pretendesse trabalhar como ama, havia exames no gabinete das amas de leite, pertencente à Inspetoria de Higiene Infantil.

¹¹⁴ O incentivo à alimentação dos próprios filhos e à recusa em contratar amas de leite também será objetivo da Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária. Através de material textual e gráfico fornecerá às visitadoras e ao jornal Saúde e Assistência fontes para as campanhas que visavam à formação de um ideal de maternidade.

Como requisitos para a atuação como ama de leite, era necessário estar em boas condições de saúde, ser aseada, ter leite bom e que seu filho fosse sadio, detentor de um registro civil ou algum documento que comprovasse a idade da criança. Caso o filho fosse falecido, a certidão de óbito deveria ser apresentada. Aprovada nos primeiros exames, a ama era identificada a partir de uma matrícula junto à Inspetoria e recebia uma caderneta que comprovava a atividade exercida; todavia, ao empregar-se, a vigilância posta em prática pelo órgão do Departamento de Saúde e Assistência prosseguiria. Para que as amas de leite pudessem exercer a sua função eram cobradas as seguintes obrigações: informar ao inspetor da Higiene Infantil a quem confiou a criação do seu filho (nome, a criadeira, sua residência, rua, número e a qual gênero de alimentação está submetido); deixar o filho sob fiscalização da Inspetoria de Higiene Infantil; comunicar sempre a Inspetoria, dentro das primeiras vinte e quatro horas que se empregou, sob pena de lhe ser cassada a respectiva caderneta e o respectivo atestado; participar, sempre com presteza, a mudança de domicílio da pessoa a quem confiou o filho para criar; exhibir sua caderneta com o respectivo atestado aos pais, tutores ou encarregados da criança que vai amamentar; repetir o exame médico todas as vezes que mudar de lactente; obter do último patrão uma declaração dos motivos que determinaram a sua dispensa¹¹⁵.

Importante trazer para a discussão os números apresentados sobre o quantitativo de exames das amas de leite realizados no quadriênio de governo de Sérgio Loreto: dois no ano de 1923, cinco no ano de 1924, sendo inexistentes nos anos de 1925 e 1926 (MEDEIROS, Op. cit. p. 175). Apesar de todo esforço posto no regulamento e apresentado nas linhas acima, o intento não se mostrou eficaz. Tais dados, no entanto, não permitem afirmar que a atividade por elas exercida deixou de existir. Acreditamos que essa prática, a despeito de todas as regras e penalizações que o poder público previa colocar em prática, continuou existindo à revelia das autoridades públicas. Interpretamos este fato como desejo do poder público em identificar os indivíduos mais do que propriamente em punir pelo não seguimento do Regulamento, uma vez que o Estado moderno necessita identificar os indivíduos e tornar o homem e a mulher modernos cada vez mais presos ao controle dos poderes públicos¹¹⁶.

¹¹⁵ *REGULAMENTO do Departamento de Saúde e Assistência do Estado de Pernambuco*. Aprovado pelo decreto de n.º. 567 de 23 de maio de 1924. Recife: Sec. Tec. Da Rep. De Pub. Officiaes, 1924, p. 108. APEJE

¹¹⁶ Gustavo Acioli (in BARROS, Natália; REZENDE, Antonio Paulo; SILVA, Jailson Pereira (Orgs.), 2012), também investigando o mesmo recorte temporal, porém a respeito do número de detenções nos casos de vadiagem, registra o alto número de reincidências de uma punição que de fato pusesse fim a este tipo de contravenção. Explica o historiador que havia, no entanto, um maior interesse pela identificação dessa parcela da população do que propriamente puni-la.

2.4 A formação do corpo de visitadoras no âmbito das políticas de saúde para as mulheres e crianças.

A tentativa de superar um passado que representava o atraso de Pernambuco enquanto civilização, expresso sobremaneira no índice de mortalidade infantil, assim como novas práticas de cuidado com o corpo e a propagação das ideias do exercício da maternidade como uma atividade científica, conduziu à emergência da profissão de visitadora. A respeito desta função, Amaury de Medeiros afirma:

"[...] foi preciso, inicialmente, conseguir preparar um instrumento novo nos serviços sanitários, um elemento capaz de tomar as gerações futuras muito cedo e lidar com elas através das mães, orientando-as pela ciência e pelo coração". [...] toda a gente de Recife sabia nitidamente em que consistia ser professora pública, dentista, farmacêutica, datilógrafa; auxiliar de saúde pública era uma missão nova para a mulher, suas funções não eram conhecidas no meio [...] Inicialmente foi necessário fazer propaganda da nova função que ia se criar para atrair candidatas das classes altas, como era essencial, sob pena de comprometer irremediavelmente o novo e básico serviço" (MEDEIROS, 1926, p. 122)

A fim de atribuir à atividade de visitadora características distintas de qualquer outra existente, exaltando o caráter moral, social e intelectual do serviço, persuadir autoridades, candidatas e população da importância, assim como criar uma espécie de aura especial sobre esta nova atividade a ser introduzida, Amaury de Medeiros lançou a convocação para o curso de visitadoras. Investidas com o objetivo de combater a falta de educação da população e popularizar os preceitos da higiene, bem como se articulando com o discurso eugênico em voga no período, as visitadoras desempenharam uma função importante durante a administração de Sérgio Loreto, reafirmando através do exercício desta atividade o processo civilizatório que o poder público objetivava conduzir. Abriremos espaço para o Diretor de Saúde e Assistência apresentar as razões para a escolha de mulheres para realizar a função de educar a população em termos de higiene:

A missão delicada de ensinar às crianças e às mães os preceitos de higiene, a arte sutil de assistir os doentes, só tem sido, em toda a parte, exercida com eficiência pelas mulheres; foi por isso que, o higienista moderno, avidamente, compreendeu que não podia prescindir do concurso feminino. [...] Devendo atualizar o nosso Departamento sanitário, apelei para o concurso da mulher, organizando um corpo de visitadoras. Estou convencido de que o serviço de higiene infantil, com o serviço de visitadoras que lhe é anexo, representa o maior progresso do nosso Departamento (MEDEIROS, Op. cit. p. 183).

Em 03 de abril de 1923 o *Jornal do Commercio* anunciava para o próximo dia, na sede do DSA, com lição inaugural proferida pelo Dr. Amaury de Medeiros, o início do curso de visitadoras, que contava com vinte e seis senhorinhas inscritas¹¹⁷. No dia 06 de abril o mesmo jornal trouxe o resumo da lição realizada pelo diretor do Departamento. Com caráter de solenidade e para um público de “pessoas de representação social”, Dr. Amaury de Medeiros discorreu sobre a origem do serviço de visitadoras na grande guerra e da importância do papel das visitadoras na difusão de conselhos úteis, uma vez que “a saúde pública [...] aproveita as qualidades características da mulher, bondade, doçura, poder de persuasão, fortifica-as pela aquisição de conhecimentos científicos e tira disso o máximo proveito”¹¹⁸.

Imagem nº. 19

Departamento de Saude e Assistencia			
Curso de Visitadoras			
Horario			
Dias	Horas e Cadeiras		
	14 às 15	15 às 16	16 às 17
Segundas	1.ª Cadeira		2.ª Cadeira
Terças	5.ª Cadeira	4.ª Cadeira	
Quartas	1.ª Cadeira		
Quintas	3.ª Cadeira		
Sextas	5.ª Cadeira		2.ª Cadeira
Sabados	2.ª Cadeira	4.ª Cadeira	

Fonte: Horário do curso de visitadoras. *Jornal do Commercio*, Recife, 10 de abr. 1923.

Os conhecimentos científicos vinham através da realização e da frequência do curso de visitadoras, no qual estas mulheres eram dotadas de conhecimento sobre os corpos, doenças e métodos de higiene e saúde, o que era de suma importância para a eficácia da atuação delas. O curso de visitadoras consistia em cinco disciplinas teóricas durante doze meses. As disciplinas propostas eram: noções de bacteriologia e higiene, anatomia e psicologia, assistência médica, assistência cirúrgica e puericultura. Recrutadas exclusivamente entre professoras,

¹¹⁷ Na edição de 06 de abril de 1923, o *Jornal do Commercio* trouxe a lista constando o nome das inscritas. No entanto, a fonte se encontra incompleta e alguns nomes estão ilegíveis. Escreveu o jornal: “O curso de visitadoras conta com as seguintes enfermeiras matriculadas: Alice Aida de Barros Ribeiro, Maria Orvalina Monteiro Jacome, Theresa Wanderley Lima, Graziella (ilegível) Machado (ilegível), Adalgisa Netto de Paiva, Maria Elisa Sousa Gomes, Maria do Carmo Baptista de Oliveira, Maria Celina Correia da Silva, Maria Terezinha Marinho Rego, Maria (ilegível) Pessoa Guimarães, Odete de Melo Travassos, Arminda Almeida de Albuquerque, Celeste da Costa Leitão, Maria do Carmo Monte, Olívia da Conceição Dowsley Coimbra, Austrelina Correia de Mello, Maria. Curso de visitadoras: a lição inaugural, ontem, *Jornal do Commercio*, Recife, 06 de abr. 1923, p.2.

¹¹⁸ Idem.

farmacêuticas, dentistas e parteiras, com idade mínima de dezessete anos e máxima de trinta e cinco, com documentos comprobatórios de idoneidade moral e de educação, assim como de boas condições físicas, algumas das formadas neste curso seriam aproveitadas no novo serviço oferecido pelo Governo do Estado com o ordenado de trezentos a trezentos e cinquenta mil réis.

Ao passo que se colocava a aquisição de conhecimentos científicos necessários para o exercício da função sanitária, também se punha em prática concepções pré-determinadas a respeito do lugar que as mulheres deveriam exercer na sociedade. Beauvoir registrou que “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, indicando que o caráter biológico feminino confinava as mulheres em seu sexo e as enraizava na sua própria natureza, enquanto o macho possuía um valor positivamente cultural muito mais amplo, como a atuação em trabalhos profissionais e na gestão das cidades, por exemplo. Beauvoir também questionou:

Se a função da fêmea não basta para definir a mulher, se nos recusamos também a explicá-la pelo “eterno feminino” e se, no entanto, admitimos, ainda que provisoriamente, que há mulheres na Terra, teremos que formular a pergunta: o que é uma mulher? (BEAUVOIR, 2009, p.15).

Adjetivos e valores intrínsecos às mulheres, como os da bondade, doçura e poder de persuasão, utilizados por Amaury de Medeiros, buscavam fundar e resignificar feminilidades e o que deveriam ser as mulheres. Beauvoir iniciou um debate que punha em contraste o caráter biológico do sexo em confronto com a criação cultural em torno dele, uma vez que ao se colocar acento sobre o caráter biologizante¹¹⁹ das mulheres se reduzem as experiências subjetivas delas, baseado na noção de fixidade das representações de homens e mulheres e tendo os conceitos normativos como naturais. A atuação das visitadoras, mulheres das elites tutelando a criação dos filhos e filhas e buscando criar uma forma higienizada de se viver das mulheres das camadas populares, tinha como cerne o combate à mortalidade infantil. Entre os mais variados fatores para a mortalidade infantil, desde as condições sanitárias das habitações, passando pelas condições hereditárias, recaiu sobre as mulheres o peso de não serem boas mães, e, portanto, da ignorância em torno das atividades maternas concorrerem para morte das crianças. A maternidade também estava associada ao projeto modernizador e no binômio mãe-filho; ressaltando as características da natureza feminina sobre a reprodução, houve a valorização da infância enquanto futuro da nação e a ciência como caminho para a construção de uma maternidade que assumia novas dimensões, estando ela atrelada agora a uma missão

¹¹⁹ “A mulher tem ovários, um útero; eis as condições singulares que a encerram na sua subjetividade; diz-se de bom grado que ela pensa com suas glândulas” (BEAUVOIR, 2009, p. 16).

patriótica. Criaram-se novas dimensões interpretativas sobre o fato natural de parir, agora tendo a ciência (símbolo máximo da modernidade?) adjetivando-a: maternidade científica. Recorremos à conceituação de Rima Apple sobre a maternidade científica (Apud FREIRE, Op. cit. p.21): exercício da maternidade fundamentado em bases científicas, objeto de práticas educativas próprias e supervisionado por médicos. Portanto, uma solução para lutar contra a mortalidade infantil foi difundir os princípios da puericultura pela ação das visitadoras, pois a função biológica inata às mulheres não era suficiente. Era preciso retirar as mães da atuação leiga da maternidade, contribuindo para que elas cuidassem adequadamente e cientificamente dos seus filhos.

A criação do serviço de visitadoras também se instala dentro de uma das discussões que vigorava à época: os limites do lar e a participação feminina no mundo do trabalho. Interpretada sob os pontos de vista da necessidade da carreira profissional e do trabalho em oposição às funções de esposa e mãe, essa discussão enfileirava opiniões conflitantes. Por um lado, os aspectos que colocavam limites físicos e psíquicos para o trabalho feminino, assim como a incompatibilidade de exercer sua função primordial de mãe ao mesmo tempo em que se abriam as fronteiras do lar. Por outro, havia a defesa das feministas da época da compatibilidade entre as atividades mãe/esposa e trabalhadora. Podemos ler em artigo publicado em *A Notícia*¹²⁰ no ano de 1923, a seguinte crítica sobre a ampliação da educação das mulheres visando o mercado de trabalho: O impulso que se deu, portanto, a um curso comercial que terá por fim afastar mais e mais a mulher de sua missão da maternidade é um trabalho que vem prejudicar a útil iniciativa do Departamento de Saúde e Assistência.

Se, por um lado, as atividades de trabalho na rua supostamente masculinizavam as mulheres e as distanciavam de sua exclusiva função biológica de procriar, a função de visitadora se apresentava como uma solução conciliatória, pois ao mesmo tempo em que se conquistava o espaço público, também se recorria à perpetuação de características inatas às mulheres dentro de uma visão que as mulheres deveriam exercer funções associadas ao cuidado, à bondade, atenção, paciência e educação e que sentimentos ternos deveriam estar presentes, pelo menos para as das elites. Comungamos da ideia de que a presença cada vez maior das mulheres no mundo do trabalho deu condições efetivas para que as elas lutassem pela defesa da educação e emancipação. Apontamos também em direção de que a inserção das mulheres em novas atividades do mercado de trabalho seguiu, para as camadas mais pobres, o aspecto de necessidade e sobrevivência, enquanto para as camadas média e alta houve a

¹²⁰ *A Notícia*, Recife, 26 de mar. 1923, p.1.

incorporação do valor burguês de trabalho, ao se reprovar a ociosidade e atrelar ao suposto “parasitismo” feminino aspectos de uma cultura “atrasada”, que se deveria superar (Ibidem, p. 57). Era esperado das mulheres modernas o trabalho doméstico e o trabalho fora do lar, enfim, jornada dupla, sendo elas colaboradoras do equilíbrio familiar e promotoras do progresso do país.

A escolha de mulheres para o desempenho da função de visitadora também revela a assimetria entre os sexos. O exercício desta profissão tinha nas características vistas como inatas aos sexos a sua legitimação, pois aos homens continuavam a pertencer os espaços de direção e comando, tanto que todos os cargos de chefia do DSA eram capitaneados por homens, bem como inexistiam mulheres médicas atuando no seio do Departamento. Às mulheres e à sua delicadeza e sutileza cabiam os espaços do ensino e do cuidado referendados pela função de visitadora. No entanto, apesar de lideradas por homens, as experiências vivenciadas na prática de uma atividade laboral pelas visitadoras também serviram de empoderamento para aquelas mulheres, que entre avanços, recuos e concessões, alargavam os limites da atuação feminina na sociedade, promovendo subjetividades e possibilidades outras a partir de um desempenho de um importante papel nos espaços públicos.

Desta forma, sob o título de “bondade e inteligência”, as mulheres que frequentavam as aulas da primeira turma do curso de visitadoras sanitárias tiveram uma foto estampada na primeira página do jornal *A Notícia* de 1º de setembro de 1923. Se a bondade era tida como adjetivo inato às mulheres, a inteligência começava a despontar como mais uma característica a ser exaltada entre as mulheres. Assim, bondade e inteligência se tornaram valores utilizados para qualificar a atuação das visitadoras.

Imagem n.º 20



Fonte: Fotografia em preto e branco das visitadoras em sala de aula. Lê-se na legenda: Aspecto de uma aula de visitadoras do Departamento de Saúde e Assistência, onde se vê, recebendo os ensinamentos para a elevada missão de bondade e inteligência, a fina flor de nossa juventude feminina. *Bondade e inteligência*, *A Notícia*, Recife, 01º de set. 1923, p. 01.

A bondade, para além de uma característica inerente às mulheres, também se relacionava com o fato da ação das visitadoras junto à população mais pobre do Recife, exercendo além da prática na área de saúde uma função de assistência. Desenvolvendo um trabalho que ajudava a salvar vidas e evitava doenças nas mães e crianças, independentemente dos objetivos que o Estado tivesse com a reprodução de corpos, a atuação das visitadoras tinha como um dos seus objetivos propagar os preceitos de higiene e saúde, além de hábitos e maneiras burgueses de viver, como vemos na descrição de Amaury de Medeiros sobre a atuação das visitadoras na vila operária Paz e Trabalho:

A visitadora de saúde, professora de higiene, influi até na arrumação mais elegante e graciosa dos móveis, procurando conseguir detalhes que dão melhor impressão de conforto numa vivenda: uma planta em cima da mesa, um jarro de barro com flores apanhadas no quintal, etc. (MEDEIROS, 1926, p.150).

A atividade das visitadoras era dividida em três categorias: visitadora chefe, visitadoras parceiras e visitadoras de segunda, dentre as quais estavam mulheres com formação no magistério, dentistas, farmacêuticas e datilógrafas. Atuando como um braço do Estado que contribuía para a vigilância e normatização da população, desempenhavam um papel difusor de uma cultura higiênica e de saúde pública. Entre suas funções, dentro de um contexto de identificação e vigilância, uma vez nascida uma nova criança no Recife, a Inspetoria de Estatística notificava a visitadora chefe, que repassava os nascimentos para as

visitadoras de segunda, às quais cabiam, dentro de cada distrito de atuação, matricular os recém-nascidos. As visitadoras eram mulheres, sobretudo, das camadas média e alta da população, embora as visitadoras parteiras fossem oriundas de diversas camadas sociais; tinham como função primordial fazer com que as medidas adotadas pelo Departamento de Saúde e Assistência atingissem seus objetivos através da atuação direta junto à população, ou seja, que o trabalho de normatizar os corpos e sanear as famílias fosse posto em prática através de campanhas para que vacinação, realização do pré-natal, conferências visando convencer as mães da importância de amamentar seus próprios filhos e fiscalização das amas de leite fosse eficaz.

Imagem n.º. 21



Fonte: Fotografia em preto e branco de uma visitadora atuando junto à população. MEDEIROS, 1926, p.101.

A fim de produzir um saber sobre a população, sobretudo das camadas populares, enquadravam-se os recém-nascidos num sistema de identificação composto por três cartões, sendo um para a família, no qual são registrados dados sobre a saúde dos pais, dos irmãos, da alimentação, do estado de saúde dos que vivem com as crianças e o estado dos domicílios; no segundo eram anotadas informações sobre aspectos da própria criança, como o desenvolvimento físico, a alimentação e vacinas; por fim, o terceiro cartão, no qual estavam todas as informações dos dois anteriores, ficava arquivado e sob posse da própria Inspetoria de Higiene Infantil.

Críticas ao novo serviço surgiram nos jornais, sendo o próprio Amaury de Medeiros responsável por debelar qualquer tentativa de pôr em xeque a atividade das visitadoras. Criticava-se o fato das visitadoras serem escolhidas pela Inspetoria de Higiene Infantil com

dispensa de concurso¹²¹. Apesar do fato do Doutor Amaury de Medeiros ser genro do Governador Sérgio Loreto, fato pouco mencionado ao longo da documentação pesquisada, havia uma tentativa de destacar sobre a gestão do Diretor de Saúde e Assistência a marca dele de não empregar pessoas no seio do Departamento por indicações, mas sempre por mérito e capacidade. Desta maneira, apesar de ser facultada ao Diretor a liberdade de nomear e demitir, houve uma prova para a seleção inicial de dez visitadoras que atuaram na Inspetoria de Higiene Infantil, muitas delas formadas professoras pela Escola Normal, a fim de realizar demonstrações práticas do novo serviço, tanto para a população que iria conviver com a introdução de novos hábitos quanto para as próprias alunas que estavam realizando o curso de visitadoras.

Seguindo os modelos de exclusão, quadriculamento e panoptismo apresentados por Michel Foucault em *Vigiar e Punir* (2014) a respeito do poder disciplinar para o controle e o funcionamento da sociedade, percebemos que uma das principais características do poder disciplinar é a atenção dada sobre a distribuição dos indivíduos no espaço. Neste sentido verificamos que o princípio do quadriculamento permite o controle da ausência e da presença, e da vigilância sobre os comportamentos, assim como, a partir de suas técnicas disciplinares, implica a divisão de espaços conforme o número de corpos.

Para a execução dos trabalhos das visitadoras na cidade do Recife, esta foi dividida em cinco zonas e subdividida em dezesseis distritos. Essa divisão era realizada da seguinte forma: 1ª Zona, cujos bairros eram Recife e Santo Antônio (1º distrito), São José (2º distrito), Cabanga, Pina e Boa Viagem (3º distrito), Afogados (4º distrito), Jiquiá, Areias, Barro, Peres e Tegipió (5º distrito); 2ª Zona, subdividida em seis distritos, sendo parte da Boa Vista e Ilha do Leite o primeiro, Pombal o segundo, Santo Amaro o terceiro, Derby, Capunga, Aflitos e Espinheiro o quarto, Matinha e Sertãozinho o quinto, Hipódromo e Torreão o sexto; 3ª Zona, dividida na Torre (1º distrito), Madalena e Zumbi (2º distrito), Cordeiro e Várzea (3º distrito), Mangabeira de Baixo a Casa Amarela (4º distrito) e Ponte d'Uchôa a Dois Irmãos (5º distrito). Desta maneira, no ano de 1926, estimava-se a proporção de uma visitadora para cada vinte mil habitantes, um trabalho bastante pesado, haja vista as várias funções atribuídas às visitadoras.

¹²¹ O concurso de visitadoras do Departamento de Saúde e Assistência, *A Notícia*, Recife, 18 de jul. 1923, p.1.

Imagem n.º 22

Fonte: Mapa da cidade do Recife apresentando os limites físicos da cidade onde atuavam as visitadoras. MEDEIROS, Amaury. *Saúde e Assistência: doutrinas, experiências e realizações (sic)* (1923 – 1926). Recife, s/ed.1926 (sic.). p. 197.

Compreendia também as funções das visitadoras a atuação dentro das residências, dos estabelecimentos de ensino primário e profissional, sejam eles públicos ou particulares. Assim, cabia a elas a fiscalização dos aspectos físicos das instituições de ensino¹²², a profilaxia das doenças transmissíveis, bem como exame, vacinação e revacinação de funcionários, alunos e professores das escolas.

Na tentativa de ultrapassar a barreira de país atrasado por sua história, assim como pela sua população mestiça, a população do Recife no quadriênio 1922-1926 experimentou práticas que visavam a gerenciar a reprodução dos indivíduos dentro de uma cultura higiênica. Práticas de puericultura, vigilância das visitadoras, ensino de cuidados com a higiene e a saúde e a formação de um modelo de mãe a ser seguido foram tecnologias biopolíticas que insidiam sobre as mulheres e seus corpos. Buscaremos no próximo capítulo examinar, a partir da atuação de outra Inspeção do Departamento de Saúde e Assistência, a de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária, como esta tríade colaborou na disciplinarização e no ordenamento da população recifense.

¹²² Serviço de visitadoras escolares. *Jornal do Commercio*, Recife, 11 de abr. 1923, p.1.

3. NASCER, CRESCER, REPRODUZIR E MORRER: A ATUAÇÃO DA INSPETORIA DE ESTATÍSTICA, PROPAGANDA E EDUCAÇÃO SANITÁRIA NA PRODUÇÃO DE SABERES.

Produzir um conhecimento estatístico a respeito dos números de nascimento, casamento e óbito da população em Pernambuco se configurou como um desafio a ser superado pelo poder público desde meados do século XIX. A dificuldade na obtenção de dados, a inconstância de registros tanto em arquivos públicos quanto particulares, bem como a recusa de boa parte da população em se fazer apresentar nos dados estatísticos configuraram alguns dos fatores que concorreram para “um quase insuperável empecilho à realização de tão importante tarefa”¹²³.

Na introdução do Anuário Estatístico do ano de 1927 temos um breve histórico da realização de estatísticas demográfico-sanitárias no Estado de Pernambuco, levando-se em conta o início dessas tentativas em 1843. Neste ano, o Dr. Simplicio Mavigner publicou um trabalho acerca das doenças que grassavam no Recife, sem, no entanto, realizar maiores especificações sobre as mesmas. Em 1873 o Dr. Alcibíades Velloso escreveu na “Gazeta Médica da Bahia” trabalho cujo título era “Breves considerações climatéricas, profiláticas e Estatísticas da Cidade do Recife”. Cinco anos depois, houve a publicação da monografia “*Recherches sur le climat et la mortalité de la ville du Recife (ou Pernambouc)*” de autoria do Dr. Emile Béringer, que estudou dados referentes aos anos de 1875 e 1876. Foi a partir da década de 1880, quando ocorreu o crescimento do investimento do capital financeiro estrangeiro no Recife em determinados setores (estradas de ferro, companhias de energia, saneamento e abastecimento d’água e telégrafos), que cônsules dirigiram pedidos de informações ao Governo a respeito da situação sanitária da cidade do Recife e das condições de adaptabilidade dos estrangeiros ao clima local, devido à chegada de muitos estrangeiros. Em decorrência desta solicitação, foi publicado o trabalho do Dr. Lobo Moscoso, o qual comparava o coeficiente de mortalidade no Recife com o de outras cidades.

Segundo a publicação estatal de 1927, “foi o Prof. Dr. Octavio de Freitas quem, verdadeiramente, iniciou a prática da estatística demographo-sanitária em Pernambuco, a quem devemos a sistematização e metodização das ocorrências mais importantes”. Foi durante a gestão de Octavio de Freitas à frente do Departamento de Hygiene Municipal do Recife que se iniciou a publicação do Boletim Mensal de Estatística Municipal, embora só

¹²³ ANUÁRIO ESTATÍSTICO da Diretoria da Secretaria do Estado de 1927, Recife: Imprensa industrial, 1928, p.109.

tenha durado entre os meses de novembro e dezembro do ano de 1895. Entre os anos de 1896 e 1898, o Dr. Octavio de Freitas, agora à frente do Serviço de Hygiene do Estado, organizou a publicação do 1º Anuário de Estatística Demographo-Sanitária. Após 1898 foram publicados boletins semanais, até que, durante a administração de Amaury de Medeiros e a reorganização dos serviços de saúde, os boletins de estatística demógrafo-sanitário passaram a ser publicados mensalmente.

Em linhas anteriores já tratamos dos aspectos que compõem em que medida esta administração estudada pode ser considerada como moderna – e como ser moderno para este período não se opõe a ser conservador. Trabalhamos também a reforma dos serviços de saúde no ano 1923, o qual instituiu a Inspeção de Higiene Infantil, responsável por um saber médico que, ao buscar cuidar das crianças, agia inicialmente e vigilantemente, de forma normatizadora sobre os corpos femininos. Buscaremos neste terceiro capítulo examinar outra Inspeção, a de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária, pertencente ao quadro de serviços prestados pelo Departamento de Saúde e Assistência. Reunindo esses três serviços sob a responsabilidade de uma única Inspeção, buscava-se produzir um saber sobre a população, tornando possível o exercício do biopoder, que funciona através de tecnologias de poder no meio social e age politicamente sobre os corpos, fazendo deles suporte para seu exercício. Neste sentido, examinaremos a atuação desta Inspeção a partir das propostas direcionadas às mulheres, através da divulgação de práticas relacionadas à saúde e à higiene, o que conferiu uma formação de cuidados com os corpos que objetivavam o exercício da maternidade científica.

3.1 Os nascimentos e as dificuldades em identificá-los

Normatizada pelo Regulamento do Departamento de Saúde e Assistência do Estado de Pernambuco de 1924, a Inspeção de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária possuía como incumbências: Serviço de Propaganda Sanitária; Serviço de Estatística, Recenseamento e Demografia; Serviço de Fiscalização do Exercício da Medicina e Farmácia, Arte Dentária e Obstetrícia; Serviço de Verificação de Óbitos. Pertencente a um processo histórico de tentativas de coligir dados a respeito dos movimentos de nascimento, casamento e morte da população, que já se desenrolava desde o século XIX, esta Inspeção significou mais um intento do poder público em dar uma maior precisão aos números demográficos e estatísticos a respeito da população pernambucana. É, portanto, mister detalhar as responsabilidades

cabidas a cada um desses serviços prestados pela Inspetoria investigada, uma vez que tais atribuições são pormenorizadas no Regulamento.

O Serviço de Estatística, Recenseamento e Demografia tinha como função primeira realizar, em parceria com as Delegacias de Saúde da cidade do Recife, o recenseamento geral da população da capital pernambucana a cada quatro anos, além de, quando possível, de todo o Estado ou de alguns de seus municípios¹²⁴. Ao passo em que se buscava tornar possível expressar e gerir a sua população a partir de números que quantificassem a população habitante de Pernambuco, os dados coletados tornam patente a ausência de interação entre a capital e as demais localidades do Estado, bem como explicita a relação existente entre os serviços de saúde e a atividade de recenseamento.

A elaboração de informações sobre diversos aspectos da vida da população, de modo a constituir números sobre seus habitantes, possibilitou aos Estados governarem de forma racional através da implantação e aperfeiçoamento de serviços. A partir disto, se tornou possível para o Estado a identificação dos habitantes e a criação de vínculos entre o poder público e a população para o planejamento de ações (programas e campanhas) a fim de buscar dirigir, otimizar e normalizar as condutas desejáveis, tanto coletivas quanto individuais, da população. Neste sentido, Michel Foucault (2003) põe como questão central em suas pesquisas investigar “como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento” (2003, p.08). Em *Segurança, território e população* (FOUCAULT, 2008) essa questão norteia seu pensamento. Para ele, as mudanças em relação às práticas de governo exigiram, de algum modo, novas formas de organização e de produção de determinados tipos de saber.

Foucault (2008, p. 424) confere ao estado de polícia a maneira pela qual foi possível estabelecer a estatística, pois a polícia “como arte de desenvolver as forças, supõe que cada Estado identifique exatamente quais são suas potencialidades, as suas virtualidades. A estatística se torna necessária por causa da polícia, mas também se torna possível por causa da

¹²⁴ Entre as funções do Serviço de Estatística, Recenseamento e Demografia também estavam: a organização da estatística de óbitos, analisar os dados locais comparativamente com outros dados nacionais e estrangeiros, organizar a estatística dos nascidos mortos, a organização estatística dos casos de doenças transmissíveis de notificação compulsória e o estudo da morbidade destas doenças e de boletins semanais e mensais, além da organização do anuário demográfico-sanitário “contendo amplas informações sobre a estatística dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no Recife, ilustrado em gráficos e cartogramas sobre as diversas espécies demográficas” e de um relatório anual do diretor geral do Departamento de Saúde e Assistência “sobre a marcha dos serviços da Inspetoria, movimento e frequência do pessoal, publicações distribuídas, necessidades do serviço, etc”. *REGULAMENTO do Departamento de Saúde e Assistência do Estado de Pernambuco*. Aprovado pelo decreto de n.º. 567 de 23 de maio de 1924. Recife: Sec. Tec. Da Rep. De Pub. Officiaes, 1924, APEJE, pp. 81 – 83.

polícia”. Para Foucault (2008, p. 138) as estatísticas mostram que as populações têm as suas regularidades: seu número de mortos, seu número de doentes, seu número de acidentes. As estatísticas apresentam também que as populações possuem efeitos econômicos específicos em função de sua maneira de agir pelos seus deslocamentos e pelas suas atividades. A estatística como um conhecimento científico torna-se, portanto, um elemento o qual um governo não pode dispensar, pois ela está relacionada com a arte de governar.

É desta forma que Serviço de Estatística, Recenseamento e Demografia, vinculado à Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária do Departamento de Saúde e Assistência assume importância dentro de uma organização estatal que se crê e busca ser moderna. As incumbências desta Inspetoria estavam fixadas no inciso II do artigo 300º do Regulamento do DSA. Era de responsabilidade do referido Serviço “a organização da estatística dos nascimentos ocorridos nesta capital, e tanto quanto possível, nos municípios do interior, e o estudo demográfico completo da natalidade [...]”. Desta feita, tornam-se fatores importantes para a elaboração das estatísticas “o número da população total e especialmente da população feminina apta para a maternidade”¹²⁵. A vida se torna matéria prima para a administração política, uma vez que a gestão de corpos deste serviço englobava preocupações quanto a cor, gênero e nacionalidade dos progenitores, mas outros elementos passam a figurar na identificação desses corpos, como o estado civil e a taxa de fecundidade dos casamentos realizados. Neste trabalho do Estado de identificação dos seus habitantes, os corpos femininos foram um ponto nevrálgico, pois foi a partir da elaboração de uma base de dados que a gestão administrativa tornou possível traçar indicadores do crescimento da população, bem como interferir na formação e no desenvolvimento de novas gerações de recifenses dentro de uma cultura científica.

O elevado índice de natalidade no Recife durante a década de 1920, “como o são em quase todas as cidades do Nordeste, fato este explicável pela falta quase absoluta de imigração entre nós”¹²⁶, não aparentava ser preocupação entre os administradores públicos do período. Segundo dados do Departamento de Saúde e Assistência, no decênio 1913-1923, a natalidade no Recife variou fracamente entre 2.678 e 3.552 nascimentos anuais, tendo um alto crescimento para 9.187 em 1924, mantendo certa regularidade entre 1925 e 1926, 10.881 e

¹²⁵ *REGULAMENTO do Departamento de Saúde e Assistência do Estado de Pernambuco*. Aprovado pelo decreto de nº. 567 de 23 de maio de 1924. Recife: Sec. Tec. Da Rep. De Pub. Officiaes, 1924, APEJE, p. 81.

¹²⁶ *ANUÁRIO ESTATÍSTICO da Diretoria da Secretaria do Estado de 1927*, Recife: Imprensa industrial, 1928, p.114.

11.894 nascimentos, respectivamente, e uma ligeira queda para 10.961 no ano de 1927¹²⁷. Até o ano de 1923 as estatísticas elaboradas sobre a população do Recife apresentavam números de mortos maiores que o de nascidos, embora fosse verificado o aumento da população. Distâncias entre a realidade visível e as realidades que as ciências buscam explicar. Este abrupto crescimento verificado nos dados relativos aos nascimentos de novos recifenses a partir de 1924 está relacionado com o fato de este ano representar o ano em que as parteiras passaram a ser obrigadas, por determinação legal, a notificar o Departamento de Saúde e Assistência sobre todos os nascimentos ocorridos sob suas responsabilidades.

No parágrafo 1º do artigo 311º do Regulamento do Departamento de Saúde e Assistência do Estado de Pernambuco, estabeleceu-se que as parteiras deveriam notificar dentro do prazo de três dias os nascimentos ocorridos sob sua assistência, indicando o sexo do recém-nascido, dia, hora, rua e número do caso, “cuja notificação será feita em duplicata, enviada a 1ª via à Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária e a 2ª ao cartório do Registro Civil, da freguesia onde houver ocorrido o nascimento”. A punição para o caso de descumprimento do artigo 311º ia do pagamento de multa até a suspensão do exercício da profissão de um a três meses. Os serviços oferecidos pelas Inspetorias do Departamento de Saúde e Assistência, notadamente a Inspetoria de Higiene Infantil e a Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária, apresentavam uma ação conjunta, pois incumbiam às parteiras de notificarem o nascimento à Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária e, às visitadoras, de registrarem os recém-nascidos na Inspetoria de Higiene Infantil. As visitadoras atuavam de maneira descentralizada nos dezesseis distritos que formavam a cidade do Recife e trabalhavam conjuntamente às parteiras de maneira que as mulheres grávidas eram identificadas e acompanhadas por alguém ligado ao DSA do momento do pré-natal até o parto, colaborando no trabalho de identificação e registro da população.

Segundo o artigo 306º do Regulamento, a Fiscalização do Exercício da Medicina, Farmácia, Arte Dentária e Obstetrícia deveria ser exercido pelo Departamento de Saúde e Assistência (DSA) por intermédio de um médico encarregado de tal serviço. Além de definir os únicos permitidos a exercerem os ofícios da arte de curar¹²⁸ e registrar no DSA os que

¹²⁷ ANUÁRIO ESTATÍSTICO da Diretoria da Secretaria do Estado de 1927, Recife: Imprensa industrial, 1928, p.113.

¹²⁸ “Aos que se mostrarem habilitados por título conferido pelas Faculdades de Medicina, oficiais ou equiparadas, na forma da lei; aos que sendo graduados por escolas ou universidades estrangeiras, se habilitarem perante as ditas faculdades, na forma dos respectivos regulamentos; aos que obtiverem licença do poder competente, na forma do n. III. do art. 232º, do Regulamento Federal, n.16.300, de 31 de dezembro de 1923; aos diplomados pela Faculdade de Medicina do Recife”. REGULAMENTO do Departamento de Saúde e Assistência do Estado de Pernambuco. Aprovado pelo decreto de nº. 567 de 23 de maio de 1924. Recife: Sec. Tec. Da Rep. De Pub. Officiaes, 1924, APEJE, p. 83.

estavam habilitados, também estabelecia as punições para os que cometessem erros durante o exercício da profissão e definia em seu artigo 311º:

As parteiras, no exercício de sua profissão, limitar-se-ão a prestar os cuidados indispensáveis às parturientes e aos recém-nascidos, nos partos naturais. Em caso de distócia, deverão reclamar a presença de um médico, cabendo-lhes a responsabilidade pelos acidentes atribuídos à imperícia de sua intervenção. É-lhes proibido o tratamento médico ou cirúrgico das doenças das mulheres e das crianças, não podendo também formular receitas, salvo de medicamentos urgentemente reclamados pela necessidade de evitar ou combater acidentes graves que comprometam a vida da parturiente, a do feto ou recém-nascido. Tais receitas deverão conter a declaração de urgente.¹²⁹

Ao contrário de profissões como medicina, farmácia e arte dentária, o registro para o exercício da obstetrícia não era regulado por título conferido por Faculdades de Medicina. Até certo ponto um reconhecimento de um saber passado através de gerações, a atuação das parteiras era, no entanto, regulada pelo registro das mesmas junto ao DSA. O artigo 309 do Regulamento afirma que “É condição para o exercício de qualquer das mencionadas profissões, o registro do título ou licença no Departamento de Saúde e Assistência”¹³⁰. O aproveitamento de algumas das parteiras dentro dos serviços prestados pela Inspetoria de Higiene Infantil, por sua vez, não significou a completa captura feita, pelo Estado, desta atividade. Ter filhos em casa ajudada por parteiras sem registro, ou “mulheres curiosas”¹³¹, ainda era a regra, sobretudo nos partos das mulheres das camadas populares, mas sem distinção social quanto à preferência de parteira cadastrada ou não, haja vista os esforços empreendidos pelo Governo Estadual em registrar as parteiras¹³² e em criar vínculos com as grávidas através do Serviço Pré-Natal. Encontravam-se cinquenta e seis parteiras devidamente registradas no Departamento de Saúde e Assistência em 31 de setembro de 1923, o que nos leva a crer na impossibilidade deste pequeno número de mulheres cadastradas realizarem os partos no Recife, ou seja, a atividade das parteiras, a despeito de todos os esforços do poder público, continuava passando ao largo da vigilância e das punições propostas pelo Regulamento.

Deste modo, há uma íntima relação entre a apregoação da cientificidade do parto realizado pelas parteiras e do orientado pelos saberes médicos com a necessidade crescente de

¹²⁹ *REGULAMENTO do Departamento de Saúde e Assistência do Estado de Pernambuco*. Aprovado pelo decreto de n.º. 567 de 23 de maio de 1924. Recife: Sec. Tec. Da Rep. De Pub. Officiaes, 1924, APEJE, p.84.

¹³⁰ *Idem*.

¹³¹ *ANUÁRIO ESTATÍSTICO da Diretoria da Secretaria do Estado de 1927*, Recife: Imprensa industrial, 1928, p.113.

¹³² Estado de Pernambuco, Serviço de Publicações Officiaes, *Jornal do Commercio*, Recife, 22 de set.1923, p.1.

se identificar os novos nascimentos. A atuação das parteiras não cadastradas, segundo os administradores públicos, concorria para o aumento da alta taxa de mortalidade infantil, além de haver uma tentativa de negação de um saber popular exercido essencialmente por mulheres. Como consequência, as mulheres perdem paulatinamente protagonismo e poder sobre seu próprio corpo num momento essencialmente feminino, tanto no que concerne às parteiras quanto às próprias parturientes, pois esta atividade passou cada vez mais a sofrer intervenções dos médicos.

Os números que representam a quantidade da população impedem uma análise exata, sobretudo por conta do fraco engajamento dos pais em registrarem os novos cidadãos nascidos e da imprecisão dos números do próprio Departamento de Saúde e Assistência. Se o registro civil do nascimento representa, além de fornecimento de informações que objetivem atender os interesses demográficos, propiciando indicadores de suma importância sobre nupcialidade, fecundidade e natalidade, um documento que possibilita a existência de um indivíduo na qualidade de cidadão, a recusa ou desinteresse da população em registrar civilmente seus filhos nos parece muito esclarecedora. Se nesta sociedade recifense da primeira metade da década de 1920, oligárquica, eugênica, higienista, que crê que a população pobre e mestiça era um entrave e ameaça para o progresso de Pernambuco enquanto civilização, este conjunto de seres humanos, que não se via amparado pelo Estado nos serviços básicos de saúde, educação, alimentação, transporte e moradia também não encontrava razões para se registrar espontaneamente. Somem-se a isso outros dois fatores: a ainda forte presença do controle religioso exercido pela Igreja Católica e o exíguo número de cartórios de registros civis existentes à época.

Servindo de documento comprobatório dos fatos da vida social, o Registro Civil de nascimento enseja direitos e obrigações, além de ser um documento de grande importância nas relações de direito da família e sucessões. Tem importância igualmente para a organização política do Estado e as questões próprias de segurança interna e externa, pois comprova a naturalidade da pessoa, idade, filiação e relação de parentesco¹³³. Já no final do

¹³³ O Registro Civil de nascimento passou posteriormente a ser obrigatório no Brasil em 1973 (arts. 2º e 9º da Lei 10.046/2002 - Código Civil; e arts. 50 e 52 da Lei 6.015/ 1973), mas já havia sido regulamentado pelo Decreto 9886 de 07 de março de 1888, que fez cessar os efeitos civis dos registros eclesiásticos. Segundo este Decreto em seu Art.58 “O assento do nascimento deverá conter: 1º O dia, mez, anno e logar no nascimento, e a hora certa ou approximada, sendo possível determiná-la; 2º O sexo do recém-nascido; 3º O facto de ser gêmeo, quando assim tenha acontecido; 4º A declaração de ser legítimo, illegítimo ou exposto; 5º O nome e sobrenomes que forem ou houverem de ser postos a criança; 6º A declaração de que nasceu morta, ou morreu no acto ou logo depois do parto; 7º A ordem de filiação de outros irmãos do mesmo nome, que existam ou tenham existido; 8º Os nomes, sobrenomes e appellidos dos pais; a naturalidade, condição e profissão destes; a parochia ou logar onde casaram e o domicilio ou residencia actual; 9º Os nomes, sobrenomes e appellidos de seus avós paternos e maternos; 10º Os nomes sobrenomes, appellidos, domicilio ou residencia actual do padrinho, da madrinha e de

Império, houve a promulgação do Decreto nº. 9886 de 07 de março de 1888, que fez cessar os efeitos civis dos registros eclesiásticos, porém o significado do registro civil de nascimento no regime republicano tem outra conotação. Apesar do Decreto nº. 9886 ter feito cessar os efeitos civis dos assentamentos de registro realizados pela Igreja, boa parte da população continuava a realizá-los em detrimento do Registro Civil. A Proclamação da República foi o que trouxe novo sentido para o registro civil, pois dentro deste novo regime quem o possuísse deveria ser identificado como cidadão, ao mesmo tempo em que se buscava separar as funções do Estado daquelas prioritárias à Igreja.

Por parte dos administradores públicos em Pernambuco que atuaram no âmbito da Inspeção de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária, apesar da obrigatoriedade das parteiras informarem os nascimentos, a dificuldade em fazer com que a população registrasse os nascimentos continuou a ser um desafio. Na edição do mês de maio de 1925 do *Jornal de Saúde e Assistência*, em artigo intitulado “Necessidade do registro civil”, aponta-se que a inexatidão dos registros se dava em todo o estado de Pernambuco, em sua capital e principalmente no interior, e que essa situação provocava um impedimento para que “possa o higienista possuir os dados necessários a uma ação mais ampla dos seus recursos”. Identificar uma massa excluída socialmente possui contornos de querer apenas incluí-la nos números do Estado, utilizando tais dados para corroborar o ideal de que esta administração era moderna, para realizar propagandas de um Estado que se modificava burocraticamente, uma vez que “entre os grandes obstáculos que deve vencer uma organização moderna e perfeita de higiene, se acha a exata identificação demográfica e estatística”¹³⁴.

No mesmo artigo, identificando as razões para o pouco empenho da população em registrar seus filhos, não demorou em ser apontada a ignorância da população como razão principal, ao contrário do que podemos verificar na publicação do Anuário Estatístico de 1927, onde lemos:

Pode-se dizer, sem exagero, que a inscrição dos recém-nascidos nos livros de Registro Civil é quase nula. Assunto por demais debatido nos círculos estatísticos, permanece ainda no mais criminoso abandono por parte da população. Não é só por ignorância do povo, como asseveram alguns autores, que se deixa de praticar esse preceito legal importantíssimo, base

duas testemunhas, pelo menos, assim como a profissão destas, e a daquelle, si o recém-nascido já fôr baptizado”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9886-7-marco-1888-542304-publicacaoriginal-50566-pe.html>. Acessado em 05/11/2015.

¹³⁴ Necessidade do registro civil. *Saúde e Assistência*. Recife, maio 1925, p. 2. (Ano III, nº. 21).

dos direitos da cidadania, pois, nas capitais, como a nossa, muitas pessoas cultas deixam de registrar os nascimentos dos filhos.¹³⁵

A publicação do *Jornal de Saúde e Assistência* é acrítica em torno do fato do registro civil não ser uma prática difundida em todas as camadas sociais, pois o governo estadual culpabiliza unicamente as camadas populares por um fracasso cuja responsabilidade deveria ser encarada criticamente sobre a relação existente entre o Estado e a população. Desta forma, a publicação da Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária convoca as “pessoas cultas da capital e do interior do Estado, proprietários, industriais, agricultores, comerciantes para que cada um procure inculcar no espírito da nossa gente a grande importância social do registro civil”¹³⁶. Imbuídos de um sentimento de superioridade em relação à grande parte iletrada da população, percebe-se que o governo, conjuntamente às camadas socialmente privilegiadas, se colocava na posição de tutor das camadas populares, reforçando uma visão de que estas são passivas e ignorantes diante de temas que eram tão caros ao poder público.

3.2 Os casamentos e seus frutos: mães e filhos

O registro civil de nascimento, como vimos, se configurava como um desafio para as autoridades pernambucanas na década de 1920. O mesmo desafio de registros também é encontrado em relação aos casamentos. Na relação entre casamentos e natalidade, lemos no anuário estatístico de 1927:

A nupcialidade é um dos fatores que concorrem com o maior contingente para o nosso magnífico coeficiente de crescimento vegetativo, mas em condições especialíssimas em que nos encontramos, dificultam, ou melhor, impedem que possamos fazer um estudo completo de suas variações. Uma parte avultada da nossa população deixa de efetuar o casamento perante a autoridade civil, satisfazendo somente os seus princípios religiosos¹³⁷.

Enquanto no Recife os dados presentes no Anuário de 1927 apontam que apenas em duas paróquias o número de casamentos religiosos estava um pouco abaixo dos registros civis de casamento, no interior do estado verificava-se uma prevalência na ordem de 97% do casamento religioso sobre o civil. Apontam as autoridades públicas, como explicação, que

¹³⁵ ANUÁRIO ESTATÍSTICO da Diretoria da Secretaria do Estado de 1927, Recife: Imprensa industrial, 1928, p. 110.

¹³⁶ Necessidade do registro civil. *Saúde e Assistência*. Recife, maio 1925, p. 2. (Ano III, nº. 21).

¹³⁷ ANUÁRIO ESTATÍSTICO da Diretoria da Secretaria do Estado de 1927, Recife: Imprensa industrial, 1928, p.110.

“essa anomalia, porém, não é devida a falta de civismo do nosso povo e sim por motivos puramente econômicos, na maioria dos casos”¹³⁸.

No inciso III, igualmente do artigo 300º, também é posto sob a responsabilidade do Serviço de Estatística, Recenseamento e Demografia a organização das estatísticas dos casamentos realizados e o estudo demográfico da nupcialidade, no Recife como obrigação e nos municípios do Estado “tanto quanto possível”, o que leva aos investigadores do Serviço de Estatística, Recenseamento e Demografia cotejar, entre a população total da época, o número que corresponde à população apta a contrair núpcias.

Ter filhos, expandir a prole, continuava sendo o objetivo primordial dos matrimônios. Se por um lado as fontes nos mostram que a quantidade de casamentos e a fecundidade destes não configuravam um empecilho para o povoamento do estado de Pernambuco, a precariedade das condições de saúde da população figurava entre as preocupações do poder público. Entre as preocupações de médicos, administradores e estatísticos estava a alta taxa de natimortalidade existente na capital pernambucana, incompatível com os anseios de progresso e civilização que eles buscavam imprimir.

As condições de saúde da população e a mortalidade infantil se tornaram questões sensíveis à atuação do poder público na medida em que houve a emergência da questão social. Para SANGLARD; FERREIRA:

O processo de controle da esfera pública sobre a infância se intensificou na segunda metade do século XIX, com o surgimento das especialidades médicas e jurídicas (Marcílio, 2006; Rizzini, 2008; Câmara, 2010) voltadas para a infância, e, sobretudo na virada para o século XX, com a associação do problema da infância à questão social. Eram duas as questões que animavam as discussões de médicos, higienistas, filantropos e poderes públicos sobre a infância: de um lado a delinquência infantil e, de outro, a mortalidade infantil – duas faces da mesma moeda (SANGLARD, FERREIRA, 2014, p. 72).

Investido de um caráter salvacionista, o combate à mortalidade infantil representava, ao mesmo tempo, uma forma de viabilizar o projeto de nação proposto pelas elites da época e outra maneira de lidar com as questões relativas à pobreza da população. Para as elites da época, a pobreza não estava relacionada apenas à falta de recursos, mas estava relacionada com a ignorância da população, e representava para elas uma ameaça visível na figura de mendigos e vagabundos que perambulavam pelas cidades. Como proposta de solução para esta questão, SANGLARD; FERREIRA afirmam que:

¹³⁸ Idem.

A organização da assistência foi um dos mecanismos postos em prática, assim como a manutenção de hospitais e instituições congêneres. As soluções encontradas refletiam as diferentes sociedades e épocas, mas pode-se afirmar que a ideia da redenção pelo trabalho, que evitaria a transformação do pobre em miserável, foi uma preocupação constante, assim como a separação do pobre merecedor de auxílio do vagabundo e a questão da mortalidade infantil, que acarretaria problemas demográficos para as nações (SANGLARD; FERREIRA, 2014, p.73).

A fim de chegarmos até as medidas adotadas pelo Departamento de Saúde e Assistência, postas em prática pela atuação da Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária em articulação com Inspetoria de Higiene Infantil, no tocante às políticas de saúde para as mulheres grávidas e na formação de um modelo de maternidade guiada pelos preceitos médicos, reproduzimos a seguir três tabelas, a de natalidade, a de natimortalidade e a de mortalidade até um ano de idade, no Recife, entre os anos de 1920 e 1927:

TABELA 1

Variações anuais da natalidade
Anos 1920 - 1927

Anos	População	Nascimentos (exclusive os natimortos)
1920	281.006	6.831
1921	291.336	7.731
1922	302.046	8.827
1923	313.150	10.107
1924	324.661	11.376
1925	336.596	12.819
1926	348.969	14.792
1927	361.797	16.878

Fonte: Tabela apresentando as variações de natalidade no Recife entre os anos de 1920 e 1927. *ANUÁRIO ESTATÍSTICO da Diretoria da Secretaria do Estado de 1927*, Recife: Imprensa industrial, 1928, p.114.

Apesar de admitidamente inexatos, os dados sobre a população total apresentam o constante crescimento vegetativo no Recife. Fazer com que a população se reproduzisse não era o principal desafio dos agentes públicos, mas bem o contrário; o problema encontrado era evitar a morte desses novos recifenses que nasciam, ou que nem chegavam a nascer “motivado por causas as mais variadas, como sejam hereditárias, falta de higiene pré-natal, etc”¹³⁹, como vemos a seguir.

¹³⁹ *ANUÁRIO ESTATÍSTICO da Diretoria da Secretaria do Estado de 1927*, Recife: Imprensa industrial, 1928, p.115.

TABELA 2**Variações anuais da natimortalidade****Anos 1920 - 1927**

Anos	Nascidos mortos	Média diária	Coefficiente por 1.000 habitantes	Coefficiente por 1.000 habitantes nascidos vivos e mortos
1920	830	2,27	2,95	108,34
1921	951	2,61	3,96	109,54
1922	915	2,51	3,03	93,92
1923	923	2,53	2,95	83,68
1924	916	2,51	2,82	74,52
1925	938	2,57	2,79	68,18
1926	913	2,50	2,62	58,13
1927	1,013	2,77	2,80	56,62

Fonte: Tabela apresentando as variações de natimortalidade no Recife entre os anos de 1920 e 1927. *ANUÁRIO ESTATÍSTICO da Diretoria da Secretaria do Estado de 1927*, Recife: Imprensa industrial, 1928, p.115.

A introdução de serviços como o pré-natal e de outros que visavam à mudança de padrões da população na área de higiene se inscrevem dentro de um processo em que o Estado tem como objetivo proteger sua população infantil da morte, e as razões para tais mortes, até os nossos dias, estão intimamente relacionada com questões que orbitam em torno da pobreza, do acesso dos pais ao trabalho e condições insalubres das moradias das famílias. Percebe-se que entre os fatores apontados à época estão, sobretudo, aqueles de ordem genética e higiene no pré-natal, sendo levada com forte carga de preconceito a relação com as camadas populares. Considera-se a falta de uma alimentação de qualidade e adequada por partes das gestantes e das crianças até um ano, após o período exclusivo do leite materno, e a higiene das casas onde habitavam as famílias como frutos da ignorância da população mais pobre. Portanto, buscando como fim proteger a vida das mães e crianças, mas atacando muitas vezes questões que envolviam mudar hábitos e demandar fortes investimentos financeiros por parte do poder público, tais medidas demandavam tempo para que seus resultados aparecessem. Uma vez que modificar e criar novos hábitos entre a população se apresentava como um desafio ao poder público, era conseqüentemente, difícil verificar mudanças substanciais tão imediatamente. Tomando o ano de 1922 com início para a contagem e 1926 como o término, o número de nascidos mortos possui três aumentos anuais. Apenas o último ano da gestão de Sérgio Loreto é que possui uma leve queda: 915 mortos do primeiro ano de gestão para 913

no último ano, o que representa percentualmente uma queda de menos de 0,25% entre o ano em que assume e o ano em que deixa o governo do Estado.

Além da natimortalidade, a taxa de mortalidade entre as crianças de 0 a 1 ano também era preocupante:

TABELA 3

Variações da mortalidade infantil - 0 a 1 ano
Ano 1920 - 1927

Anos	Óbitos de 0 a 1 ano	Por 1.000 nascidos	Por 1.000 habitantes	Por 100 óbitos gerais	Por mês	Por dia	Por hora
1920	1.803	263,94	6,42	23,63	150,25	4,94	0,21
1921	1.852	239,56	6,36	24,14	154,33	5,07	0,21
1922	1.953	221,25	6,47	25,82	162,75	5,35	0,22
1923	2.069	204,71	6,61	26,07	172,42	5,67	0,24
1924	1.977	173,79	6,09	25,29	164,75	5,42	0,23
1925	1.829	142,68	5,43	24,77	152,42	5,01	0,21
1926	1.973	133,38	5,65	25,08	164,42	5,41	0,23
1927	1.853	109,79	5,12	25,90	154,42	5,08	0,21

Fonte: Tabela apresentando as variações anuais de mortalidade infantil de 0 a 1 ano, no Recife. *ANUÁRIO ESTATÍSTICO da Diretoria da Secretaria do Estado de 1927*, Recife: Imprensa industrial, 1928, p.116.

Apesar do número bruto de óbitos não ter uma queda tão significativa, ao se comparar pela quantidade de nascidos e levando em conta o crescimento da população, o coeficiente da mortalidade infantil baixou. A tabela em que são divulgados os dados sobre a mortalidade infantil entre 0 e 1 ano é a que mais possui dados entre as tabelas presentes no anuário estatístico de 1927, apresentando especificamente a quantidade de mortos por mês, dia e hora. Acontece que se os dados estatísticos servem para a elaboração de planos de atuação para o higienista, os referentes à mortalidade infantil apresentam avanço sobre os demais dados da Inspeção, além de indicar um dos focos principais das políticas na área de saúde da administração estadual. Entre as principais causas da mortalidade infantil apontadas pelo Departamento de Saúde e Assistência, lemos no jornal *Saúde e Assistência* em artigo “Causas da mortalidade infantil”: a alimentação imprópria é a causa da morte de inúmeras crianças de menos de 1 ano de idade, acompanhando-a de perto, nessa tarefa sinistra, a sífilis dos pais, a grande responsável pelas crianças débeis, prematuras e bem assim pelos natimortos ¹⁴⁰.

Neste sentido, a proteção da maternidade através de métodos científicos guiados pelos médicos ganhou destaque na produção do jornal *Saúde e Assistência*, sob as

¹⁴⁰ Causas da mortalidade infantil: a sífilis. *Saúde e Assistência*. Recife, maio 1924, p.2 (ano II, nº. 9).

responsabilidades da Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária. A edição de novembro de 1923 ¹⁴¹, dedicada exclusivamente às questões em torno da maternidade, tem em sua primeira página um artigo intitulado “A proteção da maternidade”. Neste, a publicação do órgão estatal aponta que a atividade materna possui contornos tanto de foro particular quanto coletivo, bem como apresenta que dar à luz se transformava, à época, numa atividade digna de legislação e preocupação dos agentes públicos e sanitários.

O princípio que reconhece na maternidade uma função social – e a mais importante de todas, pois que assegura a continuidade da raça – vai criando no mundo civilizado a legislação protetora da mulher grávida. Ser mãe não representa simplesmente um fato na vida privada, cujas vantagens ou responsabilidades fiquem limitadas ao estreito círculo da família. É ainda uma pesada tarefa, cumprida no interesse da coletividade. Assim, progride por toda parte a concepção do direito da mãe ao reconhecimento nacional. A proclamada dignidade materna, à essencial utilidade da função materna corresponde a um sistema de auxílio social, moral e material devido pela coletividade. E nesse movimento em favor da proteção da maternidade não militam simples sentimentos de altruísmo e de solidariedade humana, senão sobretudo motivos de defesa social. A questão do aumento da população, entre outras, está intimamente ligada à da proteção da maternidade, sendo cabalmente demonstrado quanto as condições das mães influem na mortalidade infantil.¹⁴²

Em torno do binômio mãe-filho, diversas justificativas para a sua proteção foram elaboradas: questões demográficas, sanitárias e patrióticas. Entretanto, as ações sociais de assistência, como ensina Maria Martha de Luna Freire, uniam-se em torno de um eixo em comum, que era “a valorização da infância como futuro da nação, e a eleição da ciência como caminho para a construção da nacionalidade”. FREIRE (2009) afirma também que “associada ao projeto modernizador, a maternidade, ainda que intrinsecamente vinculada à natureza feminina, rompia as fronteiras da esfera doméstica e adquiria um novo caráter, de missão patriótica e função pública” (FREIRE, *Ibidem*, p. 19; 21). Desta forma, dentro de um contexto histórico em que se buscava o aprimoramento dos brasileiros enquanto raça, ou seja, que o debate em torno do desenvolvimento econômico do país era tratado sob os termos de sua população atingir determinado grau de civilização, o que estava relacionado com a mestiçagem e doenças que a acometia, a representação da mulher enquanto mãe é acionada. A partir das necessidades do Estado em proteger a sua população infantil das doenças e da morte, garantir o desenvolvimento de novas gerações crescidas dentro uma cultura higiênica, assim como num contexto de maiores lutas das mulheres pelo reconhecimento à cidadania, a

¹⁴¹ A proteção da maternidade. *Saúde e Assistência*. Recife, nov. 1923, p.1 (ano I, nº. 3).

¹⁴² *Idem*.

maternidade é alçada ao patamar de uma atividade laboral, e representações sobre ser mulher apoiada nos símbolos da bondade, cuidado, devoção e sabedoria são desenvolvidas. Na gravura a seguir, temos um exemplo disto:

Imagem nº. 23



Fonte: Gravura em preto e branco da capa do Saúde e Assistência apresentando uma mãe amamentando em seu seio um recém-nascido. Lê-se na legenda: “Honremos e protejamos a mãe brasileira!”. *Saúde e Assistência*. Recife, nov. 1923, p.1. (ano I, nº 3).

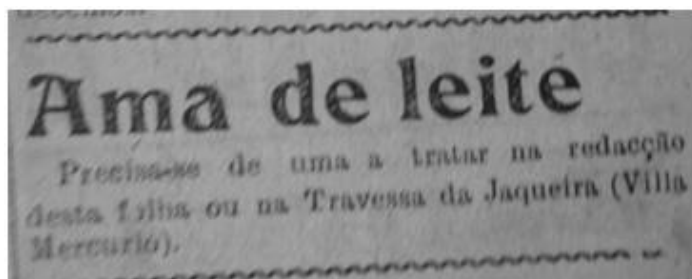
Entre uma infinidade de símbolos culturalmente disponíveis para a representação da figura mulher/mãe, a publicação da Inspeção de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária escolheu o da mulher/santa, evocando a figura de Maria para desenvolver o projeto político do período em questão, que era o da construção de uma maternidade guiada pelos preceitos científicos. Outros elementos presentes na figura são bastante importantes em nossa análise, como por exemplo a cruz e o esplendor, situados atrás da mulher. Possuidora de um duplo sentido, pois faz referência à religião, mas também à medicina, a cruz confere o sentido de missão à atuação da maternidade. A associação realizada entre o aspecto de santidade à figura materna da gravura também está presente em suas vestes, pois ela se encontra envolta em tantos panos, que estes se acumulam em seus braços junto ao bebê, fazendo referência ao manto utilizado pelas figuras católicas femininas. Todavia, o que mais nos atrai a atenção é o fato, aparentemente incongruente, de a mãe/santa exibir linhas do seu corpo ao alimentar o bebê em seu seio esquerdo. Unindo dois elementos (maternidade e amamentar o próprio filho), que nos dias atuais se apresentam como naturais à função da mãe, a publicação da Inspeção de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária trabalhou para difundir a imagem da mulher/mãe nutriz, que deveria amamentar o seu próprio filho e não entregá-lo a qualquer outra mulher.

Amas de leite e parteiras eram vistas como um conjunto homogêneo que representavam um exemplo contrário àquilo que os médicos apregoavam. Tendo a ciência como pedra angular para os cuidados com os filhos e legitimadora de um discurso, essas mulheres eram vistas como portadoras de práticas negativas e atrasadas, identificadas como

um empecilho para o desenvolvimento das novas gerações e causadoras de mortes entre os recém-nascidos.

Diante de todas as normas impostas às amas de leite, ainda assim a prática da contratação de mulheres para realizar a amamentação dos próprios filhos persistia. No Jornal *A Noite* de 18 de dezembro de 1923 encontra-se o seguinte anúncio:

Imagem nº. 24



Fonte: Anúncio da necessidade de contratação de uma ama de leite. *A Noite*, Recife, 18 de dezembro de 1923. Lê-se neste anúncio o seguinte: Precisa-se de uma a tratar na redação desta folha ou na Travessa da Jaqueira (Villa-Mercúrio).

O confronto entre o discurso governamental, apoiado num culto à razão científica, e a prática dos cuidados com as crianças sustentada por um saber popular corroborou o exercício de relações de poder que propagavam a desigualdade, visões preconceituosas e tentativas de subordinação. Para a publicação oficial da Inspeção de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária, responsável por demarcar o posicionamento da esfera governamental, era necessário que “Antes de contratar uma ama de leite levai-a à Inspeção de Higiene Infantil do Departamento de Saúde e Assistência. Tal medida protegerá vosso filho contra um possível contágio. A ama de leite pode ser veículo de graves doenças, como a tuberculose e a sífilis”¹⁴³. Se, por um lado, o poder público não conseguia eliminar a prática, por outro tentava controlar e vigiar.

Desta forma, inserido numa conjuntura social em que se buscava atribuir os cuidados das mães para com os filhos como naturais e inatos à função materna, verifica-se, na edição de novembro de 1924 do *Saúde e Assistência*, artigo que trabalha a amamentação como “a alimentação natural”, seguido de conselhos às mães sobre até que idade amamentar seu filhos. Reproduzimos parte deste artigo:

Chama-se alimentação natural a que é feita por meio de leite humano, materno ou de ama; artificial ou “contra a natureza”, a que é feita com leite de vaca fresco, de cabra, condensado e em pó ou pelas farinhas diversas. Basta, pois, ser contra a natureza para ser má. [...] Quando não se puder

¹⁴³Anúncio. *Saúde e Assistência*. Recife, out. 1923, p.2 (ano I, nº 2).

alimentar uma criança ao peito, que é o único meio de evitar no presente e no futuro seja ela atacada de doenças graves e fatais deve alimentá-la com leite de vaca, mas, seguindo-se regras que somente o médico especialista poderá dar. [...] A gastro-interite ataca, de preferência, no verão, as crianças que não mamam, as dyspépticas, as alimentadas com farinha antes de seis meses de idade e as que tiveram uma má higiene na sua nutrição. *Aprenda cada mãe a alimentar seu filho que cumpre um dever moral. A mãe que recusa alimentar o seu filho, sem que para isso haja uma prescrição médica, unicamente para não se privar de divertimentos sociais, comete um crime dos mais graves contra a sua consciência, a sua Pátria, a sua própria família.*¹⁴⁴ (grifo do autor)

O fato deste artigo estar presente na edição do Saúde e Assistência que se dedicou a indicar à população os malefícios do álcool nos fornece outro elemento importante para nossa análise. Se “o álcool é um grande inimigo da saúde. A menor quantidade diária [...] pode produzir graves doenças [...], e, em excesso, degrada e inutiliza, abrindo caminho ao crime e à loucura”¹⁴⁵, percebemos uma aliança entre a propaganda para a amamentação apresentada em termos quase compulsórios, que evocava preceitos morais e patrióticos, e o combate ao consumo de álcool pelas mulheres.

Segundo SANTOS; VERANI (2010, p.402):

No Brasil, em princípios do século XX, uma das discussões sugeridas pela psiquiatria girava em torno da responsabilidade do álcool na manifestação da loucura: o álcool seria responsável pela produção dos sintomas de desordem mental ou a perturbação já existiria anteriormente, sob forma latente, e, nesse caso, o álcool funcionaria como um fator desencadeador de uma patologia já existente?

Sob ambas perspectivas a respeito da associação entre o álcool e a loucura, o papel da mulher dentro do modelo burguês de família é central. Bastiã da moralidade e equilíbrio familiar, seria da responsabilidade das mulheres evitar que sua família se envolvesse com o álcool e que os sintomas de desordem mental pudessem aparecer. Todavia, sob o aspecto da hereditariedade, foi que as mulheres se tornaram foco principal. Entregar-se aos prazeres do álcool seria falhar com os deveres da maternidade, colocando em risco seus descendentes e o projeto de nação. O alerta para os benefícios da amamentação e o combate ao alcoolismo feminino desempenhavam um papel normatizador das condutas das mães, uma vez que ao mesmo tempo em que eram indicados os benefícios do aleitamento na prevenção de doenças, estava sob escolha das mães, em função da hereditariedade das características degenerativas do alcoolismo, decidir o futuro de seus filhos dentro de um universo de loucura e ebriedade. Se a tara alcoólica poderia ser transmitida através do aleitamento, o consumo de álcool pelas

¹⁴⁴ A alimentação natural. *Saúde e Assistência*. Recife, nov. 1924, p.5 (ano II, nº 10 a 15)

¹⁴⁵ Anúncio. *Saúde e Assistência*. Recife, nov. 1924, s/’. (ano II, nº 10 a 15).

mulheres não condizia com sua função social, pois como consequência dos seus hábitos e, agora, do mau desempenho de sua função materna, “o filho do alcoolátra nasce fraco, doente e frequentemente idiota. A pessoa que se embriaga escolhe estes três caminhos: a **cadeia**, o **hospital**, ou **asilo dos loucos**” (negrito da publicação). Portanto, as mulheres se tornavam incumbidas de um preceito moral de interromper um ciclo e livrar futuras gerações de caminhos pré-determinados pelos médicos para os consumidores habituais do álcool.

Assim, a Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária punha em prática o Serviço de Propaganda Sanitária, buscando a prevenção com publicação de materiais escritos que trabalhavam a difusão das noções de higiene, dos preceitos gerais de higiene pública e das legislações sanitárias entre a população, alertando também para as consequências e deixando claro que o tratamento para os/as alcoólatras se daria nas instituições coercitivas. Estes materiais produzidos eram, além do já mencionado jornal *Saúde e Assistência*, cartazes e conselhos impressos, que muitas vezes eram utilizados nas Conferências de Propaganda Sanitária. Todavia, indispensável entre uma população majoritariamente analfabeta, os materiais de propaganda tinham a recomendação de serem lidos e propagados publicamente, para que o conteúdo elaborado pela Inspetoria fosse eficaz e chegasse até seu público alvo. Em vários números do Jornal Saúde e Assistência existem seções com frases curtas, elaboradas com uma linguagem para exercer a persuasão, que se repetem nas publicações a fim de divulgar conceitos de higiene e solicitações aos leitores. Em uma delas, que faz referência ao fato da alta taxa de analfabetismo entre a população recifense, podemos ler:

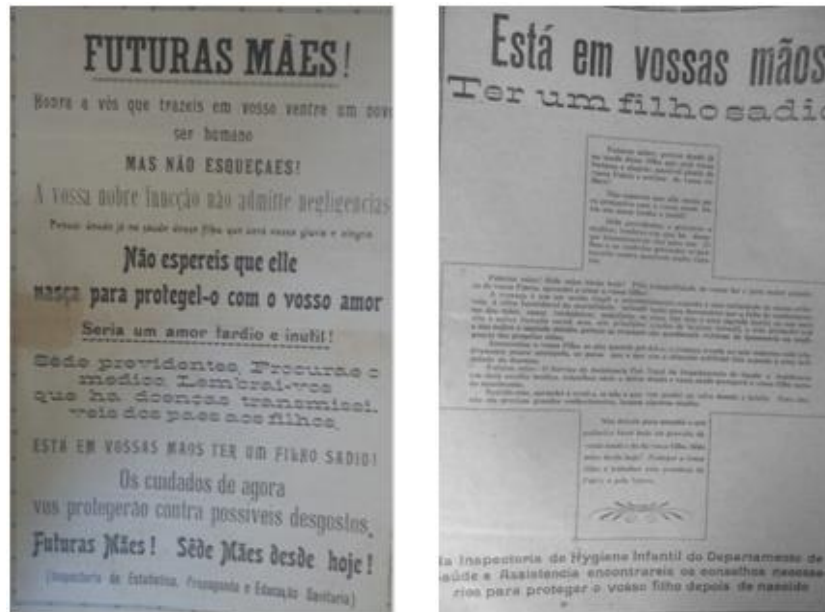
Lêde aos vossos patrícios iletrados os artigos deste jornal; explicai-lhes o alcance da nossa campanha e a nossa justeza dos nossos conselhos; fazei de vossa própria convicção uma nova força militante na grandiosa cruzada. Os esforços de uma repartição pública não bastam para a rápida educação sanitária do povo. É necessário o concurso de todos.¹⁴⁶

Além do estilo de frases curtas em forma de anúncio, some-se a linguagem utilizada em parte dessas publicações. Os números do Saúde e Assistência dedicavam mensalmente suas linhas para determinado assunto: maternidade, proteção à infância, mosquitos, sífilis, tuberculose, saúde do trabalhador, entre outros. Em seu conteúdo, várias matérias, algumas mais extensas do que as outras, que tinham por objetivo atribuir a relação do Departamento de Saúde e Assistência com o tema trabalhado no mês. Na última página, apresentando certo didatismo e aspecto aconselhador, o jornal Saúde e Assistência trazia, numa linguagem mais

¹⁴⁶ Anúncio. *Saúde e Assistência*. Recife, out. 1923, p.3 (Ano I. nº 2).

simples do que a do interior da edição, uma espécie de resumo em formato de cartaz do conteúdo tratado na edição mensal.

Imagens nº. 25. e nº. 26



Fonte: Anúncios destinados às mães com o intuito de divulgar preceitos de saúde, cuidados com o corpo e propagar preceitos científicos para os cuidados dos filhos. *Saúde e Assistência*, Recife, nov. 1923, s/p, (ano I, nº 3) e *Saúde e Assistência*, Recife, dez. 1924, s/p. (ano II, nº 16), respectivamente.

Nestas propagandas¹⁴⁷ temos um conteúdo direcionado às futuras mães. Apoiando-se no ideal de que todas as mulheres deveriam desempenhar a maternidade como uma obrigação

¹⁴⁷ Transcrevemos o conteúdo completo de ambos os cartazes. A primeira, à esquerda, *Saúde e Assistência*, Recife, nov. 1923, s/p, (ano I, nº 3) diz: “Futuras mães! Honra a vós que trazeis em vosso ventre um novo ser humano. Mas não esqueçais! A vossa nobre função não admite negligências. Pensai desde já na saúde desse filho que será vossa glória e alegria. Não espereis que ele nasça para protegê-lo com o vosso amor. Seria um amor tardio e inútil! Sêde previdentes, procurai o médico. Lembrai-vos que há doenças transmissíveis dos pais para filhos. Está em vossas mãos ter um filho sadio! Os cuidados de agora vos protegerão contra possíveis desgostos. Futuras mães! Sede mães desde hoje! (Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária)”. À direita, *Saúde e Assistência*, Recife, dez. 1924, s/p. (ano II, nº 16) possui conteúdo mais extenso e afirma: Está em vossas mãos ter um filho sadio! Futuras mães, pense desde já na saúde desse filho que será vossa fortuna e alegria; possível glória de vossa pátria e arrimo de vossa velhice! Não espereis que ele nasça para protegê-lo com o vosso amor. Seria um amor tardio e inútil! Sêde previdentes e procurai o médico; lembrai-vos que há doenças transmissíveis dos pais aos filhos e os cuidados presentes o protegerão contra possíveis males futuros. Futuras mães! Sêde mãe desde hoje! Pela tranquilidade de vosso lar e para maior grandeza de vossa Pátria, aprendei a criar o vosso filho! A criança é um ser muito frágil e constantemente exposto a uma infinidade de riscos evitáveis. A cifra formidável da mortalidade infantil basta para demonstrar que a falta de conhecimentos das mães causa verdadeiros malefícios sociais. Ser mãe é uma sagrada tarefa na sua mais alta e nobre função social, mas sem princípios exatos de higiene infantil, a mãe preenche mal a sua nobre e sagrada missão, porque as crianças são geralmente vítimas da ignorância ou negligência das próprias mães. Amamentai o vosso filho, se não quereis perdê-lo; a criança criada no seio materno está relativamente pouco ameaçada, ao passo que a que usa alimento artificial fica exposta a uma infinidade de doenças. Futuras mães: O Serviço de Assistência pré-natal do Departamento de Saúde e Assistência vos dará auxílio médico, conselhos úteis e defendendo a vossa saúde protegerá o vosso filho antes do nascimento. Nascido este, aprendei a criá-lo, se não o quereis perder ou vê-lo doente e infeliz. Para isto, não são precisos grandes conhecimentos, bastam algumas noções. Não deixeis para amanhã o que puderdes fazer hoje em proveito da vossa saúde e da de vosso filho. Sêde mãe desde hoje! Proteger o vosso filho é trabalhar pela grandeza da pátria e pelo futuro. Na Inspetoria de Higiene Infantil do

inerente à natureza feminina, a publicação do jornal do Departamento de Saúde e Assistência focaliza suas palavras tanto nas que poderão vir a desempenhar a maternidade quanto nas grávidas, evocando o instinto maternal, a maternidade como missão, o que possui contornos de dom divino, o patriotismo e a ciência guiando esta atividade. Assim, compreendendo que a experiência de gerar e criar filhos é simultaneamente biológica e cultural, percebemos que se buscava neste Recife da década de 1920 tornar a atividade das mães uma ciência, pois “partiam do pressuposto de que as mulheres – tanto as das classes mais elevadas quanto as operárias – não estavam preparadas para o desempenho adequado de suas funções primordiais de esposa e mãe” (FREIRE, 2009, p. 108).

Desta forma, lemos na propaganda da imagem 26 o seguinte:

[...] Ser mãe é uma sagrada tarefa na sua mais alta e nobre função social, mas sem princípios exatos de higiene infantil, a mãe preenche mal a sua nobre e sagrada missão, porque as crianças são geralmente vítimas da ignorância ou negligência das próprias mães. [...] Futuras mães: O Serviço de Assistência pré-natal do Departamento de Saúde e Assistência vos dará auxílio médico, conselhos úteis e defendendo a vossa saúde protegerá o vosso filho antes do nascimento. Nascido este, aprendei a criá-lo, se não o quereis perder ou vê-lo doente e infeliz. Para isto, não são precisos grandes conhecimentos, bastam algumas noções. Não deixeis para amanhã o que puderdes fazer hoje em proveito da vossa saúde e da de vosso filho. Sêde mãe desde hoje!

Para os médicos e administradores recifenses entre 1922 e 1926, não eram suficientes os conhecimentos e métodos utilizados pelas mães, muitos deles secularmente usados, passados entre gerações. Eram necessárias noções científicas para o desempenho da maternidade. Esta escolha está inserida num projeto modernizador proposto pelas elites, que, segundo nos ensina Freire, tinha a saúde e educação como pilares:

A saúde e educação já se haviam somado às preocupações com o espaço urbano, como temas principais do projeto capitaneado pelas elites e pelos intelectuais reformadores em torno da construção da nação brasileira, que caracterizou as primeiras décadas da República. Embora o reconhecimento do seu valor social encontrasse raízes no período imperial, a educação foi alçada pelos reformadores republicanos ao patamar de estratégia fundamental – associada à higiene – na constituição da nacionalidade (FREIRE, Op. cit. p.109).

No entanto, analisando sob outra perspectiva a experiência de gerar e criar os filhos moldada dentro dos pressupostos científicos, a maternidade também sobrecarregava as mulheres, formava uma paternidade/masculinidade exclusivamente voltada para prover

financeiramente o lar; era alienante tanto em relação à criação de uma identidade feminina voltada para dar à luz quanto para a identidade masculina, porque o homem, além de prover, não teria responsabilidade direta alguma com os cuidados dos filhos; e adiantava a culpa das mulheres em caso de morte ou deficiência das crianças, pois estes dois resultados seriam frutos do fracasso feminino em sua atividade. Por sua vez, este fracasso só se daria na recusa do exercício da função moderna da maternidade, ou seja, a mãe moderna deveria usar a ciência no exercício desse seu remodelado papel na sociedade. Portanto, opunham-se as práticas racionais e científicas àquelas encaradas como tradicionais, agora interpretadas como perigosas nos cuidados com as crianças, “seguindo o esquema explicativo da oposição binária entre atraso e progresso, instinto e técnica, crença e conhecimento” (FREIRE, 2009, p.127-128). A instrumentalização das mulheres nesses preceitos científicos, o auxílio médico à função materna e os primeiros cuidados com as crianças se davam através da realização do serviço pré-natal.

Nota-se de tal maneira uma complementaridade entre os serviços oferecidos pelo Departamento de Saúde e Assistência, pois o material de propaganda produzido pela Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária era utilizado nas conferências realizadas pelo serviço de visitadoras, que fazia parte da Inspetoria de Higiene Infantil.

Imagens nº. 27 e nº. 28



Fonte: Fotografias em preto e branco com a presença de gestantes realizando consultas médicas e apresentando a atuação das visitadoras na Inspetoria de Higiene Infantil. MEDEIROS, Amaury, 1926, p.157.

Acima temos duas fotografias, que constam no livro Saúde e Assistência de Amaury de Medeiros e são as mesmas que estampam as folhas do Saúde e Assistência na edição de novembro de 1923 (ano I, nº 3). Nelas estão retratadas as práticas desenvolvidas no seio da Inspetoria de Higiene Infantil, que, como vimos no capítulo anterior, era responsável pelo atendimento às mães, recém-nascidos e crianças. Assim, atuando conjuntamente, o serviço de propaganda do DSA, através de conferências e da imprensa, e o serviço das visitadoras, pela ação direta junto à população, recrutavam e encaminhavam as futuras mães, principalmente as das camadas mais pobres, ao serviço pré-natal, onde eram matriculadas. Na foto à esquerda há a presença de uma visitadora dando conselhos à grávida, enquanto à direita visitadoras e médico interrogam a paciente a fim de matriculá-la no serviço pré-natal. A seguir apresentamos uma tabela em que constam os serviços prestados por esse serviço entre 1923 e o primeiro semestre de 1926.

TABELA 4

Inspetoria de Higiene Infantil				
Estatística dos trabalhos realizados no período de 1923 a 1925 e 1º semestre de 1926				
Puericultura pré-natal	1923	1924	1925	1926
Exames de urina solicitados	44	1370	1412	513
Exames de urina verificados	-	575	1120	540
Fichas feitas	211	949	876	307
Conselhos distribuídos	-	949	876	307
Exames ginecológicos e obstétricos	211	949	876	307
Visitas domiciliares	245	1216	1296	881
Vacinas antivariólicas	-	66	117	29
Revacinações antivariólicas	-	401	582	28
Partos feitos	63	324	335	133
Colírios distribuídos	54	318	325	133
Exames de sangue	-	5	626	307
Pedidos de tratamento antilúético	-	-	233	186
Injeções	-	44	105	223
Consultas	-	194	194	189
Senhoras que compareceram durante o expediente	-	-	2060	1207

Fonte: Tabela apresentando dados sobre os trabalhos feitos pela Inspetoria de Higiene Infantil entre os anos de 1923 e primeiro semestre de 1926. MEDEIROS, Amaury, 1926, p.168.

Os conselhos dados às grávidas eram sobre temas variados. Alertava-se sobre a necessidade de dormir ao menos oito horas por noite, colocando ênfase na necessidade de manter as janelas abertas durante o sono, sobre repousar no último mês de gravidez, evitar emoções que pudessem causar a interrupção da gravidez, bem como evitar “levantar e

carregar pesos e costurar à máquina de pé”¹⁴⁸ e roupas que apertassem a cintura, ligas apertadas e salto alto.

Afirmam os conselhos dados pela Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária que as mulheres grávidas deveriam tomar ao menos um banho geral por dia e dois banhos de asseio pela manhã e à noite. A diferença entre ambos está, sobretudo, na temperatura da água. Enquanto o banho geral poderia ser feito com água fria, caso esse fosse o hábito da gestante, os dois de asseio deveriam ser obrigatoriamente feitos em água morna. Escovar os dentes após as refeições, ao acordar e antes de deitar aparecia entre as recomendações médicas. A escovação deveria ser realizada com bicarbonato de sódio diluído em água e as grávidas deveriam ir ao dentista “o mais cedo possível” a fim de realizar possíveis obturações ou extrações. O cuidado com os seios envolvia também cuidado com o vestuário, afirmando a necessidade de usar roupas mais frouxas, dando “espaço para o seu desenvolvimento”. As recomendações a partir do sétimo mês são de lavar os bicos, uma vez por dia, com uma solução fracamente alcoolizada.

A dieta aconselhada pelos médicos consistia em manter os alimentos aos quais as grávidas estavam acostumadas, evitando aquilo que elas sabiam que causava indigestão e comer bastante. Leite era incentivado, assim como vegetais, frutas e água (“ao menos oito copos d’água por dia”). Por outro lado, a carne era recomendada apenas uma vez ao dia e sal deveria ser evitado. Terminantemente proibidas estavam as bebidas alcoólicas (“os licores, vinhos tônicos e cerveja vos intoxicam e ao vosso filhinho”). A lista de aconselhamento alerta para a normalidade em haver constipação nos últimos meses de gravidez, pois “é devida à pressão crescente do útero em desenvolvimento sobre o intestino”. Recomendava-se a ingestão do pão grosseiro “como o de milho”, frutas em caldas e vegetais, bem como beber bastante água e evitar chá. Igualmente, fala-se de ir ao banheiro todos os dias à mesma hora para criar o hábito, mas caso essas recomendações não funcionassem, a grávida deveria buscar ajuda médica.

3.3 Os óbitos

Há tempos a preocupação do poder público e dos médicos girava em torno das doenças epidêmicas, entre as quais ganharam importância a tuberculose, a peste e febres diversas, como a tifoide, paratifoide e amarela, que eram vistas como uma doença em si e não

¹⁴⁸ Conselhos Úteis às Mulheres Grávidas. *Saúde e Assistência*. Recife, nov. de 1923, p.3 (Ano I, nº. 3).

como um sintoma. Vimos anteriormente que o advento da microbiologia pasteuriana, “fruto da aproximação entre a vertente experimental da medicina e outros ramos do conhecimento, como a química e a biologia” (SCOREL; TEIXEIRA *in* GIOVANELLA, Lígia, 2012, p.06) legou às autoridades sanitárias brasileiras uma visão da saúde tida como tendo um único agente (o micróbio) causador das doenças, sem, no entanto, levar em conta fatores sociais. Desta forma, tais doenças eram as que mais contribuíam nos índices de mortalidade no Recife da década de 1920, juntamente com as afecções do aparelho digestivo e do aparelho respiratório; no entanto, a administração Sérgio Loreto adotou medidas que direcionaram nosso olhar para outras e novas preocupações em suas políticas na área de saúde, pois não se restringiram às doenças epidêmicas.

A sífilis, por exemplo, não era uma doença epidêmica, mas foi atribuída como causa da morte, entre os anos de 1923 e 1926, de 264, 235, 232 e 222 indivíduos, respectivamente. A despeito de não se tratar de uma doença epidêmica, o combate a esta doença mereceu grande atenção das autoridades sanitárias da época e ensejou várias medidas tomadas pela administração estadual¹⁴⁹. Em edição dedicada à sífilis, a publicação da Inspetoria de Propaganda, Estatística e Educação Sanitária a apresenta, em conjunto com o alcoolismo e a tuberculose, como a “trindade sinistra” e traz como característica bastante marcante no combate à sífilis o destaque à hereditariedade e o perigo do “aniquilamento da raça”¹⁵⁰, pois esta doença era apresentada como “o fator principal da mortalidade; os abortos; os fetos prematuros, os nascidos mortos em sua quase totalidade”. O esculápio médico ainda apontava que as crianças que conseguissem sobreviver ao nascimento de uma mãe sífilítica tinham na sífilis a causadora de “meningites, cegueiras, hidrocefalias, epilepsias, surdez, doenças dos ossos, das articulações, lesões congênitas [...] Poder ser degenerado, um louco, um criminoso, um ente inútil, nocivo e prejudicial à espécie humana, à coletividade”¹⁵¹.

Estudando a prostituição a produção de saberes a respeito da sífilis na Bahia do início do século XX, Ricardo dos Santos Batista afirma que:

Nesse período, a Faculdade de Medicina da Bahia produziu trabalhos que, além de tratarem de aspectos fisiológicos da doença, elaboravam normas de profilaxia e analisavam as implicações sociais da mesma. Porém, mais do que isso, expressavam explicitamente uma carga de valores morais no que diz respeito ao contaminado, ao mal que o mesmo traria à sociedade, ao “crime” que seria cometido ao permitir o casamento entre um sífilítico e uma moça “sã”. É interessante observar que, nas teses médicas, os seus autores

¹⁴⁹ ANUÁRIO ESTATÍSTICO da Diretoria da Secretaria do Estado de 1927, Recife: Imprensa industrial, 1928, p. 126.

¹⁵⁰ A syphilis – Flagello Social. *Saúde e Assistência*. Recife, maio de 1924, p.2 (Ano II, nº. 9).

¹⁵¹ Idem.

concebiam predominantemente a possibilidade de serem homens os agentes transmissores da doença. Em todos os trabalhos analisados, o único meio de uma mulher ser propagadora da sífilis era se a mesma fosse uma prostituta. (BATISTA, 2010, p.44).

Compreendemos as medidas adotadas no combate à sífilis dentro de um panorama no qual os saberes médicos tomaram vultos de caráter moralizador e normatizador da vida sexual da população, pois se buscava combater a suposta sexualidade desregrada dos brasileiros. Porém, o discurso moralizador em torno da doença atingia de maneira assimétrica os sexos. Configurava-se mais uma das atribuições maternas, pois os cuidados nos dispensários e no serviço de pré-natal tinham por princípio evitar doenças nas crianças filhas de mães sífilíticas, porém não se questionava o fato de que a sífilis atingiria também mulheres tidas como honradas, ou seja, que viviam a sexualidade regrada dentro do casamento, poderiam ser infectadas pelos próprios maridos. Portanto, se o cerne do combate à sífilis era o perigo hereditário que ela apresentava, pois poderia trabalhar a favor do despovoamento, recaía sobre as mulheres serem as protetoras e fiadoras do futuro da nação.

Também fica latente na produção estatística sobre os óbitos a tentativa de comparação dos níveis de morbidade do Recife com as demais cidades brasileiras e estrangeiras. Para diminuir a quantidade de mortos, verificam-se duas estratégias utilizadas pelos administradores públicos na publicação dos dados: diferenciação entre mortos recifenses e mortos de outras localidades que vieram a falecer nos hospitais do Recife, bem como a não inclusão do amarelão¹⁵² (ancilostomose) nos dados estatísticos. Quanto à primeira estratégia, é perceptível na publicação do anuário de 1927 o destaque que se dá ao Recife como polo regional, o que fazia com que doentes do interior de Pernambuco e de outros estados da região fossem à capital pernambucana em busca de tratamentos. Este fato ficará evidente na tabela que incluiremos a seguir, na qual consta tal diferenciação. No que concerne ao silêncio a respeito da exclusão do amarelão nas estatísticas, justifica a publicação estatal com uma clara intenção: muito propositalmente não incluímos nelas (nas estatísticas) os óbitos causados pela

¹⁵² Popularmente conhecida como amarelão, esta doença parasitária infecciosa intestinal é provocada por vermes nematoides que causam como principais sintomas a pele amarelada, desânimo, fraqueza e cansaço frequentes, perda de peso, cólica, desnutrição, náuseas, dores nos músculos, além de hemorragias, que causam anemia, fezes com sangue, e para as mulheres grávidas, pode se tornar ainda mais grave, pois há a possibilidade de afetar o embrião em desenvolvimento. O amarelão como doença que exemplificava o atraso econômico do país e o descaso com o Brasil rural foi representada com o personagem Jeca Tatu, em *Os Urupês* de Monteiro Lobato. Jeca Tatu foi representado por Monteiro Lobato como sendo um homem que não dava atenção à sua aparência e higiene pessoal, estando sempre com os pés descalços e possuindo uma pequena plantação apenas para subsistência. Lobato caracterizou também o Jeca como um indivíduo sem educação e cultura, ingênuo, alcoólatra e preguiçoso.

ancilostomose, por ser uma endemia peculiar ao nosso clima, propagando-se especialmente nas classes menos abastadas das populações suburbanas e rurais ¹⁵³.

Propagando-se entre as classes menos abastadas, como escreve a publicação, significava afetar a maioria da população, mas esta doença não representava uma ameaça direta aos interesses das elites econômicas e políticas do período. Compreendem-se estas duas tentativas de manipulação de dados, conjuntamente às reformas urbanas que visavam à formação de uma cidade higiênica, a partir da finalidade em apresentar a cidade do Recife como um local salubre, apto a receber estrangeiros, possíveis imigrantes, mas, sobretudo indicar que a cidade se encontrava livre de doenças epidêmicas, apta a receber investimentos internacionais e nacionais e que as trocas comerciais através do porto não estariam ameaçadas.

TABELA 5

Variações de óbitos no Recife entre 1924 e 1927

Anos	População	Obituário Geral		Obituário de doentes provindos do interior e outros estados		
		Óbitos	Coef. por 1.000 hab.	Óbitos	Coef. por 1.000 hab.	Coef. por 100 óbitos gerais
1924	324.661	7.818	24,08	1,009	3,11	12,91
1925	336.596	7.388	21,95	1,118	3,32	15,13
1926	348.969	7.866	22,54	1,136	3,26	14,44
1927	361.797	7.154	19,77	1,134	3,13	15,85

Fonte: Tabela apresentando as variações de óbitos na cidade do Recife entre os anos de 1924 e 1927. *ANUÁRIO ESTATÍSTICO da Diretoria da Secretaria do Estado de 1927*, Recife: Imprensa industrial, 1928, p.118.

¹⁵³ *ANUÁRIO ESTATÍSTICO da Diretoria da Secretaria do Estado de 1927*, Recife: Imprensa industrial, 1928, p.119.

Imagens n.º 29 e n.º 30

Quadro comparativo do coeficiente de mortalidade do Recife e de outras cidades do Brasil, em 1926 (1)

NUMERO DE ORDEM	CIDADES	Coeficiente por 1.000 habitantes
1	S. Paulo	15,52
2	Rio de Janeiro	15,95
3	Petropolis	18,30
4	Bello Horizonte	18,85
5	Bahia	22,02
6	Recife	22,54
7	Paranaguá	22,77
8	Aracajú	23,40
9	Nicteroy	24,92
10	Belem do Pará	25,78
11	Rio Grande	27,23
12	Fortaleza	28,98
13	São Luiz	31,20
14	Manaus	34,46
15	Maceió	37,84

(1) Os numeros referentes ás outras cidades foram colhidos em publicações do Departamento Nacional de Saúde Publica.

Quadro comparativo do crescimento vegetativo a indice vital do Recife e outras cidades do paiz e do estrangeiro em 1926 (1)

CIDADES	NASCI- MENTOS	OBITOS	CRESCIMENTO VEGETATIVO	INDICE VITAL
Rotterdam (Hollanda)	11.596	4.590	7.006	252,63
Campinas (S. Paulo)	4.991	1.769	2.322	231,26
Curityba (Paraná)	2.710	1.182	1.528	229,27
Assumpção (Paraguay)	3.278	1.439	1.839	227,79
Amsterdã (Hollanda)	13.538	6.410	7.128	211,29
Haya	7.531	3.603	3.928	209,02
Ribeirão Preto (S. Paulo)	2.665	1.334	1.328	199,32
Melbourne (Australia)	17.926	9.155	8.771	195,80
RECIFE	14.792	7.866	6.926	188,05
Santa Fé (Rep. Argentina)	2.676	1.410	1.236	185,83
São Paulo	26.025	14.077	11.948	184,87
Liverpool (Inglaterra)	19.792	11.661	8.131	169,72
Athenas (Grecia)	13.482	8.141	5.341	165,60
Roma (Italia)	19.568	11.826	7.742	165,46
Dublin (Escossia)	10.833	6.621	4.212	163,61
Nagasaki (Japão)	6.321	3.900	2.421	162,07
Santos (S. Paulo)	4.084	2.607	1.387	151,42
Cairo (Egypto)	44.352	29.642	14.710	149,62
Londres (Inglaterra)	78.825	53.476	25.349	147,40
Rio de Janeiro	35.595	26.342	9.249	135,11
Bello Horizonte (Minas)	2.484	1.847	637	134,48
Madrid (Hespanha)	19.803	16.035	3.768	123,49
Porto Alegre (R. G. do Sul)	4.546	3.991	555	113,90
Paris (França)	46.122	43.552	2.570	105,90
Berlim (Alemanha)	45.273	45.412	—	99,69
São Salvador (Bahia)	5.116	6.882	—	74,33
Maceió (Alagoas)	1.147	1.666	—	68,84
Manaus (Amazonas)	904	1.624	—	55,66

Fonte: Quadros comparativos dos coeficientes de mortalidade e crescimento vegetativo do Recife com outras cidades brasileiras e de outras partes do mundo. *ANUÁRIO ESTATÍSTICO da Diretoria da Secretaria do Estado de 1927*, Recife: Imprensa industrial, 1928, p. 125 e 129.

No Recife, o distrito onde se encontrava o maior índice de mortalidade era o da Boa Vista, que para a publicação não se tratava por ser o mais insalubre, mas “por conter cinco hospitais, dos oito que possui a cidade”. Após a Boa Vista, que representava 40,98% dos óbitos ocorridos no município, encontravam-se Afogados, com 20,53%, Graças com 15,26%, Poço com 10% e as demais localidades representando percentuais inferiores a 10%.

Assim, em um governo que buscava se apresentar como moderno, instituir o novo nos parece imperativo. O novo, palavra usada à exaustão tanto nos tempos passados em que estudamos quanto na realidade recifense que nos cerca e vivenciamos nesta segunda década do século XXI, só parece fazer algum sentido quando se põe em oposição a algo considerado velho, atrasado e retrógrado. Estes adjetivos estavam contidos no grau de insalubridade das moradias e da cidade, repleta de uma população pobre ameaçadora para os interesses das elites e no acesso da população à saúde e educação. Portanto, apresentar o novo a esta sociedade recifense do início do século XX constantemente possuía o caráter reformador das

estruturas organizacionais da máquina pública, das estruturas criadas para administrar o Estado, enfim, dos mecanismos que servem à atuação do Estado em relação à sua população. E esta, regenerada através do discurso salvacionista do sanitarismo, que era um ponto de convergência entre saúde, educação e nação, era alvo das ações do governo, especialmente as mulheres, vistas como capazes de reproduzir nos lares um modelo de viver higienizado, exercendo a função materna como uma potência civilizadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou analisar as políticas de saúde para as mulheres propostas pelo governo Sérgio Loreto em Pernambuco durante os anos de 1922 e 1926. Foi possível compreender que tais políticas visavam à associação da maternidade como missão feminina ao projeto de construção de uma identidade nacional que permitisse o desenvolvimento e o engrandecimento material do Brasil. Este desenvolvimento, que ainda era embalado pelas ideias de progresso e civilização bastante difundidas entre os grupos dirigentes brasileiros desde meados do século XIX, tinha como objetivo superar o próprio passado de Pernambuco, que se apresentava como atrasado, e construir o futuro através da difusão do novo e do moderno. Foi dentro deste contexto que, na associação entre a política e medicina, analisamos a atuação do Departamento de Saúde e Assistência, que guiava as reformas urbanas e propunha uma série de serviços de saúde para as mulheres. Encaradas como figuras centrais nas famílias, tanto as mulheres das elites, sobretudo pela atuação profissional feminina em trabalhos ligados ao cuidado, como no caso das visitadoras, quanto as das camadas populares eram vistas e encaradas como detentoras de um potencial civilizatório, pois possuíam a responsabilidade de educação e difusão dos princípios básicos de higiene para o crescimento saudável dos filhos. Os corpos femininos foram peça chave no plano político de tentativa de superação de uma cidade paupérrima, que contava com altos índices de natimortalidade e mortalidade infantil, bem como com precárias estruturas de saúde, higiene e assistência.

É interessante apontar que ao final de dois anos de trabalho nesta dissertação, vivenciamos um momento em que Pernambuco, já no século XXI, mais uma vez, experimenta um quadro de combate às doenças epidêmicas. Condições históricas, científicas e sociais são distintas, porém no cerne da questão ainda estão presentes as condições de higiene das habitações das camadas populares, que contam com um serviço precário de saneamento e abastecimento d'água, e os cuidados com as gestantes e os recém-nascidos. Entre todos os estados da Federação, Pernambuco é o que concentra o maior número de casos suspeitos e confirmados de microcefalia, que estão relacionados com a doença *zika*, transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*. No pulular de mensagens de propaganda sobre os cuidados para se evitar as doenças transmitidas pelo mosquito, verifica-se o uso de terminologias de guerra contra o *Aedes*. Centra-se o discurso no mosquito, desloca-se o foco das condições de saneamento das casas dos mais pobres, camuflam-se as aberrantes desigualdades sociais e se elege um único inimigo: o mosquito. A associação entre as precárias condições de higiene das habitações, doenças e os cuidados das mães com filhos, quase um século após a história

narrada nas últimas páginas, ainda se configura como um problema contemporâneo. A função a ser desempenhada pelo poder público, nos casos atuais de microcefalia, também apresenta o papel do Estado diante dessa problemática.

Tratando-se de uma doença grave, que não tem cura, e devido à qual as crianças precisarão de cuidados por toda a vida, sendo dependentes para o exercício de atividades básicas para o ser humano, como comer, se locomover e fazer suas necessidades, caberá ao Estado pôr em prática políticas de saúde que amparem as famílias e contribuam no desenvolvimento destas crianças. Além da função do Estado, os atuais casos de microcefalia evidenciam formas de comportamentos de mulheres e homens. A despeito do sensacionalismo da mídia contemporânea no tratamento de tão delicado assunto, é perceptível que, corroborando uma ideia de divisão sexual do mundo social, é maciça a presença de mães em longas filas para atendimento nos postos de saúde e hospitais do Estado para os cuidados médicos das crianças, ao passo em que a presença masculina nos cuidados com os filhos ainda é bastante restrita. Somem-se a isso os maiores cuidados e precauções que as mulheres devem tomar com seus corpos durante os meses de gestação. Torna-se imperativo às mulheres que adotem outros hábitos durante a gestação, usem repelentes, roupas longas, mosquiteiros, ou que até mesmo evitem a gravidez, para que sejam vistas como boas mães e evitem que seus descendentes tenham doenças.

Na interface desses momentos históricos, imagens e discursos são produzidos a respeito das mulheres e da maternidade. Durante a década de 1920, para o exercício da maternidade, não caberia mais a atuação instintiva ou guiada por conselhos. Modernizada, na aliança entre médicos e mulheres, a maternidade passou a projetar novas imagens sobre as mulheres, agora fiadoras da viabilidade do projeto nacional propalado pelas elites. Na ampliação das possibilidades de educação profissional e formal, bem como à luz da ciência sobre a maternidade, possibilitou-se e instrumentalizou-se para que as mulheres se tornassem cada vez mais conscientes dos seus corpos, pudessem exercer atividades de trabalho para além dos limites do lar, configurando novas maneiras de se apresentar à sociedade, o que anos depois, em meados das décadas de 1960 e 1970, também possibilitou lutas não mais no campo de direito ao trabalho, mas em torno da liberdade sobre o próprio corpo e o poder de questionar a própria maternidade como missão feminina.

As ações propostas pelo Departamento de Saúde e Assistência também representaram outras formas do poder público de lidar com a pobreza. Distinguindo os pobres entre aqueles trabalhadores pobres merecedores de auxílio e os vadios, na atuação através da assistência, estudamos, por exemplo, a construção de casas operárias, que tinham por objetivo o combate

aos mocambos e a criação de habitações higiênicas. De caráter disciplinador, que objetivava a formação de novos hábitos entre seus moradores, associando o álcool e os jogos como fatores que concorriam para o desregramento das famílias, esta medida adotada na década de 1920 já apresentava providências que tiveram maior alcance durante o Estado Novo e com a criação da Liga Social Contra o Mocambo.

Neste estudo, que teve o governo Sérgio Loreto como sujeito e as políticas de saúde para as mulheres como objeto, não foi possível, devido aos limites da documentação, avaliar diretamente se houve resistência por parte da população aos novos métodos e práticas de saúde e higiene propostos pela administração estadual. No entanto, foi possível compreender que as medidas adotadas no âmbito do Departamento de Saúde e Assistência modificaram hábitos e criaram novos vínculos entre a população e o poder público, como a adesão das mulheres aos novos serviços de pré-natal e de visitadoras, o aumento dos números de registros civis, bem como as medidas de fiscalização e punições às amas de leite e parteiras, que paulatinamente minguaram nos grandes centros urbanos. As reformas urbanas, guiadas pelos preceitos científicos alardeados pelo DSA, apesar de não conseguirem apagar a cidade perigosa que era combatida, muito menos incluir socialmente os historicamente excluídos e promover o progresso econômico de Pernambuco, ensejaram novas formas de ver e viver a cidade do Recife, que passou a contar com novos parques e praças e uma via costeira, facilitando o acesso à praia e aos banhos de mar, além de favorecer uma elite econômica ligada ao governo do Estado. A reforma do porto, realizada dentro do contexto das reformas urbanas, aliou-se ao combate às doenças que grassavam em Pernambuco, permitindo e dando garantias às autoridades e empresários de fora do Recife para que fossem realizadas trocas comerciais e a instalados diversos serviços na capital pernambucana.

Buscamos, com esta pesquisa, contribuir para a produção científica a respeito da cidade do Recife e sobre as relações de gênero nesta cidade durante os anos 1920. Se durante certo tempo se questionou o fato das produções científicas na área de gênero serem focadas sobremaneira no eixo centro-sul, esta pesquisa se localiza num processo de narrar uma histórica local sem perder de vista o caráter relacional com a produção nacional, abrindo possibilidades para uma interpretação integrada do momento histórico em que vivia o Brasil nos anos após a Proclamação da República, caracterizada por um regime liberal e ao mesmo tempo oligárquico que propiciou novos espaços de disputas e atuações para as mulheres. Assim, como toda produção científica, esta dissertação não se encerra em si mesma. Analisando fatos até então inéditos ou avaliando objetos já pesquisados sob outros pontos de vistas, esta dissertação abre possibilidades, seja como ponto de partida ou indicando fontes,

para novas pesquisas capazes de analisar a relação entre a filantropia praticada pelos círculos da elite e as ações do Estado; a participação das mulheres operárias nas lutas pelos direitos das mulheres; de que maneira a Igreja Católica, maior detentora dos registros de nascimento, contribuiu para a produção de saberes sobre a população; de que forma a construção de habitações destinadas às classes operárias tinham como o objetivo de construir casas baseadas nos princípios higiênicos e de controle dos trabalhadores; a captura do Estado de atividades secularmente conhecidas como a das parteiras e amas de leite, de modo a continuar os trabalhos científicos sobre os temas aqui trabalhados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS E ARTIGOS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____, *Nordestino: uma invenção do falo - uma história do gênero masculino (Nordeste - 1920/1940)*. Maceió: Catavento, 2003.
- ALENCASTRO, Luís Felipe de. *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALMEIDA, Magdalena. *Mário Sette: o retratista da palavra*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000.
- ARAÚJO, Luciana Corrêa. *Os encantos da Veneza Americana e da propaganda pelo cinema: os filmes financiados pelo governo Sérgio Loreto em Pernambuco (1922-1926)*. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 26 nº 51, p. 94 – 112, janeiro – junho de 2013.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.
- ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *Recife, culturas e confrontos: as camadas urbanas na campanha Salvacionista de 1911*. Natal: EDUFRN, 1998.
- BARROS, Natália; REZENDE, Antonio Paulo; SILVA, Jaílson Pereira (Orgs.). *Os anos 1920: histórias de um tempo*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.
- BEAUVOIR, *O segundo sexo*; tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2v.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. 2.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914 – 1940*; tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- BEVILÁQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. 3. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- CALVINO, Ítalo. *Cidades invisíveis*; tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAPONI, Sandra. *Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

- CARRARA, S. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*; tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 2v.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucila de Almeida Neves. (Orgs.) *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. (O Brasil Republicano) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Luiz Otávio; SANGLARD, Gisele. *Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920)*. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 27, nº 53, p. 71-91, janeiro-junho de 2014.
- FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- FREYRE, Gilberto. *Guia Prático, Histórico e Sentimental da cidade do Recife*. 3ª. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961.
- _____. et al. *Livro do Nordeste*. Recife: Secretaria da Justiça e Arquivo Público Estadual, 1979. S/p.
- _____. *Manifesto Regionalista*. 6ª. Ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos v. IV. Estratégia, Poder – Saber*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- _____. *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France (1975 – 1976). São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. *O nascimento da clínica*; tradução de Roberto Machado. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- _____. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FLORES, M.B.R. A medicalização do sexo ou o amor perfeito. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, n.29, p.57-80, abr. de 2001.

- GIOVANELLA, Lúgia et al (org.) *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil*. 2. ed. rev. e amp./ organizado por Lúgia Giovanella, Sarah Escorel, Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato et al. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.
- GONDRA, José G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850 – 1940*. Tradução de Eliane Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- HALL, Peter *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. Tradução Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1996.
- LEVINE, Robert. *A velha usina – Pernambuco na federação brasileira, 1889 – 1937*; tradução de Raul José de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LUBAMBO, Cátia Wanderley. *O bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero*. Recife, CEPE/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.
- LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da; NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. O debate em torno da emancipação feminina no Recife (1870 – 1920). *Cad. Pagu*, Campinas, n.42, jun. 2014.
- MEDEIROS, Amaury de. *Saúde e Assistência*. Doutrinas, Experiências e Realizações (sic.). Recife: s/ed. 1926. APEJE
- MEDEIROS, Hugo Augusto Vasconcelos. Melindrosas e Almofadinhas: Relações de Gênero no Recife dos anos 1920. *Revista Tempo e Argumento*, UDESC, volume 02, número 02 jul/dez. 2010.
- NASCIMENTO, A.C.; MELO, Alexandre. V. S.. Melindrosas em revista: gênero e sociabilidades do início do século XX (Recife, 1919-1929). in: *História Revista* (Online), v. 19, p. 6-20, 2015.
- NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco (1821 – 1954)*. Recife: Imprensa Universitária – Universidade Federal de Pernambuco, 1967.
- ORTEGA, Francisco. *Amizade e Estética em Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. COSTA, Claudia de Lima e SCHMIDT, Simone Pereira (orgs.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.

- REZENDE, Antonio Paulo. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997.
- _____. *O Recife: histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento* – tradução: Alain François [et al.]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SANTOS, Luís A. de Castro. Estado e Saúde Pública no Brasil (1889 – 1930). *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.23, n.2, 1980.
- SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos; VERANI, Ana Carolina. *Alcoolismo e medicina psiquiátrica no Brasil no início do século XX*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, supl. 2, p.401-420, 2010.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Gender and the politics of history. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989.
- SETTE, Mário. *Anquinhas e Bernardas*. Recife: Fundarpe, 1987.
- _____. *Arruar*. História pitoresca do Recife Antigo. Rio de Janeiro: Edições da C.E.B, 1948 (coleção Brasil que não conhecemos).
- _____. *Os Azevedos do Poço*. 2ª. ed. Recife: FUNDARPE, 1985. (Coleção Pernambucana 2ª fase, v. XVIII).
- SILVA, Oswaldo Pereira da. *Histórias do Pina*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2008.
- _____. *Pina: povo, cultura, memória* / Oswaldo Pereira da Silva; produção Márcia V. Maciel. 2. ed. Revisada e atualizada. Recife: Funcultura, 2008.
- SOUZA BARROS, M. *A década de 20 em Pernambuco* (uma interpretação). Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985.
- STAROBINSKI, Jean. *As Máscaras da civilização: ensaios*; tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- STEVENS, Cristina Maria T. (org.) *Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.
- TOURRAINE, Alain. *Crítica da modernidade*; tradução Elia Ferreira Edel. 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo, uma história da higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

- WOOLF, Virginia. Um teto todo seu; tradução Bia Nunes de Sousa, Glauco Mattoso. 1. Ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

DISSERTAÇÕES E TESES

BARROS, Natália Conceição Silva. *As mulheres na escrita dos homens: representações de corpo e gênero na imprensa do Recife nos anos vinte*. Recife: Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2007.

BATISTA, Ricardo dos Santos. *Lues Venérea e as Roseiras Decaídas: biopoder e convenções de gênero e Sexualidade em Jacobina-BA (1930-1960)*. Salvador: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

COUCEIRO, Sylvia Costa. *Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer no recife nos anos 1920*. Recife: Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2003.

LOPES, Gustavo Acioli. *A Cruzada Modernizante e os infiéis no Recife, 1922 – 1926: Higienismo, vadiagem e repressão policial*. Recife: Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2003.

SILVA, Aline de Figueirôa. *O Projeto paisagístico dos jardins públicos do Recife de 1872 a 1937*. Recife: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2007.

SILVA, Jailson Pereira da. *O encanto da velocidade: automóveis, aviões e outras maravilhas no Recife dos anos 20*. Recife: Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2002.

SOUSA, Priscila. *As parteiras e os médicos: a inserção do gênero masculino numa realidade feminina (século XIX e início do século XX)*. Recife: Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2005.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *As cidades enquanto palco da modernidade - O Recife de princípios do século*. Recife: Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 1995.

PERIÓDICOS (ACERVO APEJE)

DIÁRIO DO ESTADO. 1924 – 1926.

JORNAL DO COMMERCIO. 1923 – 1926.

JORNAL DO RECIFE. 1922 – 1926.

A NOTÍCIA. 1923 – 1926.

A NOITE. 1922 - 1926

PINA-JORNAL. 1925.

REVISTA DE PERNAMBUCO. 1924 – 1926.

SAÚDE E ASSISTÊNCIA. 1923 – 1926.

TORRE-JORNAL. 1925.

DOCUMENTOS IMPRESSOS

ANUÁRIO ESTATÍSTICO da Diretoria da Secretaria do Estado de 1927. Recife: Imprensa industrial, 1928.

MENSAGEM do Exmo. Sr. Dr. Governador Sérgio T. Lins de B. Loreto Governador do Estado Lida ao instalar-se a 2ª sessão da 11ª Legislatura do Congresso Legislativo de Pernambuco aos 6 de março de 1923. Pernambuco: Oficinas Graphicas do Jornal do Commercio, 1923. APEJE.

MENSAGEM do Exmo. Sr. Dr. Governador Sérgio T. Lins de B. Loreto Governador do Estado Lida ao instalar-se a 3ª sessão da 11ª Legislatura do Congresso Legislativo de Pernambuco aos 6 de março de 1923. Pernambuco: Oficinas Graphicas do Jornal do Commercio, 1924. APEJE.

MENSAGEM do Exmo. Sr. Dr. Governador Sérgio T. Lins de B. Loreto Governador do Estado. Lida ao instalar-se a 3ª sessão da 12ª Legislatura do Congresso Legislativo de Pernambuco aos 7 de setembro de 1926. Pernambuco: Oficinas Graphicas do Jornal do Commercio, 1926. APEJE.

REGULAMENTO do Departamento de Saúde e Assistência do Estado de Pernambuco. Aprovado pelo decreto de nº. 567 de 23 de maio de 1924. Recife: Sec. Tec. Da Rep. De Pub. Officiaes, 1924, APEJE.